

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 20 de Janeiro de 2000 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1364 • Director: José Casanova

Direitos do homem ao serviço dos grandes agrários...

Naturalmente que não ficaremos de braços cruzados perante tantos direitos para tão poucos homens e tantos homens sem direitos...



■ José Soeiro Pág. 18

Toxicodependência Debate Nacional na JCP

A toxicodependência foi discutida no sábado, em Lisboa, num debate nacional promovido pela JCP. Muitas foram as abordagens escolhidas pelos cerca de cem participantes na iniciativa: os negócios que envolvem o tráfico de droga, as consequências do uso de estupefacientes, as estratégias de prevenção e combate e as propostas da JCP.

■ Isabel Araújo Branco Págs. 20 e 21

Berlim Manifestação dos Cravos Vermelhos mobiliza cem mil

Cem mil alemães saíram à rua no sábado, em Berlim, contrariando todas as tentativas do governo de Schröder para calar a voz dos comunistas e seus aliados na luta por uma sociedade mais justa e democrática.

■ Rui Paz Pág. 22

Competividade e mercado – a nova religião

Foi de antologia a recente entrevista de Guterres ao «Financial Times».

■ Manoel de Lencastre Pág. 23

Lutas em França Soldados da paz em pé de guerra

Os bombeiros profissionais franceses estão em luta. Discriminados em relação a outros sectores profissionais da função pública francesa, cujas profissões há muito foram classificadas como de risco e insalubres, os bombeiros exigem a valorização e dignificação do seu trabalho.

■ Pina Gonçalves Págs. 24 e 25

Violência doméstica é crime público



Pág. 5

Projecto de lei do PCP aprovado por unanimidade

0 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande

Centrais



Uma jornada heróica contra o fascismo

INÉDITO

Publicamos hoje um manuscrito inédito encontrado nos espólios documentais do PCP que relata os acontecimentos do 18 de Janeiro. Nele se assume a responsabilidade da organização local do Partido na direcção do movimento e se pode identificar o camarada que coordenou as operações e a estrutura orgânica dos 81 militantes envolvidos.



A JCP discutiu, no sábado, as questões da toxicod dependência

Debate Nacional

Toxicod dependência

Lisboa, 14.01.2000

Juventude Comunista Portuguesa

12 Quarta-feira

Paulo Portas faz no parlamento uma proposta ao PSD para que ambos apresentem um candidato comum para as presidenciais - Cavaco Silva ou Freitas do Amaral ■ Mário Almeida, presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), defende, após uma visita a Timor, que a UNTAET é um «entrave» na reconstrução do território ■ É recusada a extradição de Pinochet para Espanha, continuando este sob prisão domiciliária em Londres ■ A ministra da Justiça dos EUA confirma a repatriação de Elián para Cuba, afirmando que a decisão apropriada é «respeitar a vontade do pai» ■ O tribunal de Ancara decide suspender provisoriamente a execução do líder curdo Ocalan.

13 Quinta-feira

João Amaral, deputado do PCP, contesta a «Directiva para o Exército em 2000», um documento oficial do Estado-Maior, que o deputado acusa de ter «graves insinuações» ■ Joaquim Chissano, presidente de Moçambique, demite, no âmbito de uma remodelação, o chefe de governo juntamente com seis ministros ■ O parlamento aprova o projecto de lei apresentado pelo PCP que visa a redução dos gastos na saúde ■ São aprovados os projectos de lei do BE e do PCP sobre a violência doméstica.

14 Sexta-feira

A Fenprof acusa o Ministério da Educação de dever «22 milhões de contos às universidades» ■ Jaime Gama, durante uma visita a Luanda, garante que as relações entre a União Europeia e Angola vão dar um passo significativo ■ Pacheco Pereira defende que um apoio do PSD a Freitas do Amaral «só iria beneficiar o PS» ■ Alberto João Jardim afirma não querer estar mais sujeito «às chamadas Leis Gerais da República» ■ A Amnistia Internacional lança um apelo à Espanha, França, Bélgica e Suíça para que estes países intervenham contra a decisão de Londres de libertar Pinochet ■ O comissário da polícia espanhola Jesus Garcia morre de ataque cardíaco enquanto presta declarações no tribunal de Madrid sobre o processo GAL.

15 Sábado

Realiza-se, no CT da Marinha Grande, um debate comemorativo sobre o 18 de Janeiro de 1934 e o Movimento Operário, contando com a participação de Domingos Abrantes e Costa Feijão ■ A JCP promove uma iniciativa nacional de debate sobre a toxicod dependência que se realiza no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara ■ Guilherme de Oliveira Martins, ministro da Educação, promete, em entrevista ao DN, que «até

2003 haverá um computador para vinte alunos» ■ Realiza-se a cerimónia de tomada de posse de Chissano, eleito presidente de Moçambique, na qual não compareceram os 117 deputados da Renamo, que não reconhecem os resultados eleitorais.

16 Domingo

A Frente Polisário anuncia que desiste de participar na cimeira UE/África, tornando assim possível a sua realização durante a presidência portuguesa da comunidade ■ O governador de Macau, Edmund Ho, anuncia a instauração de um inquérito à Fundação Jorge Álvares, presidida por Rocha Vieira, com vista a averiguar o seu financiamento ■ Milhares de cidadãos manifestam-se em Bilbao reivindicando a independência do País Basco e apelando à ETA para que continue o processo de paz ■ Um confronto entre a guerrilha colombiana (FARC) e o exército governamental no centro do país provoca cerca de 50 mortos e 21 feridos.

17 Segunda-feira

O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos acusa o Governo de estar prestes a aprovar um «conjunto de medidas criminosas para a TAP» ■ Pedro Santana Lopes entrega na sede do PSD cerca de três mil assinaturas, obrigando Barroso a convocar o congresso extraordinário ■ A União Europeia levanta o embargo de armas à Indonésia suscitando fortes protestos da parte do CNRT e da Amnistia Internacional ■ A Espanha e a Suíça anunciam que não vão apresentar recurso e que aceitam a decisão de Londres de libertar o ex-ditador Augusto Pinochet ■ A presidência portuguesa da UE apresenta uma declaração em Bruxelas que responsabiliza a UNITA pela guerra em Angola.

18 Terça-feira

A CGTP anuncia uma jornada de luta para o primeiro dia da Cimeira sobre o Emprego da União Europeia ■ Durão Barroso, na reunião do Conselho Nacional, marca o congresso extraordinário para o fim de Fevereiro e torna-o electivo, rejeitando, no entanto, a mudança dos estatutos do partido ■ A Comissão Parlamentar de Poder Local inviabiliza a audição de João Cravinho, pedida pelo PSD e PP para que este explique as suas afirmações em relação à sua saída do Governo ■ O Conselho Superior da Magistratura instaura um processo disciplinar ao juiz Joaquim Salgueiro, responsável pelo arquivamento do caso do Aquaparque ■ Helmut Kohl, cedendo às pressões da direcção, demite-se do cargo de presidente honorário da CDU.

EDITORIAL

Bloqueio e solidariedade

A Lei Helms-Burton é um exemplo do conteúdo e das características que assume o bloqueio decretado pelo imperialismo norte-americano contra Cuba. Há nessa Lei disposições altamente reveladoras da essência do sistema que a gerou, nomeadamente a que respeita às sanções a que estão sujeitas as empresas estrangeiras que investem em Cuba. O Governo dos EUA atribui-se a si próprio, face aos restantes governos do mundo, um papel de patrão e polícia todo poderoso pelo que, segundo essa Lei, qualquer empresa de qualquer país que invista em Cuba entra, automaticamente, na Lista Negra da Casa Branca e fica, assim, sujeita a um diversificado rol de represálias. Aliás, há nessa Lei um pormenor bem definidor do sistema em vigor nos EUA: nos casos em que os investimentos estrangeiros sejam aplicados em empresas que, antes da Revolução Cubana, eram propriedade de capitalistas norte-americanos, os antigos proprietários «têm direito a obter indemnizações das empresas investidoras»... Na altura em que esta Lei entrou em vigor, o Presidente Clinton, numa manifestação de boa vontade à sua maneira, suspendeu esta disposição temporariamente em relação à Europa, «pedindo» em troca, aos governos europeus, que fizessem pressão «a favor do respeito pelos direitos humanos em Cuba». Com tão magnânima atitude, Clinton pretendia realçar os dois nobres objectivos da celerada Lei, objectivos que, como ele não se cansa de explicar, consistem em «defender o interesse nacional» (dos EUA, obviamente...) e promover «a transição democrática em Cuba» - e que, parecendo ser dois, se esgotam no primeiro, na medida em que a tão badalada e desejada «transição democrática» consiste na adopção integral, por parte de Cuba, do modelo de «democracia» que o imperialismo norte-americano pretende impor em todo o Planeta.

Há duas respostas – complementares, necessárias, indispensáveis - ao bloqueio executado pelos opressores: a resistência determinada das vítimas desse bloqueio e a solidariedade internacional com essa resistência. O povo cubano tem cumprido exemplarmente a sua tarefa: Saibamos nós, também, continuar a assumir as responsabilidades que nos cabem.

O «bloqueio» é um dos múltiplos instrumentos a que os EUA recorrem sempre que, em qualquer parte do mundo, um povo assume o direito de decidir o seu destino e entende que esse destino não tem que ter em conta os «interesses nacionais dos EUA» mas sim os seus próprios interesses. No caso concreto de Cuba, todos os dias assistimos a expressões diversificadas dessa barbaridade cometida em nome de supostos direitos humanos e de mistificatórios conceitos de democracia e de liberdade. Tanto mais que o povo cubano não só ousou decidir o seu destino tendo como referência a defesa dos seus próprios interesses, como cometeu o «crime» imperdoável de decidir que esse destino seria a construção de uma sociedade cuja essência se situa nos antípodas do modelo norte-americano: a uma sociedade que tem como centro das suas preocupações o dólar, Cuba contrapõe uma sociedade que tem como centro das suas preocupações o ser humano.

Por isso, o bloqueio contra Cuba, no decorrer das suas quase quatro décadas de duração, assume expressões muito particulares de ódio e não hesita nos métodos e práticas a que recorre. O caso do pequeno Elián Gonzalez é o exemplo mais recente e, pelos desenvolvimentos que tem tido, assenta como uma luva na tradicional postura dos EUA face a Cuba. Na verdade, manter sequestrada uma criança de seis anos de idade, submetê-la a brutais violências psicológicas, utilizá-la como refém e como arma de arremesso contra um Estado soberano,

são atitudes bem elucidativas da selvajaria, do vale-tudo que sustenta a ofensiva do imperialismo norte-americano contra a Revolução Cubana. O caso do pequeno Elián assume um carácter simbólico e um significado e uma dimensão política peculiares - assim sendo entendido pelos milhões de pessoas que, em todo o mundo e inclusivamente nos próprios Estados Unidos da América, erguem as suas vozes e o seu protesto contra este acto inqualificável.

As imagens que nos chegam de Cuba mostram como este problema ali é sentido pelo povo. Centenas e centenas de milhares de pessoas - homens, mulheres, jovens, crianças - manifestam-se todos os dias exigindo o regresso de Elián à sua Pátria e garantem fazê-lo até que o seu objectivo seja alcançado. E sabem, certeza certa, que o regresso se verificará tanto mais cedo quanto mais forte for a solidariedade internacional.

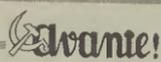
Há uma semana, um conjunto significativo de intelectuais cubanos (escritores, músicos, artistas plásticos, cineastas, bailarinos, actores), entre os quais se encontram figuras de renome e prestígio internacional - como, entre outros, Alcía Alonso, Leo Brouwer, Miguel Barnet, Frank Fernandez, Flora Fong, Pablo Milanés, Sílvio Rodriguez, Sara Gonzalez - tomou a iniciativa de se dirigir ao Presidente Clinton, pedindo a sua intervenção na resolução do problema do pequeno Elián. Sublinhando que o Serviço de Naturalização e Imigração (INS) dos Estados Unidos da América decidira o regresso de Elián a Cuba, a «Carta aberta dos escritores e artistas cubanos ao presidente William Clinton», apela ao presidente para que «não permita que pessoas sem escrúpulos, recorrendo a todo o tipo de artimanhas e manobras dilatórias, desprezem decisões das instituições e da sociedade norte-americana em geral». E observam que «Elián deve voltar sem mais demoras para junto do seu pai e dos seus avós, aqui, na sua pátria, em Cuba». Esta carta aberta, enviada

para todo o mundo, apela à solidariedade activa para o regresso de Elián a Cuba.

Este é um apelo que exige resposta - como sempre acontece quando os defensores de causas justas apelam à solidariedade com a sua luta.

Tanto mais que, pelas circunstâncias criadas, a luta pelo regresso de Elián a Cuba constitui um acto de solidariedade para com o povo cubano e a sua revolução - coisa que, nos dias que vivemos, assume importância marcante. Com efeito, a solidariedade com Cuba é um imperativo para todos os comunistas, para todos os homens e mulheres de esquerda, para todos aqueles que, prosseguindo com confiança a luta por uma sociedade nova, livre, justa e solidária, vêm nos quarenta e um anos de vida da Revolução Cubana inequívocas sementes e raízes e sinais concretos dessa sociedade desejada.

Há duas respostas - complementares, necessárias, indispensáveis - ao bloqueio executado pelos opressores: a resistência determinada das vítimas desse bloqueio e a solidariedade internacional com essa resistência. O povo cubano tem cumprido exemplarmente a sua tarefa: saibamos nós, também, continuar a assumir as responsabilidades que nos cabem.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa. Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90 - 21 781 71 91.
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
- 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
- 1169-161 Lisboa.
Tel. 21 815 34 87/21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de mensagem:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87/21 815 35 11

Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capu Rota - Lisboa - 2710 Sintra
Telef. 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Telef. 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
- Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
- Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt

Web: http://www.pcp.pt

Revelações

De passagem umas semanas atrás, um matutino revelava que, segundo um estudo recente realizado na Grã-Bretanha, se as oportunidades de tratamento para o cancro fossem iguais entre ricos e pobres ter-se-iam naquele país evitado prematuramente 12700 mortes. E acrescentava ainda que o tratamento e os cuidados de saúde dispensados aos doentes pobres eram na Grã-Bretanha comparáveis aos do chamado Terceiro Mundo. É possível que a notícia pela crueza da revelação choque alguns espíritos mais desprevenidos. Mas terá pelo menos o mérito de descobrir em toda a sua extensão a desumanidade e o desprezo pelos direitos humanos mais elementares que caracterizam o capitalismo e as sociedades que em seu nome se pretendem construir.

Fiquemos pois a saber que sem necessidade de andar à procura de situações como esta, algures por esse planeta num qualquer país menos desenvolvido, se encontrarão aqui bem perto, nesta União Europeia que a tantos encanta, as mesmas e dramáticas desigualdades de oportunidades perante a doença e de acesso às enormes conquistas científicas na área da saúde por importantes camadas da população.

E que nesta nossa vizinha Grã-Bretanha, onde floresce uma das mais virtuosas expressões do socialismo democrático que os modernos e eficazes gestores do capitalismo vão sintetizando em «vias» várias, a esperança de uma vida digna varia na razão directa da condição social e do valor da apólice do seguro de saúde de cada cidadão.

Conhecendo-se a receita e as consequências de tanto liberalismo sempre vendido com aquele discurso de Estado sobre a necessidade da redução da despesa pública e o cumprimento dos valores do déficit público, mais se justifica manter uma posição de combate em defesa do serviço nacional de saúde e das condições de acesso de todos aos cuidados de saúde.

Com a consciência de que, contrariando aqueles difusores de fatalismo de que isto de ricos e pobres, excluídos e privilegiados sempre assim foi e será porque alguém quis que assim fosse, é na luta pela transformação social e a supressão do capitalismo que se garantirão as condições de justiça e igualdade que a natureza do capital e a sociedade que estrutura diariamente nega.

■ Jorge Cordeiro

Tirar dúvidas

Dizem os responsáveis pela moção apresentada à Convenção Nacional que o Bloco de Esquerda vai realizar no final do mês que "o PCP se encontra numa fase de definição estratégica" e que "resta saber" se o PCP "se inclinará para uma perspectiva de uma alternativa unitária de projecto e que, para o ser, deve ter a coragem de correr por fora da área do governo ou se, pelo contrário, se virá a saldar numa variante nacional da opção feita pelos comunistas franceses".

Deixando de lado a análise das opções feitas pelo PCF - desde as condições políticas da sua participação no governo, decidida através de consulta directa aos militantes do partido, até ao seu activo empenhamento na luta dos trabalhadores e num muito amplo movimento social - concentremo-nos na "encruzilhada" que os bloquistas descobriram no caminho do PCP.

A crescente degradação da vida democrática no nosso país está estreitamente ligada ao prolongado rotativismo governativo entre o PS e o PSD que, indistinto nas opções políticas fundamentais, desloca as atenções para a fulanização da vida política e para o incansável "jogo" do acesso ao governo de partidos e dirigentes, desligados da discussão do conteúdo substantivo das políticas que cada um defende.

Quando os dirigentes do Bloco se deixam aprisionar por esses critérios ou simplesmente se fazem porta-vozes de velhas concepções anarco-sindicalistas que, em nome da pureza classista, propugnam de facto o abandono do espaço de intervenção na vida política democrática, são conduzidos a um erro básico de avaliação do rumo do PCP.

Porque a questão, para o PCP, não é a de poder seguir o caminho de uma alternativa de projecto ou então de ir para o governo

(com este PS?!), e por isso com clareza deve ser dito que não nos deixaremos aprisionar neste falso e tendencioso dilema.

A questão é sim, e em primeiro lugar, do conteúdo das políticas e da luta pela sua concretização. E a este respeito o PCP tem opções claras: de construção de uma democracia avançada tendo como horizonte o socialismo e de propostas mais imediatas, que sustentam a intervenção e a luta quotidianas por causas fundamentais da nossa sociedade.

Quanto ao caminho que vamos seguir, importa relembrar, na linha das orientações aprovadas pelo XV Congresso, o que o documento "por um novo impulso" aprovado pelo CC apontou: *a contribuição para a afirmação de uma esquerda e de um projecto que suporte a perspectiva, a possibilidade e a luta pela concretização de um novo rumo democrático para Portugal; contribuição (que) no quadro da intensificação da luta social e de uma forte afirmação do PCP, através da sua voz e propostas, envolve igualmente uma forte disponibilidade de abertura e de empenho do PCP, para participar num alargado e genuíno processo de diálogo e de debate, à esquerda, susceptível de estabelecer pontes e de construir convergências que contribuam para viabilizar um projecto de poder; processo (esse) respeitador da pluralidade das expressões e das diferenças, que reúna individualidades, sectores e sensibilidades políticas que se situam criticamente em relação às orientações neoliberais, mobilizador e envolvente de movimentos e forças sociais e culturais diversas (...) e permanentemente aberto à participação dos cidadãos.*

Aqui se deixa este registo para deixar tiradas quaisquer dúvidas.

■ Edgar Correia

SOLANA

Khol, Thyssen, Krupp

É uma verdade histórica. Ao contrário da classe operária cuja luta só tem perspectivas com a proclamação dos seus objectivos revolucionários, a burguesia esconde das massas o seu verdadeiro programa. Mesmo numa conjuntura internacional como a actual, em que é indiscutivelmente dominante, é sempre em nome dos interesses gerais da «sociedade» que o grande capital procura impor as suas políticas. E até os mais inquietantes processos e projectos que tocam questões das mais decisivas - como liberdade, democracia e paz versus ditadura, fascismo e guerra - são disfarçados com cínicas proclamações sobre «direitos humanos», «democracia», «solidariedade».

Vem isto a propósito das declarações de Javier Solana insertas no «El País» de 15/1/2000 que, não sendo nem exclusivas nem inéditas, merecem atenção. Especialmente por virem do «Sr. PESC», de alguém que enquanto Secretário-Geral da NATO conduziu a guerra contra a Jugoslávia e que, desde há meses, é o principal responsável pelos «assuntos externos» da União Europeia, sobretudo os de segurança, defesa e militares.

Diz ele que para a «credibilidade internacional da Europa é imprescindível contar com os meios militares adequados para que a União possa fazer frente a qualquer tipo de operação de manutenção ou restabelecimento da paz». Apresenta a sua ambição militarista como resposta «à preocupação sincera dos cidadãos perante as crises, as tragédias e os conflitos humanitários que vêm quotidianamente nos ecrãs das suas televisões ou através da Internet», acrescentando que «os cidadãos não aceitam que a Europa fique de braços cruzados enquanto se não respeita o direito humanitário internacional ou se violam sistematicamente os direitos humanos». Crítica a política externa e de segurança comum como «demasiado declarativa, pouco consistente e excessivamente passiva e reactiva» e elogia o expansionismo germânico: «[quando cheguei a S.-G. da NATO] a Alemanha não podia enviar um só soldado para o exterior. Hoje, quando visito Kosovo, posso comprovar com grande satisfação que é um general alemão que comanda todas as tropas estacionadas na zona».

Claro como a água. A construção da U.E. como bloco económico-político-militar avança em marcha forçada. Um bloco imperialista, onde pontificam a Alemanha e outros países mais poderosos, empenhado em expandir-se rapidamente para Leste e Sul da Europa, dotando-se de crescente poderio militar próprio, mas articulado com os EUA e a NATO no quadro de uma estratégia global comum - que não exclui rivalidades e conflitos - contra os trabalhadores e contra os povos.

Naturalmente, todo este processo de acelerada militarização e acentuada reacção é apresentado como algo de «natural», sendo justificado pela necessidade de defender a «autonomia da Europa», enfrentar a «hegemonia dos EUA», combater uma «globalização unipolar». Chega mesmo a aparentar tonalidades de anti-imperialismo norte-americano. Na verdade trata-se de um colossal embuste que visa fundamentalmente levar a água ao moinho dos sectores mais militaristas da U. E., concentrar e normalizar as indústrias de armamento, favorecer em grande a produção e o negócio de armas num plano transnacional. É aliás uma evidência que os interesses dos trabalhadores e a paz não se defendem enfrentando um bloco imperialista hegemónico com a criação e fortalecimento de outro bloco imperialista.

Depois de ter lido na citada edição de «El País» o elogio de J. Solana à «grande» Alemanha pelo facto de ter finalmente tropas suas no estrangeiro, uma outra notícia, linhas abaixo, impunha-se com a força de um vigoroso alerta. Tema: O pântano de ilegalidade, tráfico de influências e corrupção em que se afundou Helmut Khol e outros chefes do seu partido. Título: «O traficante de armas que deu dinheiro à CDU alemã recebeu cinco milhões de marcos do consórcio Thyssen Krupp». Nem mais nem menos: armas, poder, dinheiro, consórcios industriais, os mesmos aliás que promoveram Hitler e desencadearam uma guerra de catastróficas proporções.

A história nunca se repete, mas é sempre perigoso ignorar ou esquecer as suas lições.

■ Albano Nunes



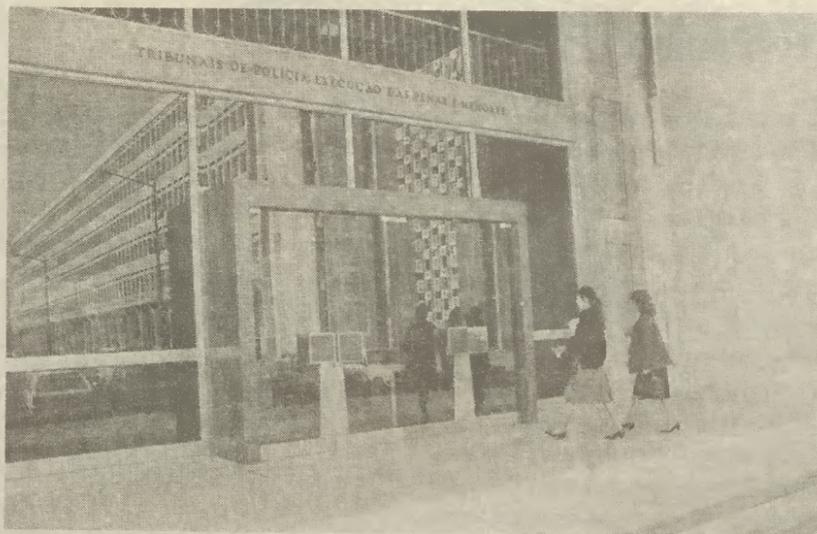
Foto: Jorge Carita

Pedro Caldeira em vias de ser ilibado

Pedro Caldeira, o ex-corretor da bolsa acusado de 17 crimes de abuso de confiança e de 65 crimes de burla agravada, no valor de 2,5 milhões de contos, parece estar em vias de ser ilibado de todas estas acusações, segundo se depreende da exposição feita esta semana pelo Ministério Público, onde se considera que não existem provas suficientes para condenar o arguido e se duvida, mesmo, que o

ex-corretor tivesse intenção de lesar alguém. O Ministério Público qualifica a actuação do réu como «temerária» mas sem «má-fé», considerando, por outro lado a bolsa como um «negócio de risco», argumentando que houve depoimentos contraditórios das testemunhas, falta de documentos nos processos e um clima emocional em volta do processo «que prejudicou a objectividade e clarificação do pro-

cesso». Recorde-se que o ex-corretor foi acusado pelos seus antigos «clientes» de ter montado uma espécie de banca paralela com juros superiores ao mercado, tendo fugido para os EUA com a família quando o escândalo estava prestes a rebentar, tendo sido extraditado a pedido da justiça portuguesa e no quadro de uma operação com cobertura informativa quase hollywoodesca.



Prescrições à solta nos tribunais portugueses

Segundo números compilados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (GEPMJ), as prescrições de processos judiciais passaram de poucas centenas em 1992 para mais de 12 mil em 1998. Nos últimos anos, quase 10% dos arguidos em processos-crime chegaram à fase de julgamento acabaram por não se sen-

tar no banco dos réus apenas porque os seus processos prescreveram. Para se ter uma ideia da gravidade da situação, basta referir que no período compreendido entre 1983 e 1998 foram 38.531 os indivíduos acusados de crimes que não foram julgados apenas porque, entretanto, expiraram os prazos legais e, só em 1998, esse número

ultrapassou os 12 mil. Há a somar a estes números avançados pelas estatísticas do GEPMJ um número indeterminado (mas, seguramente, mais avantajado) de processos que são arquivados ainda antes de chegarem a julgamento por simples ultrapassagem dos prazos legais, ou seja, nas fases de inquérito e de instrução. Em

1996, António Pinto Ribeiro, jurista do Fórum Justiça e Liberdades, calculava que, só nos três anos anteriores, teriam prescrito mais de 100 mil processos nos Departamentos de Investigação e Acção Penal de todo o país, em consequência directa da incapacidade de resposta das estruturas de investigação criminal.

«Internacionalização» da GALP

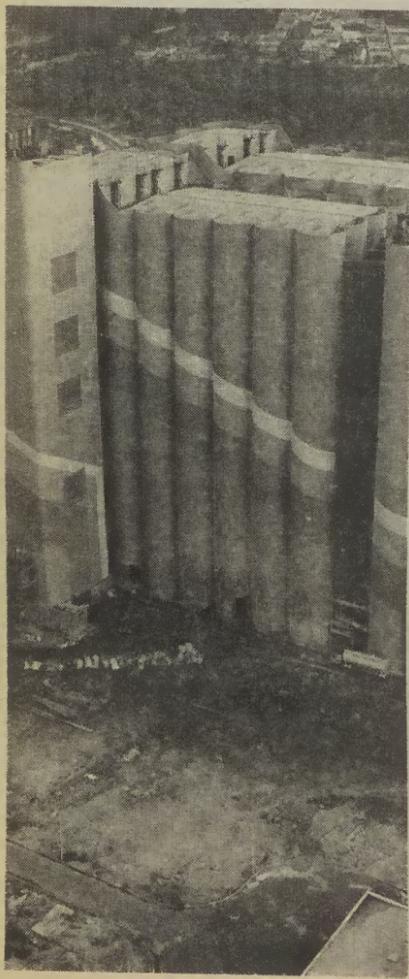
Chamam-lhe «reajustamento accionista» na GALP, com dois negócios a valer, no conjunto, qualquer coisa como 275 milhões de contos e que, na prática, não apenas aprofundam a privatização desta super holding energética portuguesa, como a entregam a «parceiros estratégicos» estrangeiros. Primeiro «negócio»: o Estado português vende 15% da holding por uns simples 85 milhões de contos (recorde-se que os resultados líquidos da GALP andam pelas várias centenas de milhões de contos), passando-os para dois gigantes estrangeiros: o grupo eléctrico espanhol Iberdrola (4%) e a ENI italiana (11%); segundo «negócio»: os accionistas por-

tugueses vendem, por 190 milhões de contos e aos mesmos estrangeiros, os 33,34% da GALP que haviam adquirido por muito menos nas anteriores privatizações. «Saldo» provisório de todas estas operações: o Estado português, que ainda detinha 60,56% da holding GALP, passa a ter apenas 35%, pouco mais do que a ENI italiana passa a dispor (33,34%) e claramente menos do que as duas holdings estrangeiras juntas, que agora somam 37,34% da «portuguesa» GALP. Isto sem falarmos dos interesses estrangeiros que também estão presentes nos restantes accionistas da GALP, nomeadamente a EDP, a CGD, a Portgás e a Setgás.

EPAC «dissolvida»

Por decisão do Ministério das Finanças, a EPAC - Empresa para a Agro-Alimentação e

Cereais, AS, vai ser pura e simplesmente dissolvida, deixando um «buraco» financeiro de 50 milhões de contos resultante de sucessivas gestões ruinosas, dívida que o Estado «assume». Em causa estão mais de 250 postos de trabalho, agora todos em risco e sem alternativa ou resolução à vista. Recorde-se que esta empresa pública chegou a ter mais de mil trabalhadores e superintendia à generalidade dos cereais produzidos e comercializados no nosso país. Gestões sucessivamente ruinosas e desregulamentação do sector a favor da adiver dos interesses privados no negócio dos cereais conduziram a EPAC a este desastre final.



Chamadas de telemóveis aumentam sem aviso prévio

Desde 10 de Janeiro deste ano, e sem aviso prévio, as empresas operadoras de serviço de telemóvel Telecel e Optimus introduziram o novo sistema de «facturação ao segundo» para as ligações telefónicas feitas a partir da rede fixa. Esta fórmula consubstancia uma espécie de taxa de activação, dado que estipulam o pagamento de 75\$00 no primeiro minuto de conversação (caso da Telecel) ou de 79\$00 (no caso da Optimus),



independentemente do número de segundos que se fale. Trata-se de um grande «negócio» para estes operadores, já que, no volume total do tráfego de telemóveis, pelo menos 40% das ligações duram menos de um minuto. Confrontados com estes factos pelos órgãos de comunicação social, os responsáveis da Telecel persistiram em classificar estas situações de «residuais», enquanto a Optimus nem se dignou responder.

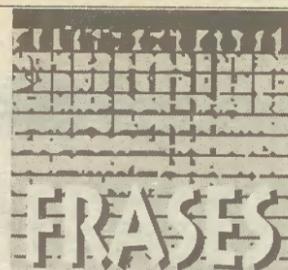
Fusão no BES e BPI

Nova fusão bancária concretizou-se esta semana em tempo recorde e sem aviso prévio: desta vez foi o Banco Espírito Santo (BES) que se «fundiu» com o Banco Português

de Investimento (BPI). A fusão passa pela criação de uma holding detida em 59% pelo BES e em 41% pelo BPI, continuando os dois bancos a actuar no mercado com as

suas marcas comerciais. O novo grupo passará a deter 21% do mercado bancário português e tem na mira concorrer para a apropriação do banco Sotomayor. Esta fusão entre o BES e o BPI

surge, praticamente, uma semana depois da concretizada entre o BCP e o Banco Mello, na evidência de que se verifica no país uma acelerada concentração bancária e financeira.



«Num período altamente volátil de transição política, como pode a UE assegurar que a transferência de carros de combate, metralhadoras e equipamento de segurança não será utilizada para cometer violações de direitos humanos?»

(do comunicado da Amnistia Internacional sobre o levantamento pela UE do embargo de armas à Indonésia - «Público», 18.01.00)

«Depois do resultado da reunião do comité executivo nacional de hoje (18.01), decidi demitir-me do cargo de presidente honorário da CDU que me tinha sido atribuído pelos delegados à conferência do partido em Novembro de 1998 em Bona. (...) Não me vejo na posição de ter de quebrar uma promessa dada a várias pessoas que apoiaram financeiramente o meu trabalho na CDU.»

(Helmut Kohl, ex-chanceler alemão, em comunicado de 18.01.00, citado em «Público», 19.01.00)

«Eu entendo que, neste momento, não estão reunidas as condições políticas necessárias para que eu pudesse equacionar uma candidatura minha à Presidência da República.»

(Freitas do Amaral, em entrevista à RTP 1 - 13.01.99)

«Se as circunstâncias viessem a bater-me à porta não nego que acho que tenho mais perfil para esse cargo do que para outras coisas.»

(idem)

«Se o PSD viabilizasse nas condições requeridas a pré-candidatura do professor Freitas do Amaral, não faltaria quem dissesse ser esta candidatura uma derrota do líder social-democrata e uma vitória da oposição interna do seu próprio partido e da direcção do partido do lado.»

(José Luís Ramos Pinheiro - «Diário Económico», 18.01.00)

«A tragédia da direita não é a falta de candidato presidencial, mas a ausência de candidato a primeiro-ministro.»

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 16.01.00)

«Sendo que o cargo de director-geral do MDN (Ministério da Defesa Nacional) tem responsabilidades que se repercutem na formação da juventude portuguesa, e sendo que a condenação do regime fascista e das estruturas do Estado fascista faz parte dos fundamentos do regime democrático português, o que vai o sr. ministro fazer quanto a esta matéria?»

(do pedido de explicações do PCP, pelo deputado João Amaral, ao Ministro da Defesa sobre a recuperação de actividades da Mocidade Portuguesa admitida pelo novo DG de Pessoal do MDN - citado em «Público», 14.01.99)

«No mesmo dia em que os srs. Steve Case e Geral Levin anunciaram em Nova Iorque o evento (a fusão da AOL com a Time Warner), uma revista portuguesa, a Focus, publicou uma interessantíssima reportagem onde se revela a existência em Lisboa, no Campo Grande, de uma perfeita «praça de jornas» que Soeiro Pereira Gomes poderia descrever quase com as mesmas palavras que usou nos anos 40 para narrar a contratação dos operários agrícolas pelos latifundiários alentejanos.»

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 14.01.99)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

AR aprova por unanimidade projecto de lei do PCP

Violência doméstica

é crime público

A violência sobre as mulheres na família vai passar a ser crime público. Ainda que não denunciadas criminalmente, à luz da alteração ao Código Penal agora aprovada, os maus tratos serão reprimidos, de acordo com o projecto de lei do PCP que os deputados votaram favoravelmente, por unanimidade, faz hoje oito dias. Diplomas sobre a mesma matéria subscritos pelo BE e pelo CDS/PP, com um alcance bastante mais restrito, foram igualmente aprovados, aquele, por maioria, este, também por votação unânime da Câmara.

Adoptar medidas de prevenção e apoio às mulheres sujeitas à violência doméstica, numa perspectiva articulada da questão, constitui o objectivo central do projecto de lei da bancada comunista. A consciência de que se trata de um problema que envolve toda a comunidade, com origens que radicam num complexo quadro onde as questões culturais e de mentalidades se entrecruzam com as socioeconómicas, leva o Grupo Parlamentar do PCP a considerar que a repressão penal, não obstante a sua reconhecida importância, não esgota a intervenção que pode e deve ser feita neste domínio.

mentos que contribuem para o triunfo das desigualdades, nomeadamente para a discriminação da mulher.

É por isso que a «construção social da inferioridade do género feminino», como lhe chamou Odete Santos, «nasce da exploração do seu trabalho gratuito em tarefas que devem ser cumpridas pelo Estado», do mesmo modo que emerge da «construção social de barreiras biológicas como inerentes ao estatuto discriminatório da mulher», ou ainda do «trabalho mal remunerado baseado na decantada natural fraqueza da mulher, na sua não qualificação».

As responsabilidades do Estado

E se as diferenças resultantes do sexo caíram – Odete Santos deu como exemplo, a propósito, a recente admissão no Porto de Setúbal de mulheres estivadoras – a verdade é que a cultura que discrimina a mulher sobrevive por responsabilidade directa das políticas sociais e económicas. São estas, sublinhou, que contribuíram para a alta taxa de feminização da pobreza, enquanto, por outro lado, se mantém uma cultura de laxismo na efectiva aplicação das leis. A testemunhá-lo, exemplificou, estão as leis de apoio à maternidade e paternidade, as leis que garantem para trabalho igual salário igual, as leis que penalizam o assédio sexual nos locais de trabalho, ou as leis que garantem através da

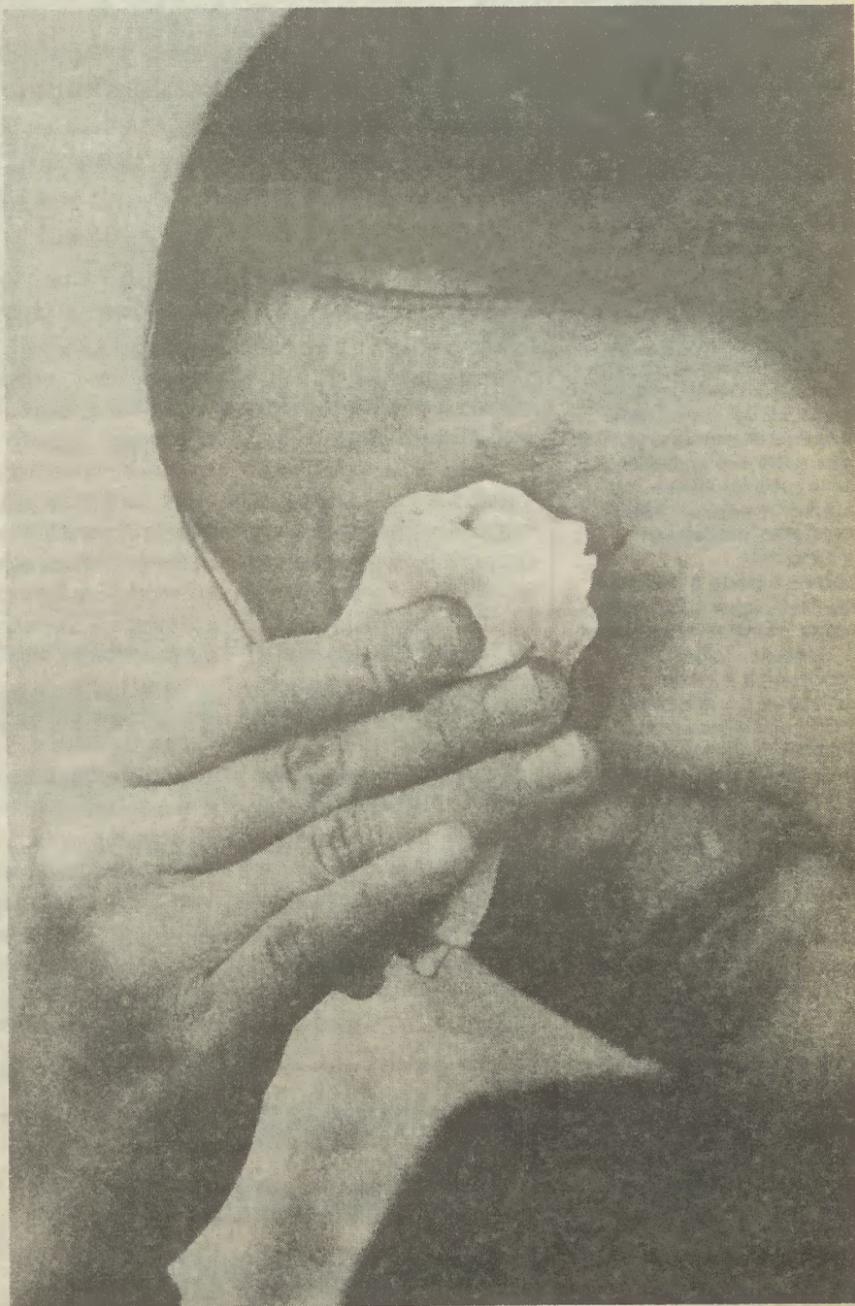
educação sexual e planeamento familiar o efectivo direito à saúde reprodutiva.

Para Odete Santos resulta assim claro que o Estado, «por acção ou omissão, se assume também ele como agressor». «Por acção – explicou – quando deixa campear a precarização do trabalho de que são vítimas as mulheres, quando fomenta através de lei o trabalho a tempo parcial forçado» ou «quando deixa degradar os cuidados de saúde de que são vítimas preferenciais as mulheres pobres».

«Por omissão – acrescentou – quando desiste de combater pelos meios ao seu alcance as discriminações, nomeadamente no trabalho, quando, para se demitir de funções sociais, se

Sabia que:

- A falta de pagamento das pensões de alimentos aparece nas estatísticas como violência doméstica?
- Sabia que a partir do próximo orçamento do Estado, poderão ser adiantadas pelo Estado as pensões de alimentos devidas a menores nas condições previstas na lei?
- E sabia que tal é possível porque o PCP apresentou um Projecto de lei que deu origem à Lei 75/98 de 13 de Novembro?



«O triunfo das desigualdades»

Como assinalou no debate a deputada comunista Odete Santos, principal interveniente neste processo legislativo em nome do PCP, a não realização dos direitos sociais e económicos, bem como a falta de medidas sociais, a par da independência económica das mulheres, conduzem «ao triunfo das desigualdades, e estas nunca podem ter qualquer substituto na repressão penal».

O problema é, por conseguinte, mais fundo. É nas relações de produção capitalista, no neoliberalismo, nos poderes económicos reinantes, que, no entender da parlamentar do PCP, se encontra a génese de comporta-

alimenta do trabalho gratuito das mulheres com as crianças, jovens e idosos, com as tarefas caseiras fundamentais para a sobrevivência da família.»

Omissões estas que na opinião do Grupo comunista também servem ao neocapitalismo, uma vez que, como foi lembrado, também ele se aproveita do «trabalho gratuito» e do «trabalho mal remunerado» das mulheres para embaratecer os salários.

É por isso que qualquer abordagem à problemática da violência doméstica, incluindo a própria violência doméstica, passa, obrigatoriamente e centralmente, como sublinhou Odete Santos, por este conjunto de questões.

Medidas de prevenção e apoio às vítimas

A violência doméstica continua a ser uma realidade presente no quotidiano de muitas famílias. A dimensão do fenómeno está longe de ser conhecida. Como não se sabe se tende a regredir ou a crescer. Dado como certo é que três por cento de todos os crimes denunciados, segundo as informações estatísticas existentes, corresponde ao padrão de ofensas corporais no seio conjugal. Um valor que, está bem de ver, corresponde apenas à ponta do icebergue. Isto porque, como se sabe, a grande maioria dos casos de violência não é objecto de denúncia por parte da vítima.

Em causa estão maus tratos sobre as mulheres cuja origem assenta num conjunto variado de factores, com relevância para os de natureza cultural e para os socioeconómicos. Indissociáveis do fenómeno estão ainda razões que se prendem com o sistema económico, bem como políticas governamentais que agem por acção ou omissão.

Não obstante o trabalho positivo desenvolvidos por algumas entidades e organizações não governamentais (ONG's), como é o caso da Associação «O Ninho», a verdade é que a par da não aplicação de leis sobre os direitos das mulheres continuam a faltar medidas na área da prevenção e apoio às mulheres vítimas de violência. Colmatar essa insuficiência legislativa constitui um dos objectivos inscritos no diploma do PCP.

Desde logo, como especificou no debate Odete Santos, merecem destaque as medidas na área da reinserção social, incluindo a reinserção dos agressores, indo assim ao encontro de textos internacionais e do Plano governamental contra a violência doméstica.

Juntando-se à medida de coacção do afastamento do agressor já proposta pelo PCP em 1991 e constante da Lei N.º 61, materializada é igualmente a proposta em matéria processual penal da pena acessória correspondente que consta daquele Plano Global mas não consta da Lei.

Destaque merece finalmente a medida que prevê que seja considerado crime público a violência exercida sobre a mulher. Envolvendo «menosprezo e ódio pela pessoa que se maltrata», para a bancada comunista, o crime de maus tratos não é uma ofensa corporal simples, não podendo por isso deixar de ser público. «Até porque os maus tratos sucedem-se por ciclos que envolvem a certa altura um período de lua de mel e de reconciliação e mesmo antes disso uma relação amor-ódio, que leva as mulheres a querer desistir da queixa, para serem novamente vítimas de maus tratos», sustentou Odete Santos.

De acordo com o articulado do projecto comunista previsto está, entretanto, um novo mecanismo de suspensão provisória do processo, através de requerimento da vítima, desde que seja uma decisão livre e consciente validada pelo Ministério Público. Trata-se de uma solução adoptada pelo PCP depois de ouvidas as razões de mulheres que estão contra a natureza pública do crime e que consideram que traria «novas e mais refinadas violências sobre as mulheres e mesmo a negação do crime pela própria vítima, levando ao arquivamento de processos, a absolvições e a um reforço do poder do maltratante».

Linha telefónica SOS (período entre Novembro de 1988 e Dezembro de 1999) (1)

Atendidos directamente	Atendedor de chamadas	Espécie de violência	Sexo das vítimas	Grau de parentesco vítima/agressor	Estado civil da vítima	Faixa etária vítima/agressor
2725	980	Física: 2126	Masculino: 2	Casada: 1872	Casada: 1970	Vítima: 25/44
		Psicológ.: 839	Fem.: restantes	U. facto: 406	U. facto: 406	Agressor: 35/44
		Sexual: 142		Ex-cônj.: 56	Solteira: 225	
		Outra: 12		Namorado: 48	Divorciada: 79	
				Ex-U. facto: 13	Separada: 56	

(1) A linha telefónica SOS funciona na Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres e foi prevista na Lei em 1991, através da Lei 61/91 de 13 de Agosto, que é o texto integral de um projecto de lei apresentado pelo PCP.

A linha telefónica deveria funcionar 24 horas por dia e também aos sábados, domingos e feriados, conforme já consta da Lei 61/91; a substituição por atendedor de chamadas, fora das horas de expediente, tem dado como resultado que muitas pessoas não deixam mensagem e outras não são contactadas posteriormente.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gastos com medicamentos em projecto de lei do PCP

Racionalizar em favor dos doentes e do SNS

Defesa ambiental de Leiria



O deputado comunista Vicente Merenda exigiu, em matéria ambiental no

distrito de Leiria, uma eficaz intervenção do Governo no sentido da despoluição das Bacias Hidrográficas do Lis e Lena, do Arunca (Pombal), do Alcoa e Baça, e, bem assim, a limpeza e desassoreamento da Lagoa de Óbidos e da Baía de S. Martinho. Estava-se no debate sobre a criação da Área Metropolitana no Distrito de Leiria, defendida em projecto de lei pelo PSD. Uma ideia que não colheu apoio na bancada do PCP. É que, como tratou de explicar Vicente Merendas, «Leiria não pode ser considerada área metropolitana» pela razão simples de que é inexistente qualquer metrópole. Interpretando a iniciativa do PSD como um mero «jogo político», destinado a levantar «falsos problemas e falsas soluções», o deputado do PCP considerou que o distrito de Leiria carece, isso sim, como aliás todo o País, de «um nível maior de desconcentração de serviços da Administração Pública Central e de um nível maior de descentralização». Na sua intervenção, em que fez um diagnóstico exaustivo dos principais problemas do distrito, Vicente Merendas exigiu ainda a melhoria das infra-estruturas portuárias de Peniche, respostas concretas à crise industrial de Castanheira de Pera e políticas eficazes de apoio à renovação urbana nos centros históricos.

Direito à vida



O Grupo comunista discordou frontalmente das soluções preconizadas pelo CDS/PP

em projecto de lei que estipula o «Estatuto do Meceno para a Vida». Trata-se de um diploma que enferma de «espírito retrógrado e confessional», disse a deputada comunista Fátima Amaral, que acusou o PP de continuar a «não aceitar princípios surgidos na sociedade contemporânea, tais como o de associar o controlo dos nascimentos à noção de saúde, o conceito de sexualidade humana associado à ideia de saúde e bem-estar biológico e psico-social, e a imprescindibilidade da partilha das responsabilidades familiares».

A deputada comunista lembrou que o «direito à vida não se protege através de benefícios fiscais em donativos», como pretendem os populares, concluindo que «a gravidez é uma questão de saúde pública para ser tratada pelo Estado e não para ficar nas mãos de associações ou instituições privadas a definição de apoios à gravidez de «risco»». «O único objectivo deste projecto de lei do PP é tentar dizer que a despenalização da IVG em determinadas circunstâncias pode (e deve) ser substituída por medidas caritativas», sustentou Fátima Amaral.

A Assembleia da República aprovou o projecto de lei do PCP que define um programa visando disciplinar os gastos com medicamentos. Viabilizado com os votos favoráveis do PCP, PEV e BE e a abstenção de todas as restantes bancadas, o diploma representa uma viragem no sentido de uma melhor racionalização do dinheiro gasto em medicamentos, permitindo, simultaneamente, uma melhoria do acesso a estes por parte da população.

Entre as medidas preconizadas no articulado do projecto está a distribuição gratuita de medicamentos actualmente prescritos nas consultas externas e urgências hospitalares e cuja comparticipação custa mais ao Estado do que a compra centralizada e distribuição gratuita.

Contra o apetite insaciável de interesses económicos instalados, que o Governo até ao momento não teve a coragem de afrontar, uma tal medida, como sublinhou no debate o deputado Bernardino Soares, sinaliza de modo claro que não é possível continuar a «pactuar com este inadmissível desperdício que prejudica o Estado, prejudica o cidadão e só beneficia quem produz e vende medicamentos com espantosas margens de lucro».

Do mesmo modo que não é possível, no entender da bancada comunista, continuar a assistir-se ao «fortíssimo condicionamento da prescrição médica, através da pressão directa das indústrias e do monopólio da informação e da formação sobre as vantagens e desvantagens dos medicamentos», bem como à exclusão liminar da prescrição pelo princípio activo.

Para Bernardino Soares é igualmente desprovida de sentido a existência de medicamentos de duvidosa eficácia terapêutica ou comprovadamente ineficazes que continuam a ser comparticipados pelo Estado. Tal como nas situações anteriores, também neste domínio o projecto comunista vem dar resposta,



estipulando a descomparticipação de todos os medicamentos naquelas condições ou que, tendo sucedido mais económico no mercado, continuam a praticar preços muito altos.

O projecto de lei do PCP prevê ainda que as farmácias do SNS assumam um papel mais importante, constituindo-se desse modo em instrumento para a racionalização dos gastos com

medicamentos, merecendo também nota de destaque o caminho apontado no sentido da dinamização do mercado de genéricos. Trata-se, neste caso, de romper com o marasmo que tem caracterizado este mercado e que tem servido os interesses das multinacionais do medicamento, opostas ferozes de qualquer dinamização. Dado como exemplo foi o facto de, em 1996, existindo

do 116 genéricos com autorização de mercado, apenas 21 tenham sido prescritos. «E isto numa situação - observou Bernardino Soares - em que o segundo medicamento mais vendido no nosso país, que custa ao SNS mais de três milhões de contos por ano, tem um substituto genérico cuja utilização poderia poupar, no mínimo, mais de meio milhão de contos.»

António Filipe denuncia

Acto de banditismo cultural contra o Teatro da Malaposta

«Um grave atentado às liberdades, à cultura e ao teatro português», assim classificou o deputado comunista António Filipe o processo persecutório de que é alvo o Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, também conhecido por Teatro da Malaposta. O parlamentar comunista acusa os responsáveis do PS pelas Câmaras Municipais da Amadora e Vila Franca de Xira de recorrerem a «métodos absolutamente inqualificáveis», considerando que o afastamento do director artístico da companhia, o actor e encenador José Peixoto, «não passa de um acto de perseguição política e de banditismo cultural».

«Se o senhor presidente das Câmara Municipal da Amadora tivesse indicado para administrador-delegado da Amascultura um qualquer coronel da censura, nem os resultados obtidos seriam mais devastadores nem os métodos seguidos seriam mais pidescos», sublinhou, indignado, António Filipe.

Todo este lamentável caso começou, recorde-se, após as últimas eleições autárquicas, que alteraram a correlação de forças em vários municípios, como foi o caso da Amadora e V. F. de Xira, em que o PS teve a maioria. A partir daí, com a nomeação de uma nova administradora-delegada da Amascultura - projecto cultural criado há mais de dez anos pelos Municípios de Loures, Amadora, V. F. Xira e Sobral de Monte Agraço -, desde

logo resultou claro que o seu propósito era paralisar e destruir a companhia teatral, com uma história de trabalho a todos os títulos notável.

Nos seus anos de existência, o CDIAG, única companhia de teatro profissional residente de uma Associação Intermunicipal, levou à cena 45 produções teatrais e realizou 1742 espectáculos, que foram vistos por mais de 150 mil espectadores, representando os melhores autores nacionais e mundiais.

Para António Filipe não sobram dúvidas, pois, que a administradora-delegada foi nomeada para o cargo não para prosseguir a «prestigiada acção cultural deste meritório projecto intermunicipal, mas mais propriamente para domesticar politicamente as suas actividades, nem que para isso tivesse de recorrer às atitudes mais caceteiras».

São disso testemunho, entre variadíssimos outros exemplos citados por António Filipe, as intromissões nas competências do director artístico e imposições na selecção de autores, a paralisação das actividades da companhia teatral desde Julho de 1999, a promoção de um clima de intriga, de suspeição, de intimidação e de despedimentos arbitrários, e a perseguição sistemática a todos os que trabalham na Malaposta em função das suas simpatias partidárias.

Jornadas Parlamentares em Guimarães

Guimarães foi a cidade escolhida pelo PCP para a realização das suas Jornadas Parlamentares. São já na segunda e terça-feira próximas, dias 24 e 25, e contarão com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que proferirá uma declaração na sessão de abertura prevista para as 12 horas, no «Hotel de Guimarães».

Para além de várias visitas, à tarde, com início às 16 horas, no mesmo local, decorre um Encontro dos deputados comunistas com Sindicatos sediados no distrito de Braga. Para este Encontro, que analisará questões relativas ao salário, rendimento familiar e poder de compra dos trabalhadores, foram igualmente convidadas outras estruturas representativas dos trabalhadores, tendo ainda sido endereçado convite à Comissão Nacional para Acompanhamento do Trabalho Infantil.

Inscrita nos objectivos destas Jornadas está a avaliação de algumas situações vividas no distrito de Braga, designadamente no âmbito da situação social e laboral, da Saúde, da Segurança Social e das acessibilidades.

Este vai ser ainda um momento para a reflexão e preparação de iniciativas da bancada comunista tendentes ao reforço da participação dos cidadãos na vida política e ao aumento das possibilidades de debate político e melhoria dos mecanismos de fiscalização política da Assembleia da República.

Em defesa do ordenamento do território

Criar mecanismos e procedimentos institucionais que assegurem em matéria de ordenamento do território a compatibilidade entre a defesa do ambiente, os direitos dos cidadãos e os direitos dos particulares, tal é, em síntese, o principal objectivo de um projecto de lei do PCP.

Trata-se de garantir, no fim de contas, que operações de natureza urbanística não atropelem princípios e valores

ambientais protegidos pela Constituição e devidamente classificados, seja em cartas de condicionantes (REN e RAN, por exemplo), seja na Rede Natura 2000.

Pretende-se assim que a promoção do ordenamento do território tenha em vista a correcta localização das infra-estruturas e um equilibrado desenvolvimento socioeconómico, valorizando simultaneamente a paisagem.

Nesse sentido, de acordo com o articulado do diploma, os actos de licenciamento de obras, loteamentos e empreendimentos ficam sujeitos a confirmação da compatibilidade com as regras de uso, ocupação e transformação do solo constantes de plano regional de ordenamento ou de PDM. Essa confirmação é feita pela entidade com competência para a gestão do instrumento de planeamento territorial em questão.

Tribunais Penais

A questão da transferência e entrega de pessoa detida a Tribunal Internacional, nos termos estabelecidos em proposta de lei debatida na generalidade na passada semana, voltou a suscitar dúvidas por parte da bancada do PCP, assim motivando a sua abstenção. Segundo João Amaral, os procedimentos previstos no diploma do Governo estão já englobados na Lei que regula a cooperação judiciária internacional em matéria penal, ou seja, que regula minuciosamente a extradição nas suas diferentes formas. Para o deputado comunista afigura-se óbvio, pois, que a figura prevista na proposta de lei agora aprovada é da família da extradição e não da família da «transferência de pessoas condenadas» prevista na Lei N.º 142/99.

Depois de sublinhar a necessidade de ponderar sobre esta questão em sede de especialidade, João Amaral manifestou ainda uma segunda ordem de preocupações quanto aos próprios Tribunais, designadamente quanto à prevalência da sua competência sobre a Justiça portuguesa.

EUROPA

Concorrência sem regras

Os auxílios que os Estados-membros concedem a sectores económicos voltaram a ser postos em causa no Parlamento Europeu que apreciou na passada terça-feira o relatório Rapkay sobre a política de concorrência da UE. Segundo a declaração de voto da deputada do PCP, Ilda Figueiredo, o relatório afirma e bem que «a política de concorrência não pode ser dissociada da política social e ambiental, devendo contribuir para o emprego, a coesão económica e social, a protecção ambiental e a defesa do consumidor».

No entanto, quando se fala dos instrumentos essenciais para conseguir aqueles objectivos, o relatório limita-se a criticar as ajudas estatais exigindo a harmonização das regras de reembolso de auxílios ilegais. Para a deputada, esta posição «põe em causa o direito dos Estados-membros de economias mais débeis e com fragilidades estruturais de apoiarem sectores económicos vítimas da liberalização e da competição internacional».

Explicando o voto contra, Ilda Figueiredo sublinhou ainda que o documento ignora as principais causas da distorção das regras da concorrência, tais como a crescente concentração de empresas, a transformação de empresas públicas em monopólios privados; o abuso das posições dominantes de diversos grupos monopolistas com práticas inadmissíveis nas áreas ambientais e sociais.

Coesão inter-regional

O deputado do PCP Joaquim Miranda, presidente da Comissão de Desenvolvimento do PE, apoiou a ideia de a Comissão Europeia passar a incluir na sua análise da situação socioeconómica e desenvolvimento da UE, um estudo sobre a evolução inter-regional da coesão em cada Estado. «A multiplicidade de situações e a evolução diferenciada que se verifica de região para região, dentro do mesmo Estado, impõe, com efeito, uma avaliação aprofundada desta questão, de forma a permitir e garantir correcções nas políticas regionais e outras com vista a assegurar a também ao nível interno de cada Estado-membro», considerou.

O relatório sobre esta matéria, votado positivamente pelos deputados do PCP na passada terça-feira, mostra que nas onde se produziu alguma recuperação esta não foi minimamente acompanhada de um crescimento de emprego. Esta situação, disse Joaquim Miranda, impõe «novas estratégias de desenvolvimento, com bastante maior preocupação neste domínio».

União Europeia não tem dúvidas

Unita é o grande responsável pela guerra

A União Europeia considera que a UNITA é o principal responsável pela guerra em Angola, afirmando que o seu líder, Jonas Savimbi, «escolheu deliberadamente a via do conflito em vez de honrar os seus compromissos», nomeadamente o protocolo de Lusaca.

Esta posição foi reiterada na segunda-feira, 17, numa declaração da presidência portuguesa da UE divulgada em Bruxelas, onde se sublinha que «persistindo em agir ao arpejo das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas», Savimbi «lança uma dúvida legítima sobre a sinceridade das suas intenções de trabalhar para a reconciliação nacional em Angola».

A União Europeia, que continua «convencida da necessidade de uma solução política» para o conflito angolano susceptível de viabilizar «uma paz durável» no país, apela à UNITA para «cessar de imediato as suas acções militares» sob pena de enfrentar um reforço das sanções internacionais decretadas pelo Conselho de Segurança da ONU contra o movimento.

Neste contexto, exorta todos aqueles que «no seio da UNITA» estão prontos a respeitar as disposições de Lusaca a demonstrarem, sem equívocos, que estão decididos a encetar

um «diálogo sério com o governo de Luanda».

Simultaneamente, os Quinze encorajam o governo angolano «a pôr em prática as condições políticas, sociais e económicas que permitam à democracia e ao Estado de Direito desenvolverem-se em Angola». A este respeito, entendem que o governo angolano «deve assumir uma responsabilidade particular na promoção dos Direitos do Homem, incluindo nas zonas que estavam sob o controlo da UNITA, dos princípios democráticos, da boa gestão dos assuntos públicos bem como na consolidação de uma sociedade civil livre».

A declaração manifesta ainda preocupação com o extravasar para fora das fronteiras angolanas dos combates entre as forças governamentais e da UNITA, acentuando a importância da estabilidade, do diálogo e da cooperação interessados para a segurança e o desenvolvimento económico da região.

Por fim, a União manifesta a sua disponibilidade para estu-



A União Europeia promete dar particular atenção à ajuda humanitária a Angola

dar, no momento oportuno, formas de ajudar o governo de Angola «a reconstruir o país

num ambiente democrático», sublinhando que continuará a dar particular atenção à ajuda

humanitária a fim de atenuar o sofrimento da população angolana.

Empregabilidade e adaptabilidade

Conceitos para baixar o custo da mão-de-obra

A evolução do sistema capitalista têm-se caracterizado pelo desenvolvimento de uma crise ou sucessão de crises cuja gravidade e frequência se vêm acentuando. Esses processos de crise têm sido acompanhados pela centralização e concentração do capital associado ao desaparecimento de empresas e ao conseqüente aumento do «exército de reserva», agora já não ao nível de cada país, mas antes ao nível mundial. A luta dos trabalhadores ao longo dos tempos permitiu impedir que estes constituíssem as únicas vítimas dos processos de agudização da concorrência capitalista.

O desenvolvimento tecnológico permitiu,

“Se um indivíduo não encontra emprego é porque não se dotou da necessária empregabilidade; se vai para ou está no desemprego é porque não tem adaptabilidade”

ainda, às empresas conseguir o mesmo nível de produção com a utilização de um menor número de trabalhadores, tornando, assim, dispensável uma parte destes.

Mas, por outro lado, o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de criação de mercado para as mercadorias produzidas alterou os padrões de consumo dos trabalhadores, alargando as necessidades cuja satisfação se impõe e, por conseqüência, aumentando o valor da força de trabalho. Simultaneamente, e associado ao aumento da complexidade das máquinas e equipamentos, aumentaram as necessidades de formação/educação da força de trabalho: Deste modo, se tornaram os trabalhadores mais exigentes, quer no que diz respeito aos seus direitos quer no que se refere à sua remuneração.

No quadro do agravamento das condições de concorrência capitalista e da agudização do processo de concentração, a manutenção dos níveis de lucro impõe às empresas a diminuição dos custos do trabalho. Assim, importa externalizar os custos da mão-de-obra em fases não produtivas e/ou garantir a maior flexibilidade (contratual, de horário de trabalho, etc.) da oferta da força de trabalho, apenas possível através da revisão das leis do trabalho.

É neste quadro que se assiste à «invenção» e utilização de dois conceitos que visam, essencialmente, a criação de condições subjectivas para a imposição da flexibilidade: o de empregabilidade, que se define a partir da capacidade do trabalhador para aceder ou se manter no «mercado de trabalho»; o de adaptabilidade, que se define a partir da capacidade do trabalhador para se adaptar a qualquer emprego da sua força de trabalho.

Através da utilização destes novos «conceitos» pretende reduzir-se o direito ao trabalho a uma esperança de emprego, assente na capacidade individual para se ser utilizado como recurso (humano) e de múltiplas formas. Isto é, o indivíduo não tem apenas de ser utilizável, mas tem, igualmente, de poder ser multíusos.

Desresponsabilizam-se, assim, o Estado e as empresas da criação e manutenção do emprego, atirando para cima dos trabalhadores toda a responsabilidade pela sua situação de emprego ou desemprego: se um indivíduo não encontra emprego é porque não se dotou da necessária empregabilidade; se um trabalhador vai para ou está no desemprego é porque não tem adaptabilidade.

Esta total desresponsabilização dos trabalhadores pelo seu emprego, para além da referida desresponsabilização do Estado e das empresas, conduz, também, à destruição da auto-estima dos trabalhadores, levando-os a aceitar qualquer coisa, por qualquer salário, em quaisquer condições, sem preocupações com o conhecimento dos seus direitos.

Estes dois «conceitos» apresentam-se, por isso, associados a uma campanha ideológica do neoliberalismo visando diminuir a força dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, fragilizando os desempregados, que são marginalizados pela sua condição perante o trabalho, e os empregados que se vêem na contingência de defender o seu emprego a qualquer preço.

Não satisfeitos com a existência de «um exército de reserva», fonte de pressão sobre os trabalhadores, embaratecendo o custo da mão-de-obra, o capital e o Estado pretendem, ainda, utilizar estes dois «conceitos» para acrescentar outra forma de ataque às organizações dos trabalhadores, instituições ainda com capacidade para afirmar o trabalho enquanto direito, o emprego com direitos. Ao perderem a auto-estima, os trabalhadores descreditam do seu direito ao trabalho e dos direitos no emprego. Afastam-se, portanto, das suas organizações representativas. Estão dispostos a tudo aceitar para conseguirem emprego ou para o manterem. E o capital consegue, assim, não apenas a redução do custo directo da mão de obra mas, também, a redução dos seus custos indirectos, para além de ter aberto o caminho a toda a flexibilidade.

No entanto, e apesar dos esforços do capital, cresce a consciência e o grau de exigência dos trabalhadores, quer em resultado do aumento do seu grau de formação/educação, quer do seu crescente e inevitável acesso à informação (mesmo que contrariado e enquinado pela desinformação e manipulação), tanto no que se refere aos seus direitos, como, ainda, no que diz respeito às suas remunerações.

■ Maria Alberto Branco

UE levanta embargo de armas à Indonésia

Os Quinze decidiram não prolongar o embargo de armas à Indonésia, decretado em 16 de Setembro por um período de quatro meses. Este prazo expirou na passada segunda-feira, 17, dia em que, segundo declarações do primeiro-ministro português, António Guterres, não houve consenso entre os Estados-membros para aplicar novo embargo.

A declaração emitida pela Presidência Portuguesa regista as «mudanças históricas que ocorreram nos últimos meses na Indonésia», considerando por isso que não é necessário «renovar as medidas restritivas». Contudo, salienta o texto, «em matéria de exportação de armas, a UE aplicará de maneira estrita o código de conduta da União».

Por outro lado, os Quinze manifestam ainda preocupação com a situação de violência que se vive noutras regiões da Indonésia, como nas Molucas e em Irian Jaya, bem como pela persistência do conflito em Aceh. Numa referência a Timor, a presidência portuguesa exprimiou a vontade dos Quinze de ver julgados e sancionados todos aqueles que venham a ser considerados responsáveis por violações dos direitos humanos, após a violência verificada na sequência do referendo de Setembro do ano passado.

A maioria dos grupos políticos representados no Parlamento Europeu discorda do levantamento da proibição, de acordo, aliás, com a posição aprovada por unanimidade pelos eurodeputados, em 16 de Dezembro último, a favor da prorrogação da medida para além de 17 de Janeiro. Entre os partidos portugueses, PP e PSD manifestaram-se contra a decisão da UE, enquanto o PS considerou justificado o levantamento da restrição.

Por seu lado, o PCP, através de Joaquim Miranda, sublinhou que «apesar da regulamentação existente e da própria proibição europeia, a venda de armas à Indonésia nunca acabou em certos países da UE». Concordando com o caminho que aponta para a normalização das relações entre a UE e a Indonésia, este deputado considerou que o levantamento do embargo pode favorecer «a estrita observância dos códigos de ética» que regulamenta a venda de armas no quadro internacional. Joaquim Miranda pronunciou-se pela salvaguarda da segurança em Timor, salientando a necessidade de garantir que o processo de independência avance no território.

CDU/Madeira protesta

Na sequência do forte dispositivo policial destacado para uma visita à Estação da Meia Serra, no passado dia 9, e de que oportunamente o «Avante!» deu notícia, a CDU/Madeira decidiu solicitar ao Governo da República e, em particular, aos ministros da República e da Administração Interna, esclarecimentos sobre o sucedido.

A CDU questiona «com que fundamento e porque motivos» foi ordenado um destacamento especial de forças de segurança, incluindo polícia de choque, «para uma visita parlamentar que se viu impedida de ser concretizada».

A coligação sublinha que explicações são devidas, «não só aos deputados presentes no local, mas também aos madeirenses» que acompanharam a iniciativa.

Escolas sem aquecimento

A Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA) está a fazer um levantamento das escolas sem aquecimento ou com mau funcionamento dos sistemas instalados.

Esta iniciativa vem na sequência dos protestos contra a falta de aquecimento em três escolas do Alentejo, região onde se tem feito sentir intenso frio. Um problema que se repete noutras zonas do país.

No Alentejo, os protestos começaram na escola primária de Serpa, fechada a cadeado por alguns pais dos alunos por o estabelecimento funcionar sem luz e sem aquecimento, uma situação posteriormente resolvida pelo município e pela EDP. Também como forma de protesto, alunos do segundo e terceiro ciclo da Escola Básica Integrada da Vidigueira cumpriram quinta-feira passada um curto período de greve às aulas. No mesmo dia, os alunos do ensino secundário da Escola E.B.2,3 de Mora, distrito de Évora, também protestaram contra a falta de aquecimento central e manifestaram-se em frente ao estabelecimento de ensino.

Água mais cara

A EPAL quer aumentar em 2,88 por cento os preços da água para os bairros degradados. Um aumento que a Associação para a Defesa do Consumidor (DECO) contesta, por ser superior à taxa de inflação para este ano e superior ao que a EPAL propõe para o consumo doméstico geral, que prevê a manutenção dos preços nos três escalões actualmente existentes e a criação de um quarto escalão para consumos de mais de 25 m³ por mês.

Este novo escalão é também alvo de crítica da DECO que afirma que um maior consumo de água não corresponde necessariamente a um consumo irracional, exemplificando com o caso de famílias numerosas, de baixos recursos, que vivem na mesma casa.

A Associação para a Defesa do Consumidor defende que devem ser salvaguardadas as situações em que um maior consumo corresponde a um maior agregado familiar, situação que pode ser facilmente comprovada pelo consumidor.

A associação de defesa do consumidor recomenda ainda que a EPAL deverá fornecer, com uma periodicidade regular, informações aos clientes sobre o controlo da qualidade da água fornecida, os investimentos feitos com esse objectivo, as finalidades a que se propõe a empresa e os objectivos alcançados nesse domínio.

Indústria corticeira em exposição na Moita

A empresa Socorquex - símbolo da indústria corticeira na margem sul do Tejo - foi retratada numa exposição fotográfica que esteve patente até ontem na Biblioteca Bento de Jesus Caraça.

A exposição, da autoria de António Lopes, fotógrafo profissional e presidente da Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, acompanha a evolução da empresa que se instalou no concelho da Moita em 1946, e que se manteve em actividade até 1982.

Para além de um verdadeiro símbolo da indústria corticeira, a Socortex marcou profundamente o concelho da Moita, proporcionando emprego a centenas de operários de várias gerações. As instalações da fábrica desactivada em 1982 foram adquiridas pela Câmara Municipal da Moita, que ali instalou diversos serviços camarários.

Seminário sobre língua portuguesa

José Saramago é um dos convidados para um seminário sobre língua portuguesa promovido em 14 e 15 de Março, em Brasília, pela Câmara de Deputados do Brasil.

Subordinado ao tema «Idioma e Soberania - Nossa Língua, Nossa Pátria», o seminário integra-se nas comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil.

O seminário irá debater a situação da língua portuguesa no Brasil e nos países de língua portuguesa e examinará as providências a tomar para a sua promoção, protecção, defesa e uso.

Numa iniciativa ligada ao projecto de lei de defesa da língua portuguesa no Brasil, recentemente apresentado pelo deputado federal Aldo Rebelo, líder parlamentar do Partido Comunista do Brasil, o seminário é organizado pela Câmara de Deputados, Academia Brasileira de Letras, Associação Brasileira de Imprensa, Universidade Nacional de Brasília e Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Durante dois dias, especialistas em língua portuguesa, jornalistas, académicos e parlamentares vão debater temas como «idioma e identidade nacional», «a preservação do português nos meios de comunicação», «a missão da Academia Brasileira de Letras na defesa da língua portuguesa», «os recursos da língua portuguesa», «empréstimos linguísticos - tradição e actualidade», «o papel político-linguístico do Brasil no contexto de um novo mapa de interacção social», «a aliança lusófona», «a França e a defesa da latinidade», «500 anos de língua portuguesa no Brasil», «as línguas do povo» e «língua e literatura».

Urgências do D. Estefânia

O serviço de urgência do Hospital D. Estefânia em Lisboa está a atender, por dia, uma média de 412 crianças, tendo muitas delas de esperar horas antes de serem observadas pelos médicos. Uma situação dificilmente sustentável que se repete todos os anos, entre Novembro e Março.

Para fazer o atendimento às cerca de 400 crianças que diariamente vão ao serviço de urgência estão mobilizados em média entre seis e oito médicos, sendo que muitas vezes uma só criança é vista por mais de um especialista.

Bicicletas precisam de pernas para andar

«É tempo de Portugal ultrapassar o seu atraso, pôr fim à insegurança dos utilizadores de bicicletas e promover um meio de transporte que é cada vez mais um imperativo das sociedades modernas» - esta a ideia de partida para apresentação, pelo grupo parlamentar de «Os Verdes», de um projecto de lei que visa dotar todo o país de uma rede de pistas para velocípedes.

«A promoção do uso da bicicleta como transporte alternativo é um imperativo das sociedades modernas», sublinham «Os Verdes», que lembram que a poluição atmosférica é, em grande medida, provocada pela circulação automóvel.

«Combater seriamente essas emissões poluentes passa designadamente pela criação de uma rede adequada e integrada de transportes públicos e também pelo incentivo de outras formas de transportes alternativos, como a bicicleta», defendem os ecologistas na exposição dos motivos do projecto de lei.

Acresce que o fomento da utilização da bicicleta é, simultaneamente, «um contributo importante para um melhor ambiente urbano» e para a «adopção de hábitos mais saudáveis, ocupando também um lugar importante como prática de lazer». O partido ecologista defende mesmo que «a perspectiva é a de que o uso da bicicleta é um direito».

Neste quadro, a questão que se coloca é a «criação de condições para a segurança dos seus utilizadores» pois «circular de bicicleta nas ruas e nas estradas constitui hoje um perigo, uma

vez que não se verificam as exigências mínimas para circular com segurança».

Por isso, o projecto de lei agora apresentado por «Os Verdes» prevê «a elaboração de um plano que defina a rede de pistas dedicadas à circulação de velocípedes, com interligação entre as diferentes vias, e garantindo que nos centros urbanos a bicicleta não seja entendida apenas como transporte de lazer, mas efectivamente como transporte alternativo, garantindo, por isso,

para além das pistas dedicadas, os parqueamentos próprios e a sua proximidade, nomeadamente, aos transportes e edifícios públicos».

Na definição da rede nacional de pistas dedicadas, o plano proposto por «Os Verdes» garantiria o acesso de todas as localidades à respectiva sede concelhia, a ligação entre si das diversas sedes concelhias, a ligação interurbana por pistas dedicadas e que a rede nacional de pistas se interligue com a rede europeia.



Bicicletas, uma necessidade e um direito

CDU/Madeira promove debate sobre a Venezuela

«A situação política na Venezuela e noutros países da América Latina» foi o tema de um encontro/debate promovido pela CDU/Madeira, no passado dia 14 de Janeiro, no espaço «Sala da Cidade», e que contou com a participação de Aurélio Santos, membro do Comité Central do PCP.

A Venezuela é um país que diz muito aos madeirenses, pois é lá que está radicada uma grande comunidade oriunda da Madeira e rara é a família que

não tem lá parentes emigrados. Daí a particular atenção com que é acompanhada a evolução política desse país latino-americano e a preocupação com a recente catástrofe que deixou a nação devastada.

Na sua intervenção, Aurélio Santos lembrou que, com a vitória, nas últimas eleições presidenciais, de Hugo Chávez, foi possível dar-se início a um processo, ainda em desenvolvimento, que envolve um debate popular muito amplo e uma

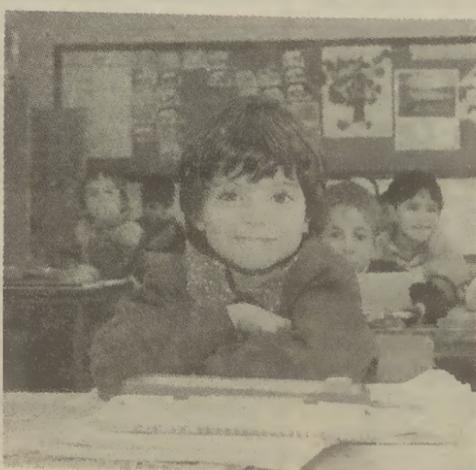
reorganização da vida política da Venezuela, numa tentativa de fazer frente aos problemas que toda aquela região atravessa. Problemas que são também fruto de uma política de globalização e de neoliberalismo, e que passam igualmente pelas ingerências e imposições do Fundo Monetário Internacional.

Estes mesmos problemas repetem-se em países como a Venezuela e o Brasil, dando origem a uma sociedade profunda-

mente desigual e ao desordenado crescimento nas áreas urbanas. O que, por exemplo, contribuiu para agravar as consequências dramáticas da recente catástrofe na Venezuela.

Aurélio Santos conclui manifestando a esperança de que, com as novas opções políticas na Venezuela, se inicie um ciclo de renovação na América Latina, em que os povos de outros países encarem a experiência venezuelana como um exemplo a seguir.

Literatura infantil em debate no Barreiro



A leitura pode ser um prazer

Realizou-se, a semana passada, no auditório da Biblioteca Municipal, o 1.º Encontro de Literatura Infantil do Barreiro, tendo como tema base *A literatura infantil na vida e nas escolas*.

O encontro teve como objectivo juntar profissionais que trabalham com crianças «em torno da literatura infantil na vida e na escola», na perspectiva de que, como sublinham os organizadores desta iniciativa, «são os livros familiares que nos proporcionam as primeiras oportunidades de leitura. Vendo livros, ouvindo e lendo histórias, as crianças vão criando um forte desejo de aprender a ler e acima de tudo aprendem que os livros são divertidos e dão prazer».

O debate envolveu escritores, professores, animadores culturais, bibliotecários e outros profissionais que trabalham directa ou indirectamente com crianças e desenvolvem a sua actividade na área da educação.

Do programa da iniciativa constavam temas como a literatura infantil tradicional, o apoio educativo, o conto maravilhoso, a literatura infantil nas bibliotecas escolares e municipais, a criatividade na oralidade e na escrita, o desafio multicultural.

Após o lançamento de um Concurso de Literatura Infantil, o encontro encerrou com uma homenagem às escritoras Glória Bastos e Maria Rosa Colaço.

Professores contratados A luta continua

A luta dos professores contratados e desempregados prossegue, por todo o País. Terça-feira passada, em várias cidades, teve lugar uma ocupação simbólica de centros de emprego.

Numa acção simbólica e na sequência da luta pelo direito ao emprego e à estabilidade profissional, os professores e educadores contratados e desempregados ocuparam alguns centros de emprego um pouco por todo o país. Aveiro, Coimbra, Porto, Lisboa, Évora, Braga, Marinha Grande, Viseu, Covilhã e Guarda, são algumas das cidades onde decorreu a iniciativa.

Segundo António Avelãs, dirigente da Federação Nacional dos Professores - Fenprof, trata-se de um problema que atinge cerca de 20 mil professores portugueses e que se encontra numa «fase parva de negociações, uma vez que a tutela ainda não se pronunciou relativamente à contraproposta dos sindicatos».

O Ministério da Educação (ME) enviou, em Novembro último, aos sindicatos, uma proposta de atribuição de subsídio de desemprego aos professores, a qual mereceu duras críticas das estruturas sindicais, nomeadamente em dois aspectos. A obrigatoriedade de descontos de 13 por cento para a Segurança Social, que na maioria dos trabalhadores é de 11 por cento, e a sua aplicação retroactiva,

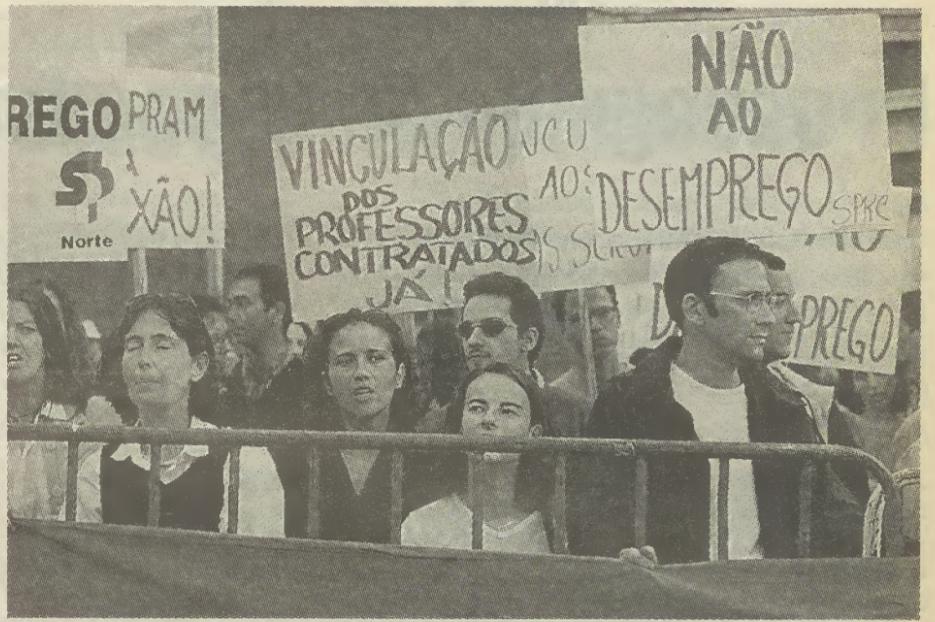
foram os pontos mais contestados pelas estruturas sindicais e alvo de contrapropostas enviadas ao ME em Dezembro passado.

A ocupação simbólica de alguns centros de emprego pretende alertar para a necessidade de se encontrar uma solução para os professores que não estão vinculados ao Ministério da Educação e para os desempregados, que continuam sem ter direito a subsídio de desemprego, referiu António Avelãs à Lusa, sublinhando que se trata de um «problema com duas fases: uma, mais aguda, que afecta professores, alguns dos quais exerceram funções durante anos e actualmente estão desempregados, e uma, de fundo, que obriga a uma definição clara da vinculação de professores».

Na denúncia da insustentável situação que hoje se vive, o Sindicato dos professores da Zona Sul aponta algumas verdades: os quadros das escolas estão desajustados das suas reais necessidades; a legislação em vigor sobre habilitações e concursos é anacrónica; continua por regulamentar o regime de incentivos à fixação de docentes em zonas/escolas isoladas ou desfavorecidas; o ME mantém indefi-

nidamente na situação de contratados milhares de professores que asseguram as necessidades permanentes do sistema educativo; neste ano lectivo o ME despediu cerca de 15000 professores, sem direito a subsídio de desemprego.

O Sindicato dos Professores da Zona Sul sublinha ainda que «do tratamento discriminatório dado aos professores decorrem situações de grande instabilidade para os profissionais, a organização e a qualidade da escola pública ao serviço das populações».



A luta dos professores por um ensino de qualidade é uma constante

ME deve às universidades 22 milhões de contos

As propostas do Governo para os orçamentos das instituições de ensino superior relativos a 2000 são alvo de um protesto por parte do Departamento do Ensino Superior da Fenprof que, em particular, rejeita que os aumentos dos vencimentos dos docentes do ensino superior sejam pagos à custa da degradação do funcionamento das escolas.

A Fenprof considera inaceitável que as verbas para o funcionamento, descontando as relativas aos pagamentos devidos ao

pessoal, diminuam drasticamente, nalguns casos em cerca de 1/3, relativamente ao ano passado. E alerta: o «ME deve às universidades 22 milhões de contos».

Na prática, isto significa - lembra a Fenprof em comunicado de imprensa - que muitas instituições, como é o caso do Instituto Superior Técnico, «receberão pouco mais de metade das verbas para funcionamento» do que há dois anos.

Uma situação que, a concretizar-se, irá contribuir para a redução da qualidade do ensino superior público, reflectindo-se, nomeadamente, na contratação dos «docentes necessários de acordo com os critérios do próprio ME». A Fenprof refere o exemplo do Instituto Superior de Engenharia do Porto, onde ficarão comprometidas as contratações de vinte novos docentes. A Assembleia de Representantes desta instituição decidiu mesmo não reiniciar as activida-

des lectivas no segundo semestre caso não se verifique um reforço de verbas.

A Federação denuncia ainda o facto de, uma vez mais, o Governo não cumprir a fórmula de financiamento acordada em 1993 e sublinha que «este ano o somatório dos orçamentos padrão para as universidades ronda os 146 milhões de contos e o Governo apenas se dispõe a entregar cerca de 121».

Por último, a Fenprof rejeita que o pagamento dos aumentos salariais, «conquistados pela luta determinada dos docentes do ensino superior» seja feita por subtração nas verbas destinadas ao funcionamento das instituições».

«Não foi para isto que os docentes lutaram e não é isso que eles irão aceitar pacificamente», conclui-se no comunicado de imprensa.

Também o reitor da Universidade de Coimbra alertou para os problemas que se colocarão à

instituição se não houver reforço das verbas orçamentais disponibilizadas pelo Governo.

Com este orçamento, os salários dos professores e funcionários ficam assegurados, mas não será possível fazer nem mais uma contratação e há verbas de funcionamento que vão faltar, sublinha o reitor.

O orçamento da Universidade de Coimbra para 2000, relativamente ao de 1999, sofre um aumento de sete por cento, mas esse acréscimo não se traduz na prática, porque houve aumentos de vencimentos por via da progressão na carreira e terá de se ter em conta o índice estimado de inflação, de 2,3 por cento. Assim, e na prática, se em 1999 cerca de 81 por cento do orçamento da Universidade foi canalizado para pagamento de salários, em 2000 será 85 por cento do orçamento a afectar a esses encargos. As despesas de funcionamento sofrerão um corte significativo.

Delegação alentejana em Bruxelas

Um delegação das associações de municípios (AM) do Alentejo e da ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, deslocou-se a Bruxelas, para contactos com a Comissão Europeia, o Comité das Regiões e os deputados do Parlamento Europeu.

Terminado o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) II e estando os processos de preparação do QCA III assim como dos Programas de Iniciativa Comunitária muito adiantados, as associações de municípios consideraram ser o momento de dar a conhecer as suas posições às diferentes instituições da União Europeia (UE).

São várias as questões e/ou razões que levaram as associações do Alentejo a Bruxelas.

Antes do mais, e «embora a situação da região tenha evoluído positivamente», quer no que se refere a alguns projectos estruturantes quer em algumas variáveis comparativas da situação socioeconómica, «as debilidades e os problemas estruturais mantêm-se», refere-se em documento divulgado á imprensa.

Por outro lado, e «sendo esta a terceira vez que se preparam instrumentos de intervenção com um impacto potencial muito grande», continua a verificar-se «um enorme défice de informação e participação dos agentes regionais na preparação desses instrumentos». Daí esta iniciativa das AM, com o propósito de «suprir as deficiências que na sua perspectiva se verificam e reafirmar a permanente disponibilidade e empenhamento dos municípios em participar na definição e gestão das intervenções, contribuindo para reforçar a sua eficácia, numa efectiva aplicação do princípio da subsidiariedade».

As AM consideram ainda que «no que se refere a alguns projectos estratégicos para a

Região (Alqueva, Plataforma Portuária de Sines, Base Aérea de Beja, entre outros), persistem dúvidas e indefinições que, a não serem resolvidas, dificultam a maximização dos seus efeitos positivos no desenvolvimento da região».

Aterro polémico

A contestação, pela Junta de Freguesia de Tourega, do local para a construção do aterro sanitário distrital, levou o presidente da Câmara de Évora, Abílio Fernandes, a reunir com autarcas da freguesia e da Direcção Regional do Ambiente para esclarecimento da situação.

O presidente da Junta de Freguesia de Tourega tem vindo a fazer críticas à localização escolhida para a construção do aterro, na Herdade da Alfarrobeira, na área da freguesia de Tourega. Entretanto, a Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE), entidade que está a preparar a construção do aterro, integrado no sistema de tratamento de resíduos sólidos do distrito, garante que as questões ambientais estão salvaguardadas e lembra que o local foi o indicado pela Direcção Regional do Ambiente, a quem foram propostas quatro localizações possíveis.

Por seu lado, a Câmara Municipal de Mora, em tomada de posição pública, considera que todo o processo, que passou por um inquérito público, decorreu «dentro da máxima transparência e normalidade» e defende que a concretização deste projecto «melhorará substancialmente a qualidade ambiental do concelho de Évora, mas também de todos os outros concelhos do Distrito, com inegáveis benefícios para as respectivas populações».

Produtores de tomate em defesa da agricultura familiar

A defesa da pequena agricultura e da produção de tomate, a nível nacional e europeu, foram questões debatidas num encontro das organizações de produtores sobre o sector do tomate, recentemente realizado, e que reuniu 25 organizações e mais de 100 participantes.

«Na agricultura devem ser introduzidos os temas de segurança alimentar, desenvolvimento rural, qualidade dos produtos, emprego no meio rural», afirma-se no documento aprovado no encontro. A preservação da agricultura familiar, «que é respeitadora do ambiente e da sua biodiversidade» e a especificidade do sector, «aconselham a saída da agricultura da Organização Mundial do Comércio, considera-se ainda no documento.

Os produtores de tomate propõem a criação de um Fórum Nacional de Consulta e debate sobre a Ronda do Milénio e a Organização Mundial do Comércio, em que as Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais e outros grupos de cidadãos sejam chamados a participar. E lembram que «as condições de trabalho e de exploração são desiguais», há países e regiões «onde os custos de produção são mais baixos em função da intensificação e das grandes áreas» e outros «em que o baixo custo de produção é obtido através da desenfreada

e desumana exploração de mão-de-obra, a trabalhar quase em regime de escravatura, sem direitos nem regalias».

No que respeita à produção de tomate e, em particular, de tomate para a indústria, o documento salienta que se trata de «uma actividade fundamental e decisiva para a agricultura mediterrânea e para as explorações familiares, pelo que se impõe que, no quadro da União Europeia, o Governo não aceite quaisquer cedências que penalizem ainda mais os produtores e ponham em causa a sobrevivência de muitos agregados familiares».

Os produtores de tomate referem, em particular, a questão das quotas, defendendo nomeadamente que «a gestão das quotas / quantidades / limiares deve, em cada Estado-membro, ser feita pelo organismo coordenador / pagador (INGA em Portugal) em articulação com as organizações de produtores».

De entre as conclusões destaca-se ainda a preocupação por que «o preço mínimo do tomate a pagar à produção, sabendo que tem duas componentes - um valor do produto base e a diferença de custos de produção entre o mercado mundial e os países do Mediterrâneo -, deve garantir um nível de rendimento condigno aos produtores».

Vila do Conde

Prosseguem os despedimentos

Depois de, na semana passada, se indignar com o despedimento de 260 trabalhadores da empresa «Nórdica», a Comissão Concelhia de Vila do Conde do PCP vem agora denunciar o despedimento de mais de uma centena de trabalhadores do sector têxtil na área do concelho.

Trata-se da Converfil - Sociedade Industrial Têxtil, SA, unidade fabril instalada em Modivas, Vila do Conde, que tinha ultimamente ao seu serviço cerca de 120 trabalhadores e foi declarada falida em Novembro do ano passado.

Apesar disso, só um mês depois, a administração deu conhecimento da falência aos trabalhadores que, entretanto, continuavam a trabalhar.

Para o PCP, dados os constantes atrasos no pagamento dos salários, a falência não consti-

tuiu uma surpresa mas «alguns trabalhadores foram, ainda assim, apanhados desprevenidos». É que nas mesmas instalações da empresa funciona também a «Têxtil Jocomo, SA», uma outra unidade fabril do mesmo patrão, que, em Julho passado, fez entrar no Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia um Processo Especial de Recuperação, ainda a aguardar conclusão.

Uma vez que os trabalhadores destas duas empresas trabalhavam lado a lado, «como se

ambas não passassem de secções de uma mesma empresa», muitos deles «pensavam trabalhar na Converfil, quando de facto estavam ao serviço da Jocomo e vice-versa!».

Esta falta de esclarecimento por parte dos trabalhadores deve-se, na opinião do PCP, ao «clima de perseguição, intolerância e má-criação implantados» nas empresas pelo patrão, que «não reconhecia sindicatos nem permitia na empresa a presença dos mesmos», precisamente com o objectivo de manter os trabalhadores na ignorância.

Na sequência do processo, a Converfil enviou a alguns trabalhadores («os mais esclarecidos?») uma carta dando conhecimento da cessação do contrato, por falência da empresa, e

remetendo-os para o Liquidatário Judicial, no Porto, caso quisessem obter os documentos para requererem o subsídio de desemprego. A outros deu a possibilidade de ficarem ao serviço da Jocomo, mediante a assinatura de um contrato a termo, por seis meses, e a desistência dos créditos, passando o contrato a efectivo... se a Jocomo não viesse a ser declarada falida como aconteceu com a Converfil.

Solidária com os trabalhadores despedidos, a Comissão Concelhia de Vila do Conde exprime a sua repulsa por mais esta situação, interrogando-se sobre como é possível que «num país de direito», que tem à frente um governo PS, possa existir «tanta promiscuidade e tanta permissividade».



A violência doméstica não é a única realidade penosa das mulheres, disse Odete Santos

Lagos

Realidade da mulher em debate

Promovido pela Organização das Mulheres Comunistas, realizou-se, no fim-de-semana passado, em Lagos, um debate sobre o papel da mulher na sociedade, com a participação de Aurélio Santos e Bernardina Sebastião, do Comité Central, de Antónia Candeias, membro da Comissão Concelhia de Lagos do PCP, e da deputada Odete Santos.

Na assistência que enchia a sala, entre um predominante número de mulheres, podia notar-se a presença de muitos homens que acompanhavam com igual interesse o animado debate que ali se travou.

Aurélio Santos e Odete Santos falaram das dificuldades e dos problemas que as mulheres sentem no trabalho e ao nível da participação social e, ainda, das discriminações a que estão sujeitas, apesar das leis importantes aprovadas após o 25 de Abril que vieram melhorar significativamente a vida da mulher. O grande problema, como alertaram, está em que grande parte delas não são aplicadas, seja pelo Governo seja pelo patronato.

Odete Santos falou, depois, sobre o projecto de lei do PCP visando o reforço das medidas de protecção às mulheres vítimas de violência aprovado na Assembleia da República.

A violência doméstica é uma realidade muito penosa, considerou Odete Santos, mas não se pode esquecer que existe outro tipo de violência que urge também combater, como seja a violência no trabalho, nas questões de saúde ou no acompanhamento dos filhos, quando doentes, lembrou, referindo casos concretos de vida e de sofrimento.

A redução da idade da reforma das mulheres para os 62 anos, foi outra questão abordada pela deputada comunista que defendeu a importância de prosseguir a luta pela sua concretização.

Tratamento de Águas e Lixos em Famalicão

Localização de empresa motiva requerimento

Na sequência da visita que fez, há meses, ao lugar de Breia Baixo, freguesia de Vermoim, o deputado comunista Bernardino Soares apresentou na Assembleia da República um requerimento dirigido aos ministros do Ambiente, Agricultura e Economia.

No requerimento, o deputado comunista denuncia a má localização e deficiente protecção dos

tanques de tratamento das águas residuais da IZICAR, assim como a proximidade do matadouro privado da empresa a habitações já existentes quando da instalação do sistema de tratamento, que evidenciam a ausência de medidas de protecção ambiental e paisagística no local.

Bernardino Soares refere ainda as queixas dos moradores vizinhos sobre os maus cheiros e

o aspecto dos tanques, que indicam o não funcionamento ou funcionamento defeituoso do sistema de tratamento das águas residuais que dali seguem para o rio Pele, afluente do Ave, e a existência de um depósito de resíduos sólidos a céu aberto num terreno próximo.

Assim, o deputado pede ao Governo o parecer prévio vinculativo da Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente relativo ao sistema de tratamento de águas residuais da IZICAR e informações sobre o resultado do autocontrolo a que a empresa está obrigada e a lixeira a céu aberto de resíduos sólidos da empresa.

Quais as razões que estão na base da aceitação da localização defeituosa do sistema pelos Ministérios do Ambiente e da Economia e que ajudas nacionais e/ou comunitárias foram dadas à empresa para a instalação do sistema de tratamento das águas residuais são duas outras questões sobre as quais Bernardino Soares questiona o Governo.

Até ao momento, apenas se conhece uma resposta do ministro da Economia que diz não ter a empresa recebido quaisquer apoios no âmbito dos programas PEDIP I e PEDIP II.

CAMARADAS FALECIDOS

Álvaro Lopes Santa Rita

Faleceu no dia 9 de Janeiro, com 52 anos de idade, o camarada Álvaro Lopes Santa Rita. Pertencia à célula da Sorefame.

Fausto Dias Nogueira

Faleceu, no dia 17 de Janeiro, com 60 anos de idade, o camarada Fausto Dias Nogueira que desempenhava, desde Janeiro de 1994, as funções de secretário da Junta de Freguesia de Souselas, eleito nas listas da CDU. Homem de grande firmeza e dedicação aos interesses da população da freguesia de Souselas, onde nasceu e viveu, deixa profunda saudade mas também um exemplo de intervenção em prol do progresso social dos trabalhadores e do povo português.

Francisco Alberto Tomaz

Faleceu, no dia 8 de Janeiro, com 78 anos de idade, o camarada Francisco Alberto Tomaz. Membro do Partido desde 1974, estava ligado à freguesia do Lumiar, tendo a seu cargo o recebimento de quotas dos militantes do Lumiar Sul.

João Francisco Páscoa Periquito

Faleceu no passado dia 16, com 72 anos de idade, o camarada João Francisco Páscoa Periquito, de Santiago do Cacém. Membro do Partido desde 1979, pertenceu durante anos à Comissão Concelhia, respondendo sempre às tarefas para que era solicitado.

Joaquim da Costa Neves

Com 83 anos de idade, faleceu, no dia 8 de Janeiro, o camarada Joaquim da Costa Neves, agente comercial. Era membro do Partido desde 1980 e estava organizado na Comissão de Freguesia de Almada. Desempenhava tarefas nos Centros de Trabalho Dr. Alberto Araújo e concelho.

Lucília Antunes Gancho

Faleceu, no passado dia 12 de Janeiro, após doença prolongada, a camarada Lucília Antunes Gancho (Cilinha), de 79 anos de idade. Era militante do Partido desde 1974 em Vialonga.

Maria Teresa Lourenço Nogueira

Faleceu no dia 31 de Dezembro, com 55 anos de idade, a camarada Maria Teresa Lourenço Nogueira. Trabalhava na Direcção-Geral de Recursos Florestais e militava no Sector da Função Pública de Lisboa, desde 1975.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Avis

Basta de promessas!

O concelho de Avis tem sido marginalizado ao longo dos anos pelos vários governos, diz a Comissão Concelhia do PCP, alertando para a situação a que chegaram as vias de acesso que passam pelo concelho ou, ao nível da saúde, o encerramento das urgências às 24 horas e do internamento.

Apesar de se tratar de um concelho do interior, os comunistas entendem que Avis merece tratamento igual aos do litoral, pois

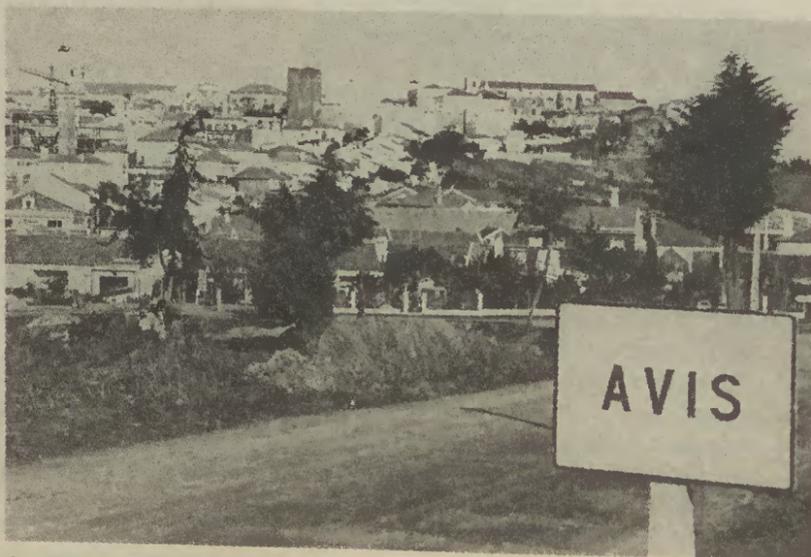
ali vivem pessoas, ali se precisa de emprego com garantias, de cuidados de saúde diários, de bons acessos e boas estradas.

«Não queremos promessas e mais promessas», dizem os comunistas. «Queremos actos concretos», pois o concelho tem potencialidades para ter mais desenvolvimento «se o Governo do PS passar definitivamente das promessas à criação de condições, investindo nas áreas da sua responsabilidade».

Para o PCP, «não é dando formação e mais formação» que se criam postos de trabalho. «Deve haver formação mas também a garantia de que essa formação vai ser posta ao serviço da comunidade e não formação para, no final, os que a têm não saberem o que fazer e serem meros números que os Centros de Emprego utilizam para artificialmente as suas estatísticas apresentarem taxas de desemprego menores.»

Também a situação de dezenas de idosos, «isolados e sem condições de sobrevivência com dignidade», dada a pequenez das suas reformas, mereceu a atenção da Comissão Concelhia de Avis do PC que, recentemente reunida, analisou a situação social e política do concelho e aprovou as linhas fundamentais da sua actividade para o ano em curso.

O Governo PS que «tanto fala em igualdade de oportunidades, em emprego e em aproximação aos parceiros da União Europeia», esquece-se que temos o salário mínimo e o nível de salários mais baixos da Europa e que ainda existem no concelho dezenas de pessoas sem emprego garantido que, para sobreviver «vão andando de programa em programa», diz por fim a Concelhia do PCP que, a seguir, traçou as linhas de acção prioritária para a sua intervenção no concelho.



O concelho de Avis tem potencialidades de desenvolvimento

Coimbra Ataques substituem argumentos

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP «estranha e lamenta os ataques pessoais e as ameaças» proferidas por vereadores eleitos na lista do PS contra o vereador da CDU.

O facto verificou-se na última reunião de Câmara, substituindo, segundo o PCP, o «saudável debate democrático» que era exigível e a «contestação fundamentada das opiniões» que aquele vereador proferiu com respeito «aos interesses que a gestão camarária privilegia na sua política urbanística».

Porém, nem os vereadores do PS nem o próprio PS tomaram esta posição, mantendo-se, aliás, este partido «totalmente alheado dos problemas do Concelho». Assim, segundo os comunistas, só se pode concluir que «uns e outros confirmam as análises feitas pela CDU, apenas não gostando que ela seja tornada pública».

Manifestando a sua solidariedade pessoal e política ao vereador da CDU e «à sua intervenção para alterar os aspectos mais errados e injustos da política camarária», a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP reafirma o compromisso firmado com os eleitores do concelho no sentido de «pôr sempre o interesse público da população à frente dos negócios e pressões de grupos restritos», denunciando-os, «doa a quem doer».

Professores

Por sua vez, a Organização de Professores de Coimbra do PCP defende a necessidade de acabar com a «ignomínia» de manter milhares de professores com contrato e sem expectativa quanto ao seu futuro profissional, ou desempregados, sem subsídio de desemprego ou direito à protecção na doença que tinham no exercício da sua profissão.

Para isso, o Estado deve criar de imediato as condições necessárias à vinculação dos professores que já possuem três anos de serviço e assegurar-lhes o direito ao subsídio de desemprego e não protelar uma situação.

Os professores recusam que o Governo continue a protelar uma situação, com a qual pretende reduzir o número de professores sob a tutela do Estado, pondo em perigo o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino e da educação pré-escolar.

Por fim, os professores comunistas de Coimbra consideram que, para resolver a situação, é ainda fundamental que o Governo se disponha a iniciar o processo de negociação reivindicado pelos sindicatos, com vista à alteração da legislação sobre definição de quadros, processos de concurso e formas de colocação.

Palmela Lear Corporation despede contratados a prazo

O agravamento da exploração da mão-de-obra e a perda de direitos que está a ser facilitada pela existência de um mercado de trabalho instável foi analisada pela Comissão Concelhia de Palmela do PCP, que pretende aumentar a sua influência em novos sectores de actividade industrial, onde existem milhares de trabalhadores jovens e sem «património acumulado de luta».

A situação da Lear Corporation, onde em 2060 trabalhadores apenas cinco são efectivos, mereceu particular atenção dos comunistas, que lembram o facto de esta empresa ter recebido milhares de contos para se instalar na península de Setúbal, o que, aliás, lhe permitiu ser apontada como exemplo de criação de emprego no distrito.

Porém, o objectivo que a Lear Corporation se propôs alcançar

nos próximos dois anos – empregar mais de quatro mil trabalhadores e mantê-los até 2007 – está agora «a ser posto em causa», com o início de um processo de despedimentos de contratados a prazo, em fim de contrato, a favor da admissão de novos trabalhadores igualmente a prazo, «com o aproveitamento escandaloso de três meses iniciais de formação pagos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional».

Esta e outras situações levou a Comissão Concelhia de Palmela a definir um plano de acção para o reforço da organização e intervenção do Partido nas empresas, «procurando associar a organização com a luta reivindicativa e a iniciativa política», consciente de que «o PCP precisa dos trabalhadores» mas também «os trabalhadores precisam do PCP».

Viana do Castelo Reunião sobre o «Avante!»

«O «Avante!» é um jornal que não pode deixar de ser lido pelos militantes e que muita gente lê para além do Partido.» Esta uma das opiniões que foram manifestadas numa reunião, realizada na passada sexta-feira, no Centro de Trabalho de Viana do Castelo, em que participou também o director do órgão central do PCP, camarada José Casanova.

Cerca de duas dezenas de camaradas participaram na reunião dedicada ao «Avante!» e a maior parte deles interveio, manifestando um conhecimento bastante aprofundado do que é o nosso jornal e salientando o seu papel na informação e na batalha ideológica, opondo os ideais e valores dos comunistas à demagogia e à ideia de que o actual domínio do capitalismo é irreversível.

Alguns camaradas salientaram as melhorias introduzidas no jornal do PCP nos últimos tempos, destacando a maior atenção dada às questões laborais e às lutas dos trabalhadores e a importância que a batalha ideológica merece nas nossas páginas, tendo sido nomeadamente referidas secções como o editorial, os comentários políticos da página 3, a crítica de TV, o Talhe de Foice. Também outros artigos e colaborações foram salientados, nomeadamente os trabalhos



A reunião debateu já a próxima remodelação do «Avante!»

que os camaradas Miguel Urbano Rodrigues e Manoel de Lencastre têm regularmente vindo a publicar.

É claro que nem todas as intervenções foram elogiosas e

os camaradas manifestaram preocupação de contribuir, com as suas críticas e sugestões, para o melhoramento do trabalho da Redacção, verificando-se entretanto, agradavelmente, que algumas opiniões surgidas vêm ao encontro de

insuficiências do nosso jornal, nomeadamente as poucas notícias regionais, o deficiente tratamento de questões autárquicas e dos problemas da agricultura e chamaram a atenção para a necessidade de uma melhor

medidas já tomadas pelo colectivo do «Avante!» a serem contempladas na próxima remodelação.

Os camaradas referiram-se particularmente a algumas

arrumação dos temas nas nossas páginas, e deram sugestões de reportagens e de uma melhor colaboração noticiosa das organizações do Partido.

Porto

PCP ouve pescadores e armadores

Uma delegação do PCP, constituída pela eurodeputada Ilda Figueiredo, por José Timóteo e pelos eleitos da CDU de Matosinhos, João Avelino e Luís Belmiro, reuniu, na quinta-feira passada, com pescadores, membros do Sindicato dos Pescadores e Direcção da Propeixe (organização de produtores, essencialmente ligada à sardinha), para discutir os problemas do sector.

Durante o encontro, conforme informação da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, foi dado particular des-

taque ao abate de barcos que Portugal, «como aluno bem comportado», levou mais longe que qualquer outro país da UE.

De facto, segundo o relatório anual sobre resultados dos programas de orientação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, Portugal reduziu a capacidade de pesca, relativamente aos objectivos do POP VI, em 38% em termos de arqueação, quando a média europeia foi de 16%.

Entretanto, alguns países, como a França, aumentaram a sua capacidade. Não era por acaso que alguns dos pescadores

presentes na reunião estavam em vésperas de partir para este país, onde vão trabalhar numa empresa de pesca.

Tendo em conta que Portugal já perdeu enorme capacidade de pesca, foi salientado no encontro o prejuízo resultante de reduções de totais admissíveis de capturas para algumas espécies, como o tamboril (-35%), o lagostim (-45%), o carapau (-6,8%) o biqueirão (-14%) e a arenca (-30%) e a necessidade de compensar pescadores e armadores da pesca da sardinha pelos dois meses

que em cada ano têm de parar para o defeso.

A melhoria das condições de vida dos pescadores - designadamente através da garantia de um rendimento sempre que são impedidos de ir ao mar -, o aumento dos salários, a necessidade de o Governo negociar o Acordo de Pescas com Marrocos e apoiar a modernização da frota e a melhoria das lotas e rede de frio foram outros objectivos apontados na reunião, que Ilda Figueiredo se comprometeu a defender no Parlamento Europeu.

Sinistralidade nas estradas Problemas são estruturais

dade de alguns condutores, estranha que o ministro não assuma as suas próprias responsabilidades e as do Governo nesta matéria.

Os comunistas pensam que se existe um problema de inadequação na formação técnica dos condutores é ao Governo que compete alterar a legislação bem mais determinantes nessas ocorrências.

A afirmação é da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP que, aceitando a necessidade de actuação repressiva em relação à irresponsabili-

Os problemas são estruturais, diz o PCP, pois a verdade é que, se o parque automóvel nacional foi substancialmente renovado nos últimos anos e se foi implementada a obrigatoriedade das inspecções periódicas das viaturas, não se deram os passos necessários na renovação das próprias estradas algarvias.

A auto-estrada Algarve/Lisboa não existe e a Via do Infante e os seus acessos continuam por concluir. A EN 125, apesar do enorme crescimento do número de viaturas que nela circulam, não sofreu quaisquer

alterações estruturais, prosseguindo o licenciamento de edifícios e estabelecimentos ao longo do seu percurso e com saída directa para ela.

Assim, não seria de esperar resultados muito diferentes dos que se verificaram, afirma o PCP. Ora, como a esta situação se alia o facto de não existir uma política de fomento de transportes públicos rodoviários e ferroviários, a tendência será sempre de agravamento e de aumento cada vez maior do número de viaturas a circular em nestas estradas.

TRABALHADORES

Negociações bloqueadas

O patronato dos Têxteis, do Vestuário e do Calçado tem vindo a «bloquear» as negociações da contratação colectiva nos vários sectores de actividade, acusa a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal. Em nota à comunicação social, a Fesete/CGTP afirma que o patronato tem vindo a propor «miseráveis aumentos salariais» e reduções de direitos sociais contratuais, o que provoca o bloqueamento de todos os processos negociais e agrava as já más condições de vida e trabalho no sector. Constatando esta situação, um plenário geral de sindicatos que reuniu sexta-feira passada, decidiu promover um debate nacional com dirigentes e delegados sindicais, que se realizará dia 25 deste mês. A iniciativa tem como objectivo tomar medidas urgentes contra estas «escandalosas» tomadas de posição, que nalguns casos já há 11 anos põem em causa o direito da livre negociação colectiva.

Petrogal discrimina

Os estagiários da refinaria do Porto da Petrogal exercem trabalho efectivo em postos de trabalho permanentes, em laboração contínua e continuando tarefas de trabalhadores considerados efectivos, acusa o Sinorquifa/CGTP, em nota enviada à comunicação social. O Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte afirma também que, sendo considerados estagiários pela empresa, estes trabalhadores recebem remunerações inferiores e encontram-se vinculados a termo. O sindicato contactou a Inspeção do Trabalho no sentido desta ter conhecimento e corrigir as ilegalidades cometidas em relação às condições dos estagiários, uma situação violadora dos direitos de «quem trabalha e da sua condição humana».

Algarve Casino

Dez dias depois do acidente que vitimou uma trabalhadora do Hotel Algarve-Casino, «o perigo permanece, porque nada foi feito para o prevenir», alertou o Sindicato da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do distrito de Faro. A direcção sindical, lamentando a morte de Maria da Cruz Paixão, expressou o seu protesto face às circunstâncias em que ocorreu o acidente e lembrou que «há cerca de um ano que o sindicato, ao aperceber-se do perigo resultante da falta de segurança a que estão submetidos os trabalhadores do Hotel Algarve, na zona do refeitório, alertou não só a administração como as entidades competentes, designadamente o IDICT», considerando que se trata de um caso de «negligência consciente».

Grupo Luís Correia segue o mesmo caminho
Há responsáveis na falência da Lionesa

A Fesete/CGTP acusa o Governo e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, por cederem aos interesses imobiliários, e exige que evitem a consumação da falência da Fábrica de Tecidos Lionesa usando os mecanismos ainda ao alcance.

Reagindo à divulgação da posição do banco BPI, que rejeitou, como se esperava, a proposta de viabilização apresentada pela Segurança Social, a Federação dos Sindicatos Têxteis anunciou que vai recorrer ao Provedor de Justiça «no sentido de investigar a postura do IGFSS, através dos seus representantes, de modo a identificar responsabilidades políticas e técnicas e os prejuízos causados aos interesses públicos e do Estado».

A falência da Lionesa vai colocar no desemprego os seus 200 trabalhadores e «mais umas dezenas» de pessoas, ligadas a pequenas empresas que labora-

vam nas instalações da fábrica, em Leça do Balio, referiram os dirigentes da Fesete, numa conferência de imprensa que deram na semana passada e na qual salientaram que «a Segurança Social, com este desfecho, nada receberá dos seus créditos», além de que vai ter de desembolsar cerca de 700 mil contos, com subsídios de desemprego.

A estrutura sindical reafirmou as dúvidas de que não tenham presidido «outros interesses» à posição do IGFSS neste processo, que considera como «um crime cometido por uma instituição pública». Foram também renovadas as críticas à «incapa-

cidade e incompetência dos responsáveis do IGFSS em conduzir um processo de viabilidade que antecipadamente foi gizado entre representantes dos trabalhadores e daquela instituição». Tal plano, recordou a Fesete, garantia a viabilidade económica e financeira da Lionesa, bem como a liquidação do passivo «em melhores condições que qualquer outro projecto já aprovado pelo IGFSS em outros processos de recuperação», assegurando à Segurança Social um património no valor de um milhão de contos.

Contudo, «o IGFSS, após a entrada em cena de pessoas que representam interesses imobiliários, abandonou tal projecto/perspectiva e, apoiado naqueles interesses, apresentou uma proposta e forçou a sua votação, consciente de que esta não colhia a simpatia dos credores e, por-

tanto, estaria votada ao fracasso», resultando na decisão de falência.

A Fesete exige «consequências para os responsáveis» técnicos e políticos deste caso. Quer ainda que o Governo e o IGFSS tirem daqui as devidas conclusões e não repitam o mesmo procedimento, como pretendem fazer com o grupo Luís Correia, que tem cerca de 500 trabalhadores nas suas empresas em Felgueiras, Santo Tirso e Vizela, e em cujas assembleias de credores a Segurança Social tem defendido soluções semelhantes às da Lionesa.

A falência da Lionesa contraria a posição da Assembleia Municipal de Matosinhos, que aprovou, por unanimidade, uma moção apresentada pela CDU onde solicitava a intervenção do Ministério do Trabalho para preservar a fábrica.

Construção na ex-Judice Fialho só depois de pagar aos trabalhadores

Os trabalhadores da ex-fábrica de conservas Judice Fialho solicitaram aos presidentes da Câmara e da Assembleia municipais de Sines que não seja autorizada a construção de imóveis no local onde funcionou a empresa, enquanto não estiverem liquidadas as dívidas ao pessoal.

A decisão saiu de um plenário em que foi afirmada a disposição de prosseguir a luta em defesa do emprego e dos direitos, ameaçados com a venda do património da Judice Fialho à empresa de construção civil J. Silva Lobo, para cuja sede foi convocada mais uma concentração, a realizar na tarde de dia 26, quarta-feira.

Uma nota de imprensa divulgada pela União dos Sindicatos de Sines e Santiago do Cacém

refere ainda que vai ser solicitada a actuação do Procurador-Geral da República, alegando que a venda da Judice Fialho teve como objectivo diminuir a garantia patrimonial do crédito dos trabalhadores.

A construtora J. Silva Lobo comprou a Judice Fialho em Abril de 1996, o que constituiu uma data-chave na «história do encerramento e destruição» da fábrica de conservas, que foi sintetizada no final de Dezembro, por aquela estrutura local da CGTP-IN. Em comunicado à população do concelho, a União salienta que, em consequência desta venda, a empresa de construção civil passou a ser parte no contrato de cessão da exploração, que vigorava desde Dezembro de 1994 com a PAC, Comércio Ali-

mentar, empresa de Soares Machado.

Depois de ficarem sem receber os ordenados de Junho e Julho de 1996, os cerca de 90 trabalhadores (mulheres, na sua maioria) decidem recorrer à lei dos salários em atraso, suspendendo os contratos de trabalho e recorrendo ao subsídio de desemprego. Nesse mesmo dia 11 de Agosto de 1996, a empresa proprietária do imóvel ocupa as instalações, «originando assim o termo do contrato de cessão de exploração com a PAC, por incapacidade desta em cumprir os objectivos a que se tinha proposto». Cessando o contrato com a PAC, os trabalhadores, «como parte integrante do estabelecimento, voltam novamente à Judice Fialho, com todos os direitos,

regalias e antiguidade». Actualmente, prestes a esgotar o período em que têm direito aos subsídios de desemprego, os trabalhadores «poderão a qualquer momento fazer terminar a suspensão do contrato de trabalho e voltar à empresa, hoje com nova entidade patronal», o que será «perfeitamente legal», do ponto de vista sindical. Também é este o entendimento dos tribunais e do Procurador-Geral da República, salienta a União Local de Sindicatos.

Quem não entende assim é o proprietário da J. Silva Lobo, que recusa qualquer responsabilidade para com o pessoal da Judice Fialho, pelo que «não resta aos trabalhadores outra alternativa, que não seja a luta pelos seus direitos e interesses».

«Je suis fatigué»
— alegou o patrão da Kallen

Em plenário realizado sexta-feira, os trabalhadores das Condições Kallen reclamaram do Governo «medidas urgentes e adequadas» para garantir a legalidade e salvaguardar os seus direitos.



As operárias não desistem da sua justa luta

Nesse sentido, decidiram solicitar audiências aos ministros da Economia e Finanças, do Trabalho e Solidariedade, e dos Negócios Estrangeiros.

Vão ainda contactar o primeiro-ministro, o PR, o presidente da AR e os grupos parlamentares, o Procurador-Geral da República e a Câmara Municipal de Alenquer.

Na moção que aprovaram por unanimidade, os trabalhadores da Kallen (mulheres, na sua maioria) deixam, «para o registo histórico» da sua luta em defesa do emprego e dos direitos, a informação de que o patrão da empresa, Michel Ruscassie, da multinacional VET France Disfra, decidiu fechar a fábrica dizendo «je suis fatigué» (estou cansado) — alegação dada a conhecer por um dos advogados da empresa.

Para os trabalhadores e o Sindicato dos Têxteis do Sul, a falta de resposta dos representantes da Kallen às propostas para regular o pagamento de salários e retomar a normal laboração «é, obviamente, a prova definitiva das suas reais intenções»: «fazer cessar imediatamente o direito ao trabalho, argumentando com o processo de falência para não proceder ao pagamento dos direitos ao salário e às indemnizações».

Lisboa

A União dos Sindicatos de Lisboa e a coordenadora das Comissões de Trabalhadores do distrito convocaram para ontem à tarde um plenário de ORTs. Com esta iniciativa, a USL/CGTP e a CIL procuraram discutir a situação social no distrito, bem como a dinamização da acção reivindicativa e as consequentes medidas de luta a adoptar — informaram, num comunicado conjunto, aquelas estruturas.

20 anos do Sitava

Luís Villas-Boas foi homenageado anteontem pelo Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, que apresentou publicamente o programa das comemorações do 20.º aniversário da sua constituição. O conhecido divulgador do jazz, falecido a 10 de Março último, foi um dirigente histórico do sindicato, a cuja Mesa da Assembleia Geral presidiu.

Açores

Um horário de trabalho idêntico para todos os trabalhadores da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos dos Açores é exigido pelo Sindicato da Função Pública. Um abaixo-assinado que o STFP/SA/CGTP ia entregar ontem ao Governo Regional refere que, desde o início do ano, os operários da Obras Públicas têm sido confrontados com dois tipos de horários, com uma diferença de 30 minutos na hora de saída. «A pretexto da (justa) redução do horário semanal de trabalho, alguns dos trabalhadores do sector ficaram (injustamente) a sair mais tarde todos os dias da semana», sublinha o documento, citado pela Agência Lusa.

Pescadores

Ao seguir para Espanha e França, onde a remuneração chega a ser três vezes superior aos rendimentos obtidos em Portugal, um grupo de pescadores teve também a companhia do coordenador do Sindicato da Pesca do Norte, que foi contactar empresas, autoridades marítimas, Segurança Social e sindicatos franceses, para com eles abordar a defesa dos interesses e direitos dos homens do mar portugueses, que para ali emigram em cada vez maior número. Ao divulgar esta iniciativa, o sindicato informou que o acordo alcançado para o arrasto costeiro e os avanços na negociação do contrato colectivo para a pesca do bacalhau foram positivamente avaliados numa reunião aberta dos corpos gerentes. Na reunião foram severamente criticados os armadores da Póvoa do Varzim, associados da Apropesca, por não terem cumprido o acordado quanto ao pagamento dos subsídios de Natal.

TRABALHADORES

Contra a partidarização da vida sindical

Unitários defendem mudança activa no SBSI

Com a anunciada aliança entre PS, PSD e MRPP, surge no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas «um bloco ligado ao Governo e ao patronato», acusam as listas unitárias, reagindo à conferência de imprensa dada na semana passada pelos socialistas.

Na nota que divulgaram à comunicação social, os bancários da maior força sindical do SBSI – que integra a respectiva

degradação das condições de vida, sociais e profissionais, dos bancários» e decidiu aliar-se com os TSD e o MRPP, a ten-

toralista» à informação pública de decisões tomadas pelos órgãos sociais do sindicato, numa conferência de imprensa partidária. O facto de ter sido indicada, na conferência de imprensa dos socialistas, uma data para a realização das eleições no SBSI, sem que o órgão competente do sindicato tenha tomado uma decisão, é apontado

ocupações e interrogações colocadas pelos bancários sobre a filiação na UGT e as vantagens de enviar 120 mil contos anuais para uma estrutura que dá cobertura às medidas do Governo PS contra os trabalhadores, como se viu na discussão do último pacote laboral, e cuja governamentalização é reconhecida pelo próprio líder dos TSD.

Foi também «sem qualquer aval da Direcção ou de outro órgão competente do SBSI» que a tendência socialista veio dizer que os sindicatos aceitarão reduzir a proposta de actualização salarial, de 12 para 3,25 por cento.

Quanto ao que foi dito pelos socialistas sobre os Serviços de Assistência Médico-Social, o comentário é feito em três pontos:

- «o aumento das comparticipações em medicamentos foi, antes de outros, defendido pelas listas unitárias, e é financeiramente possível ir além dos anunciados 90 por cento»;

- «a referência à recorrente proposta de uns SAMS a nível nacional não passa de uma tentativa de fazer esquecer justas críticas dos bancários a estes serviços»;

- «nada se adianta sobre o tratamento atentatório de direitos adquiridos pelos trabalhadores do BTA, no quadro do acordo celebrado com o Ministério da Saúde».

As listas unitárias – que anunciarão «em breve» os termos da sua participação, composição e objectivos face às eleições de Abril – adiantam desde já que «recusam fatalismos» e afirmam que «há condições para uma mudança activa no SBSI, com uma nova prática sindical, em unidade, e recusando a partidarização, que dê voz aos bancários e coloque o sindicato ao serviço dos trabalhadores».



O sindicato deve estar ao serviço dos bancários, defendem os eleitos e activistas das listas unitárias (foto de arquivo)

Direcção e tem um peso muito importante nos demais órgãos do sindicato – recordam que «os socialistas, no Governo ou fora dele, sempre aceitaram a causa (a reprivatização da Banca) que deu origem às fusões e aquisições e à consequente diminuição de postos de trabalho e precarização» no sector.

Quando recusou «uma convergência eleitoral com as listas unitárias, para dinamizar uma nova prática sindical, que perspectivasse uma viragem na

dência socialista construiu «um bloco ligado ao Governo e ao patronato, numa linha de aprofundamento da partidarização da vida sindical».

Abuso de poder

As afirmações do presidente da Direcção, após a reunião de dia 11 da tendência socialista, merecem severa crítica das listas unitárias, que atribuem «um cariz abusivo e claramente elei-

como «um abuso de poder» e uma atitude de «desrespeito» para com a Mesa da Assembleia Geral.

«Chega-se a propor um referendo para a constituição de uma federação e a indicar a sua realização em simultâneo com as eleições para os órgãos sociais do sindicato, o que não é possível no respeito pelos Estatutos», protesta-se na nota das listas unitárias, reparando que, «em contrapartida, não se propõe equacionar e discutir as pre-

Gescartão para privados a preços de saldo

Os trabalhadores da Gescartão e o sindicato do sector questionaram o ministro das Finanças acerca do baixo valor apresentado para a privatização da empresa, bem como das facilidades abertas à transferência de lucros públicos para o sector privado. Exigem ainda garantias claras quanto aos direitos e interesses do pessoal da empresa, e esclarecimentos do Governo acerca dos reflexos negativos que a venda da Gescartão (e das empresas cujo capital social detém: Portucel Viana, Portucel Embalagem e Portucel Recicla) terá no emprego e no desenvolvimento regional e local.

A reunião com um assessor do ministro Pina Moura teve lugar na sequência de uma concentração de representantes daquela empresa do grupo Portucel, realizada no dia 12, junto ao Ministério das Finanças.

Numa nota divulgada sexta-feira, o sindicato da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa denuncia o facto de os trabalha-

dores terem sido marginalizados pelo Governo, uma vez que não foram consultados sobre a decisão de privatizar a empresa nem sequer as comissões de trabalhadores foram informadas, apesar de, segundo a lei, ser necessário o seu parecer. «O mesmo comportamento governamental continua a manter-se no desenrolar posterior do processo», diz o sindicato.

Na nota são apontados alguns números que justificam a afirmação de que «a privatização não é boa, nem para o País nem para os trabalhadores, e por isso ainda mais se impõe que sejam prestados os esclarecimentos solicitados»: o valor definido para a privatização é de 19,985 milhões de contos; o capital social das empresas é de 35,5 milhões de contos, mas uma avaliação chegou a 42,480 milhões de contos; venderam 29 milhões de contos, em 1998, com 55 por cento do mercado na exportação e com lucros de 900 mil contos (depois de pagos os impostos).



No recente congresso da CGTP foi decidido marcar com uma acção sindical a próxima Cimeira da UE

23 de Março CGTP leva à Cimeira os problemas dos trabalhadores

A CGTP-IN convocou uma jornada nacional de luta para o primeiro dia da Cimeira extraordinária da União Europeia sobre emprego. «Por emprego de qualidade, contra a precariedade», terá lugar uma concentração junto ao Mosteiro dos Jerónimos, de onde os trabalhadores seguirão em desfile até ao Centro de Congressos de Lisboa, na antiga FIL, onde está instalada a Presidência portuguesa da UE e onde vai decorrer a Cimeira.

Os números oficiais, que referem um aumento global do emprego, em Portugal, na ordem dos dois por cento, não anulam problemas sérios de milhares de trabalhadores, como o crescimento dos vínculos precários e do falso trabalho independente, o elevado desemprego de jovens (camada onde a precariedade tem ainda maior peso) e a grande subida do número de licenciados sem emprego. Quanto ao aumento estatístico do emprego, a CGTP considera que ele se deve a factores conjunturais, e não resulta da aplicação do Plano Nacional de Emprego.

Na primeira quinzena de Março, no quadro da preparação da jornada nacional de luta, as estruturas da CGTP vão recolher, a nível regional e sectorial, informações detalhadas e actualizadas sobre as questões do emprego, da Segurança Social e das condições de trabalho.

Administração Pública em luta no dia 27

A contraproposta salarial do Governo foi repudiada pela coordenadora da Frente Comum de Sindicatos, que aprovou a realização de uma jornada de luta nacional na próxima quinta-feira, dia 27. Para as 15 horas ficou marcada uma concentração em Lisboa, no Campo Pequeno, a que se segue uma manifestação para o Ministério da tutela, na Estrada das Laranjeiras.

Na nota que distribuiu à imprensa, a Frente Comum considera as percentagens propostas pelo Governo como «um arredondamento de 1254 escudos por mês, ou seja, 42 escudos por dia» no valor do índice 100 (remuneração mínima no regime geral), e «uma gorjeta de 15

escudos por dia para o subsídio de refeição». «Tal proposta significa uma afronta à dignidade dos trabalhadores da Administração Pública, aprofundando a espiral de degradação do seu nível salarial, o que é chocante face às declarações governamentais de um bom crescimento da economia nacional, omite quaisquer princípios de justiça social, bem como a proclamada necessidade de aproximação aos níveis médios dos salários europeus», protesta a Frente Comum, salientando que «às outras matérias, o Governo nem sequer apresentou qualquer contraproposta».

A jornada de luta da próxima quinta-feira terá como objecti-

vos a reivindicação de salários dignos e a defesa do vínculo de emprego público, de carreiras dignificadas e de justas condições de trabalho, contra «uma política de evolução na continuidade, acentuando a injustiça na distribuição do rendimento nacional» e que, «a não ser invertida na Administração Pública, terá efeitos em toda a contratação colectiva».

Na sua reunião de dia 13, a coordenadora da Frente Comum de Sindicatos decidiu, «caso não se verifiquem alterações qualitativas e quantitativas no actual processo negocial, equacionar a possibilidade de recurso a outras formas de luta, incluindo a greve».

Turquia persegue jornalistas de Chipre

O jornal «Avrupa», que circula na parte de Chipre ocupada pela Turquia, foi recentemente multado em 260 000 dólares por um «tribunal cipriota turco» por criticar a política do regime de Denktash. Conhecido pelo seu reiterado apoio a uma solução pacífica do problema de Chipre, o jornal tem sido alvo de sucessivas tentativas de silenciamento, incluindo a perseguição aos seus jornalistas, seis dos quais enfrentam um tribunal militar. O Partido Progressista dos Trabalhadores, AKEL, divulgou um comunicado em que denuncia os atentados à liberdade de imprensa por parte dos ocupantes turcos e apela à solidariedade internacional para com os democratas cipriotas. «Numa altura particularmente delicada para o problema de Chipre, o silenciamento de vozes, que contribuiu para a separação das duas comunidades, constitui um desenvolvimento negativo e dificulta os esforços para encontrar uma solução justa e duradoura para o problema», lê-se no comunicado.

Argentinos contra libertação de Pinochet

Várias organizações argentinas dos Direitos Humanos, incluindo as Mães da Praça de Maio, divulgaram sexta-feira um documento conjunto em que apelam ao ministro do Interior britânico, Jack Straw, que não liberte o general chileno Augusto Pinochet detido em Londres há 15 meses. «A sua libertação criaria um precedente que garantiria a impunidade para os autores dos crimes de terrorismo de Estado mais aberrantes e representaria uma imensa regressão na luta pela justiça», diz o comunicado, sublinhando que vários criminosos nazis acusados de crimes menores foram julgados e condenados, sem atender à idade. O ministro do Interior britânico estuda a possibilidade de libertar o antigo ditador, hoje com 84 anos, «por razões humanitárias».

Prisão em Viena

Uma dirigente do grupo extremista palestiano Abu Nidal, Nimer Halima, foi detida há uma semana em Viena, quando tentava levantar dinheiro de uma conta, congelada desde a guerra do Golfo (1990-1991) devido às suas ligações com o Iraque. Segundo a agência noticiosa austríaca, APA, Halima despertou a atenção dos funcionários bancários por ter utilizado uma «assinatura suspeita». O grupo palestiano Abu Nidal reivindicou vários atentados sangrentos na década de 80, três dos quais perpetrados em Viena, que provocaram a morte a 300 pessoas e deixaram feridas mais de 650. Abu Nidal afastou-se em 1973 da Organização da Libertação da Palestina (OLP), e acusa Yasser Arafat de fazer demasiadas concessões a Israel.

Cuba Mobilização permanente pela libertação de Elián

Mais de 400 000 cubanos saíram à rua em Havana no final da semana passada exigindo o repatriamento de Elián Gonzalez, o «menino balsero» que desde 25 de Novembro está sequestrado nos EUA. Os protestos vão continuar até à libertação de Elián.

As manifestações de sexta-feira, sábado e domingo constituem um testemunho impressionante da mobilização popular que se vive em Cuba e do empenho nacional na resolução de um caso que se transformou num paradigma da batalha política sem tréguas que os EUA movem contra Cuba há mais de três décadas.

As autoridades cubanas, convencidas de que o processo de repatriamento de Elián se pode arrastar, decidiram entretanto transformar os arredores da missão diplomática norte-americana em Havana numa «tribuna aberta e permanente» para denunciar o imperialismo e a «mafia terrorista de Miami». Na sexta-feira, mais de 100 000 mães e mulheres grávidas ou com filhos ao colo desfilaram junto ao local; no sábado, as manifestações tiveram lugar num ponto emblemático de



Elián à espera de regressar a casa

Havana, na convergência das ruas onde, há 38 anos, Fidel Castro proclamou o carácter socialista da revolução e pronunciou a famosa palavra de ordem que passou a ser um símbolo da resistência cubana ao imperialismo - *Patria o muerte!*.

Na iniciativa de sábado participaram populares figuras da vida artística cubana. Na véspera, mais de uma centena de escritores e artistas subscreveram uma carta endereçada ao presidente dos EUA, Bill Clinton, reclamando que Elián seja entregue ao pai «sem mais demoras». Entre os subscretores figuram o actor Jorge Perugorria, o poeta Pablo Armando Fernández e os cantores Silvio Rodríguez e Pablo Milanés.

No domingo, mais de 150 000 manifestantes voltaram a paralisar Havana para protestar «contra o engano e a traição que significa o prolongamento indefinido do sequestro de Elián».

De acordo com as autoridades cubanas, estas acções de massas fazem parte de «uma nova etapa de luta» provocada pelo «enquistamento» do caso Elián, e continuarão até que a criança volte a casa, para junto do pai e dos avós.

Recorda-se que após o Serviço de Imigração e Naturalização dos EUA ter tomado a decisão, à luz da legislação nacional e internacional aplicável, de entregar Elián ao pai, residente em Cuba, o Congresso norte-americano intimou a criança a comparecer numa audiência marcada para 10 de Fevereiro, pelo que o menino cubano está impedido de deixar os EUA até essa data.

Alemanha O príncipe a «monarquia-cristã» e a mafia de Maastricht

Se a Europol, essa polícia concebida e imposta aos Estados da União Europeia pelo antigo chanceler da Alemanha e o seu ministro do Interior, se destinasse de facto a «combater o crime organizado», já há muito tempo que Kohl e Kanther teriam sido objecto de investigação.

Manfred Kanther acaba de confessar ter, juntamente com o Príncipe Casimir zu Sayn-Wittgenstein, tesoureiro da CDU do Estado do Hessen, dirigido a lavagem dos dinheiros ilegais que, como se sabe, permitiram a Helmut Kohl conduzir durante dezasseis anos como um monarca os destinos da Alemanha e da UE. Esta fase que abrange a anexação da RDA e os tratados de Maastricht e Amsterdão irá provavelmente ficar na história como o período da «monarquia-cristã».

Particularmente escandalosa tinha sido a tentativa de diver-

são do Príncipe de Wittgenstein sugerindo que Kohl não podia revelar os nomes dos seus financiadores secretos por se tratar de judeus que haviam deixado as suas fortunas à democracia-cristã. Atirar com as culpas de tudo o que é negativo para cima dos judeus e dos comunistas tem sido uma constante ao longo da história da Alemanha. Mas insistir à beira do terceiro milénio nos métodos caluniadores do III Reich não lembra nem ao Diabo.

Para esconder na Suíça e no Lichtenstein os milhões com que os grandes grupos económicos agradeceram a obra política do arquitecto de Maastricht, a democracia-cristã, violando flagrantemente os princípios constitucionais (art. 3), recorreu ao dirigente que no Ministério do Interior adquirira fama como homem «da lei e da ordem»,

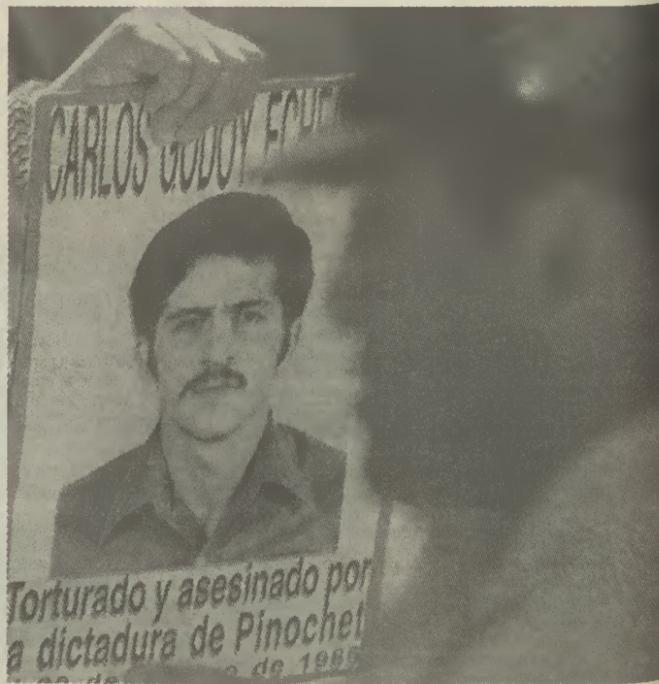
reprimindo quanto pôde, instalando um sistema de espionagem da vida privada dos cidadãos e entregando os resistentes curdos aos centros de tortura de Ancara.

A imprensa alemã não se cansa de informar que Kohl e a CDU utilizaram métodos semelhantes aos da mafia. Até Oswald Bühler, o homem que ajudou o pai da tenista Steffi Graf a esconder milhões no estrangeiro, participou na lavagem dos dinheiros da CDU.

O SPD já exigiu a demissão do ministro presidente do Hessen, o democrata-cristão Koch e a anulação do acto eleitoral que em 1999 o levou ao poder por financiamento ilegal da campanha eleitoral. Mas é evidente que aquilo que é ilegal para a Alemanha também o terá de ser para as decisões antidemocráticas tomadas em relação à União Europeia pela mafia de Maastricht.

Chile Ricardo Lagos

Ricardo Lagos ganhou no domingo a segunda volta das eleições presidenciais no Chile, batendo o candidato da direita, Joaquín Lavín, por mais de 180 000 votos de vantagem. O Partido Socialista chileno volta ao palácio de La Moneda 27 anos depois do golpe militar que derrubou e matou Salvador Allende, e remete para o poder judicial a decisão de levar Augusto Pinochet a julgamento.



Os chilenos exigem o julgamento de Pinochet

Confiança no futuro

A profunda crise económica que abalou o Chile no último ano e meio, após 15 anos de crescimento contínuo, parece ter chegado ao fim. Após uma descida do Produto Interno Bruto estimada em 0,5 por cento em 1999, e um aumento do desemprego de seis para 12 por cento, o que representa cerca de 670 000 pessoas sem trabalho, a economia chilena entrou numa fase de recuperação, prevendo-se para este ano um crescimento de seis por cento. O desemprego continua no entanto elevado, com uma taxa de 10 por cento em finais de 1999.

Segundo os dados disponíveis, em Novembro último a produção industrial cresceu 7,7 por cento em relação ao mesmo mês do ano anterior, as vendas aumentaram 1,2 por cento e no trimestre de Setembro a Novembro o desemprego baixou um por cento.

Na opinião de alguns economistas, estes dados revelam que a recessão chegou ao seu ponto mais baixo e a economia começou a recuperar, o que se deverá traduzir também num aumento do emprego.

De acordo com Arturo Martínez, Secretário-Geral da Central Unitária de Trabalhadores (CUT), com a vitória de Ricardo Lagos o desemprego deverá situar-se muito próximo dos sete por cento, chegando ao final do ano entre os cinco e os dois por cento, «uma taxa menor do que a existente antes da crise asiática».

Os apoiantes de Lagos reconhecem no entanto que «não basta ter uma economia saudável para ter um país desenvolvido e moderno», é necessário que «as riquezas sejam igualmente repartidas, que essa prosperidade se traduza em mais educação, mais saúde, melhor qualidade de vida para todos os chilenos». Assim, o novo presidente propõe-se criar 200 mil empregos este ano, dar crédito e apoio tecnológico a 300 mil pequenas empresas, formar e dar trabalho a 30 mil jovens, criar 30 mil novos empregos para mães com escassos recursos, legislar sobre um seguro de desemprego e dar continuidade aos programas de emprego temporário iniciado pelo governo em 1999 e que beneficiou 110 000 pessoas.

Os dirigentes sindicais (e também alguns empresários) apoiam os projectos de Lagos. O Secretário-Geral da CUT, Arturo Martínez, está confiante: «Para nós o slogan da igualdade tem um enorme significado e por isso o assumimos. Crescer em igualdade significa ter a possibilidade de que a negociação colectiva seja em igualdade de condições, ter acesso a uma saúde de qualidade, ter maior capacidade técnica e profissional, poder ascender a empregos melhor remunerados. Crescer em igualdade significa que os trabalhadores e os filhos dos trabalhadores possam ter uma educação que lhes permita singrar na vida».

eleito presidente

O Chile festejou nas ruas a eleição do candidato socialista para a presidência da República, mas nem a euforia da vitória fez esquecer a necessidade nacional de acertar contas com o passado: em Santiago, na própria noite de domingo, a multidão que acorreu a ouvir o discurso de Lagos à nação fez ouvir insistentemente o seu grito «Julgamento de Pinochet!». O novo Presidente não pôde ignorar, mas a sua resposta foi cuidadosa: «os julgamentos são feitos no tribunal», disse, garantindo que fará «respeitar as decisões da justiça». Mais tarde, em resposta a perguntas de jornalistas sobre o eventual julgamento de Pinochet caso regresse ao Chile, Lagos voltou a responder de forma indirecta: «Vamos resolver esta questão quando ela se colocar, aqui, no Chile. Haverá independência do poder judicial para fazer o que tiver de ser feito.» Uma posição que voltou a reiterar em entrevista ao diário espanhol «El País»: «A única coisa que digo como presidente eleito deste país é que no Chile o poder judicial é autónomo, independente e que não pode haver pressões sobre ele. A função do presidente não é levar ninguém a juízo, mas sim deixar que os tribunais actuem livremente.»

Remetendo a decisão para o poder judicial, Lagos deixa em aberto uma das questões que a maioria dos chilenos pretende resolver, o que não augura um futuro fácil ao novo inquilino de La Moneda.

Lagos tem ainda pela frente a complexa tarefa de levar a cabo a indispensável reforma política para a democratização do Senado, acabando com os lugares de nomeação e vitalícios; assumir o efectivo comando das Forças Armadas, recuando o poder de nomear as chefias militares (o que Pinochet se encarregou de salvar, antes de abandonar o poder); e proceder a outras reformas legislativas que façam do país efectivamente um Estado de direito. A questão que se coloca no futuro imediato é a de saber como

reagirá a direita, herdeira e já órfã de Pinochet, ao avanço da democratização no Chile.

Expectativas

As expectativas criadas são enormes.

Ricardo Lagos, que assumirá funções a 11 de Março foi eleito por 51,32 por cento dos votos, enquanto Lavín recolheu 48,68 por cento, num total de mais de sete milhões de votos válidos. O resultado da segunda volta alargou a distância que separou os dois candidatos no primeiro escrutínio, a 12 de Dezembro, quando o candidato da direita ficou apenas a 31 000 votos de Lagos.

A maior afluência às urnas registada no domingo não se explica apenas pelo facto de o voto ser obrigatório no Chile. A consciência da possibilidade real de um candidato admirador de Pinochet chegar ao poder pesou sem dúvida na balança, mobilizando o eleitorado e concentrando votos; os analistas admitem que os 250 000 votos que em Dezembro foram para o Partido Comunista tenham sido na segunda volta concentrados no candidato socialista para evitar uma vitória da direita. O mesmo sucedeu com o eleitorado feminino, que vota em mesas separadas, maioritariamente dirigido para Lagos, sobretudo nos bairros populares.

Mais sóbrio nas promessas do que o seu adversário - Lavín desdobrou-se em promessas durante a campanha eleitoral -, Lagos ganhou credibilidade pela moderação. Unidade, justiça social, desenvolvimento são objectivos caros a todos os povos e o Chile já deu provas do seu apreço por tais valores. Os compromissos assumidos por Ricardo Lagos (ver peças em separado) criaram expectativas e muita confiança no futuro. O futuro se encarregará de demonstrar se Lagos, o Partido Socialista e a Coligação governamental no poder no Chile são merecedores dessa confiança.

(...) Chilenas e chilenos, um novo espírito percorre o nosso território, vamos para o século 21 com um sentimento de união e de tarefa partilhada. Queremos ser uma grande nação que inclua todos os chilenos.

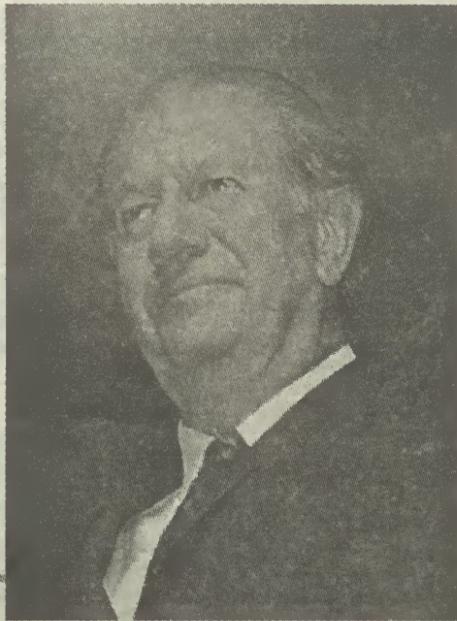
Hoje estamos todos juntos: os que alcançaram a vitória e os que não a puderam alcançar. Enfrentamos todos a mesma obrigação. Queremos trabalhar juntos para cumprir um sonho comum: ser uma nação justa, um país de gente alegre, queremos ser o país estrela do novo milénio. Desde Arica a Magalhães e à Antártida escuta-se o anseio de iniciar uma nova etapa na nossa história, superar as desigualdades e oferecer as mesmas liberdades e oportunidades a cada um dos nossos filhos; elevar o nosso espírito na cultura, nas ciências e nas artes.

O meu compromisso de igualdade para cada filho desta terra será alcançado nos próximos seis anos de governo. Este é o anseio de um país para que começa a fechar-se o século 20, um século de alegria e de tristeza; de direitos conquistados, mas também de liberdades espezinhas.

O compromisso (*)

Um século de grandes conquistas espirituais e materiais, mas também se acaba o século 20 com dores não resolvidas entre os chilenos. Quero avançar para resolver as feridas que ainda restam do século que se acaba. (...)

(*) (Excertos do discurso de Ricardo Lagos na noite da vitória eleitoral)



Ricardo Lagos, presidente eleito do Chile

O perfil

Ricardo Lagos Escobar nasceu a 2 de Março de 1938 em Santiago, filho único de uma família da classe média. Estudou no Instituto Nacional e licenciou-se em Direito na Universidade do Chile. Partiu depois para os EUA onde se doutorou em Economia pela Universidade de Duke. De regresso ao país, trabalhou na Universidade do Chile e foi director do Instituto de Economia e da Escola de Ciências Políticas e Administrativas.

Durante o governo da Unidade Popular, Lagos foi secretário-geral da Universidade do Chile. Pouco antes do golpe militar de Augusto Pinochet, o presidente Salvador Allende nomeou-o embaixador na União Soviética, cargo que nunca chegou a ocupar por não ter sido aprovado pelo Congresso chileno.

Na altura do golpe militar, Lagos era secretário-geral da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais e director do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Abandona o Chile em 1974, exilando-se primeiro na Argentina e depois nos Esta-

dos Unidos, país onde trabalhou como professor na Universidade de Carolina do Norte.

Lagos volta ao Chile em 1978, altura em que envereda pela vida política. No seio do Partido Socialista trabalha pela aproximação à Democracia Cristã, partido que chegou a apoiar o golpe militar de Pinochet, e defende o derrube da ditadura pela via eleitoral. É preso a 7 de Setembro de 1986, depois do atentado contra Pinochet levado a cabo por comando da Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), crendo-se que só não foi assassinado porque os agentes que o prenderam eram da polícia de investigação e não da polícia política de Pinochet, graças à intervenção de um inspector que fora aluno de Lagos (quatro outros chilenos presos nessa noite foram mortos).

Em 1987, Ricardo Lagos funda o Partido pela Democracia (PPD), que veio a ter um papel importante na formação da Coligação de Partidos pela Democracia, movimento que reúne todas as forças partidárias na campanha do «não» ao referendo que

derrota Pinochet. A 25 de Abril de 1988 Lagos ganha projecção no país ao participar num programa televisivo em que, de dedo em riste (O dedo de Lagos) denuncia o ditador de pretender perpetuar-se no poder através do referendo que se efectua em Outubro desse ano. Pinochet é derrotado e Lagos, que mantém a dupla militância no Partido Socialista e no PPD, vem a integrar mais tarde o primeiro governo de coligação presidido por Patricio Aylwin ocupando a pasta da Educação.

Em 1993, Lagos perde as eleições primárias da Coligação para o democrata-cristão Eduardo Frei, que sucede a Aylwin à frente dos destinos do Chile. Neste segundo governo da Coligação, Lagos ocupa o cargo de ministro das Obras Públicas, de que se demite em Agosto de 1998 para se candidatar à Presidência da República.

Com a segunda volta das presidenciais de domingo, Lagos torna-se no primeiro presidente do Partido Socialista do Chile desde o sangrento derrube de Salvador Allende, em 11 de Setembro de 1973.

Bélgica investiga morte de Lumumba

O sociólogo belga Ludo De Witte acusa a Bélgica de ser «directamente responsável» pela eliminação física, em 1961, de Patrice Lumumba, o primeiro chefe de governo da actual República Popular do Congo (RDC). A acusação consta da obra intitulada «O Assassínio de Patrice Lumumba», cuja edição francesa foi recentemente apresentada em Bruxelas. O motivo para o assassinato de Lumumba teria sido o de manter a antiga colónia sob influência ocidental, numa época de plena guerra fria. Segundo o autor, que acusa entre outros o antigo primeiro-ministro Gaston Eyskens e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Pierre Wigny, de envolvimento na morte do dirigente congolês, a obra baseia-se em informações dos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros belga e das Nações Unidas. As autoridades belgas nomearam já uma comissão de inquérito para voltar a examinar as circunstâncias da morte do carismático dirigente africano.

Presidente da Guatemala toma posse

O novo presidente guatemalteco, Alfonso Portillo, empossado sexta-feira numa cerimónia em que participaram delegações de 70 países, reiterou a sua vontade de fazer cumprir os compromissos inscritos nos 11 acordos de paz que puserem fim a uma guerra civil de 36 anos que causou mais de 200.000 vítimas, entre mortos e desaparecidos. Portillo, de 48 anos, assegurou que o primeiro grande objectivo do seu governo é a consolidação da democracia e a reconciliação nacional. Entre as outras prioridades que se propõe inclui-se a descentralização do Estado, promoção do crescimento económico sustentado, desenvolvimento de políticas contra as desigualdades e medidas para tentar erradicar a impunidade e a corrupção.

Meninos soldados na Serra Leoa

Cerca de 5.400 crianças da Serra Leoa foram directamente utilizadas como soldados em combates pelos diferentes grupos armados do país, estima o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Segundo afirmou há dias Joanna van Gerpen, da UNICEF, em conferência de imprensa realizada em Genebra, umas 10 mil crianças no total foram raptadas às suas famílias e utilizadas pelas diferentes facções, das quais 5.400 como soldados, e as restantes em tarefas domésticas. Nem todas as crianças foram raptadas pelos grupos armados, afirmou a responsável da UNICEF, acrescentando que até ao momento foram libertadas cerca de 2.000, no âmbito dos acordos de paz assinados no passado mês de Julho em Lomé entre o governo de Freetown e os rebeldes.

Estados Unidos testam «Guerra das Estrelas»

Os EUA tinham agendado para anteontem um teste sobre o Pacífico do seu míssil antimíssil EKV (Exoatmospheric Kill Vehicle), parte integrante do programa «Guerra das Estrelas» destinado a fazer a guerra no espaço. Até ao encerramento desta edição não foi possível confirmar se o mesmo se efectuou.

O primeiro teste bem sucedido foi efectuado em Julho último, no deserto do Nevada, e um terceiro teste está agendado para Abril. Em meados do ano, segundo declarações de Bill Clinton, será tomada a decisão sobre a colocação no terreno de um sistema de defesa baseado nos referidos mísseis. Trata-se de uma decisão que deverá reunir con-

senso, uma vez que o programa «Guerra das Estrelas» conta com o apoio quase unânime dos dirigentes militares e do Congresso, que justificam a sua posição com o que classificam de proliferação de tecnologia de mísseis em países «fora da lei».

Segundo Ariel Cohen, um investigador de tecnologia de mísseis na Fundação Heritage, citado pela Lusa, «os Estados Unidos têm que pensar a sério na defesa do seu território», designadamente «contra países como o Irão, Iraque, Coreia do Norte e Paquistão».

Os países europeus da NATO e a União Europeia têm afirmado discordar «profundamente» da posição americana e dos testes que estão a ser

efectuados, enquanto a Rússia já disse não aceitar qualquer modificação ao tratado de limitação de mísseis antibalísticos assinado entre a antiga União Soviética e os EUA. A Rússia ameaça mesmo começar a testar o seu próprio sistema de defesa e a investir mais em nova tecnologia de mísseis capazes de «enganar» o sistema americano. Com o teste no Pacífico os EUA estão já a violar o tratado que assinaram, como confirma Dan Smith, do Centro de Informação de Questões de Defesa, com sede em Washington, ao reconhecer que «de momento, o Tratado de Limitação de Mísseis Antibalísticos proíbe mesmo o teste de tal sistema».

O 18 de Janeiro de 1934 foi o tema de um colóquio realizado na noite do passado sábado, no Centro de Trabalho da Marinha Grande, no qual intervieram Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do PCP, e Costa Feijão, do Gabinete de Estudos Sociais do Partido.



Os dias da tomada da Marinha Grande

O manuscrito inédito que hoje publicamos foi encontrado nos espólios documentais do PCP e relata os acontecimentos do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande. Nele se assume inequivocamente a responsabilidade da organização local do PCP na direcção do movimento, bem como se identifica o camarada que coordena as operações e a estrutura orgânica dos 81 militantes envolvidos. Datado de 20 de Maio de 1936, o documento é assinado por Pedro Amarante Mendes, como secretário da organização. Posteriormente, o seu autor foi identificado como o alfaiate Amarante da Marinha Grande, cujo nome verdadeiro é Pedro Pereira Mendes.

Pela uma hora da madrugada do dia 18 de Janeiro de 1934, reuniram-se os membros do Comité Local em conjunto com os componentes de todas as células, ao todo nove, cada uma composta de nove camaradas, que tinham sido já previamente preparados. A reunião efectuou-se num local próximo desta vila, num casão. Todos os trabalhadores se faziam acompanhar de ferramentas diversas para serem empregues consoante as necessidades. Apresentado o plano pelo Comité Local, de autoria do camarada Alfaia, secretário de organização, todos os camaradas o aprovaram e prometeram integral apoio para o seu cumprimento, como era necessário, nomeando para seu executor o mesmo camarada, jurando obedecer às suas ordens.

Após esta reunião, que terminou às duas horas, começaram a partir as brigadas armadas de espingardas caçadeiras e machados, estes últimos para ser utilizados na obstrução das linhas e estradas. As primeiras brigadas a partir dirigiram-se para os pontos considerados estratégicos das estradas de acesso às terras circunvizinhas, as últimas para locais estratégicos da vila aguardando o sinal da luta!

Eram três horas da madrugada, souo o primeiro tiro! Sinal da luta... Quatro brigadas atacam simultaneamente o posto da Guarda Nacional Republicana e a estação dos correios e telégrafos. Esta foi tomada sem resistência, o que não aconteceu com o posto da

guarda que se encontrava de prevenção com todas as praças e o seu comandante e não consentiram o assalto. Fomos obrigados a recuar perante uma dura resistência mas, apesar de frustrado o assalto à primeira tentativa, nem um só camarada desfeleceu. Melhor coordenadas as nossas forças, cercámos o posto.

Antes de fazer novo ataque, o chefe do movimento enviou um ultimato para a sua rendição no prazo de 15 minutos, tendo o seu comandante respondido negativamente. Apesar da nossa inferioridade de material, pois só dispúnhamos de armas caçadeiras carregadas com tiros zagalotes e algumas bombas de choque, todos deliberaram lançar-se na luta até caírem inanimados! Ou dirimirem os defensores dos Salazaristas!



Todos como um só, sob uma voz camarada, se lançaram de novo ao ataque na ânsia de quebrar as algemas Salazaristas. Decorrida uma hora sem que houvesse baixas a registar, uma brigada, em último recurso, escala o telhado duma fábrica fronteiriça ao posto dos canalhas, utilizando para este serviço algum material dos bombeiros. Dum terraço desta foi alvejado com êxito o posto, gritando logo alguns guardas por socorro, que acabavam de ser feridos. Foi então que o comandante pediu para ir ao telefone o chefe do movimento.

O nosso camarada Alfaia vai ao telefone e mais uma vez lhe impõe a imediata rendição. Este declara estar na disposição de se render, mas um dos cabos não queria em virtude de recar represálias da parte dos revolucionários. Este canalha agora lembrava-se das patifarias pois era um dos que mais se evidenciava na repressão das greves. O comandante pedia como condição para a rendição apenas que fossem poupados ele e todos os seus subordinados, o que se lhe afigurava quase impossível julgando os revolucionários do seu quilate!

O chefe do movimento tomou a inteira responsabilidade das suas vidas e, para lhes provar que se tratava de revolucionários com ânsia de liberdade e de paz, gritou mandando suspender o fogo. Essa voz foi por todos acatada, como talvez não fosse um comandante dum regimento. Perante esta demonstração de

ordem, os guardas acompanhados do seu comandante abandonaram o posto deixando todo o material. Este foi imediatamente ocupado pelos operários na melhor ordem, tendo sido as armas distribuídas por camaradas aptos. Os guardas, a seu próprio pedido, ficaram detidos pois que recebiam coacções do povo.

Operários vitoriosos

Eram seis horas da manhã, todos os postos de comando se encontravam em poder do comité revolucionário. Esta vitória deveu-se, em parte, à grande disciplina de que todos deram provas, obedecendo inteiramente às ordens dum chefe que lutou ao lado de todos e sempre na vanguarda. Agora as massas, em maior número, vitoriavam a ditadura do proletariado e pediam ao mesmo tempo que se fizesse justiça aos verdugos. A pedido destas, o camarada Alfaia, chefe do movimento, improvisa um pequeno auditório e em seguida pede para o acompanharem ao sindicato dos trabalhadores vidreiros, que se encontrava fechado há cinco meses, para assistirem à sua abertura.

Fazendo de novo uso da palavra exortou à união de todos os trabalhadores, demonstrando que sempre que se unem saem triunfantes e que a recente vitória era uma prova bem visível e concludente. No final foi delirantemente aplaudido.



18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande

Uma jornada heróica contra a exploração fascista

PCP, e os sucessivos adiamentos da marcação da data da greve geral, por confessada incapacidade da CGT em transmitir às suas bases as orientações do Comité da Frente Única.

Lições de uma revolta

Foi nesse quadro que os acontecimentos da Marinha Grande se desencadearam, e cuja evolução consta num relatório inédito datado de 1936, assinado por membro responsável da organização local (que durante o colóquio foi identificado como o alfaiate Amarante, e que o «Avante!» hoje publica).

Num balanço genérico dos acontecimentos, Costa Feijão referiu ainda ter-se tratado duma fuga para a frente, cujo insucesso não apaga o significado da jornada heróica dos operários da Marinha Grande, onde anteriormente tinham ocorrido várias lutas vitoriosas dirigidas por um sindicato vidreiro forte e coeso, onde havia uma sintonia entre as massas e a organização do Partido, e cujas consequências permitiram tirar significativos ensinamentos para as lutas posteriormente travadas pela classe operária.

Na sua intervenção, Domingos Abrantes deteve-se particularmente no significado do 18 de Janeiro, nas condições da época e na importância da luta para tentar levar a fascização aos sindicatos; nos perigos que comportam as divisões do movimento sindical, sempre na mira da classe dominante, para tentar domesticar o mundo laboral; destacou o evento como jornada de explorados que foram à luta para inverter a marcha da exploração e «a conquista do céu»; recordou a Comuna de Paris, tam-

bém ela derrotada mas nem por isso deixando de constituir um marco inamovível no percurso de luta e afirmação crescente do movimento operário universal e, recordando Marx, afirmou: «mais do que ser derrotado, o pior é não lutar!».

Domingos Abrantes sublinhou que, apesar da coragem dos revolucionários, não estavam reunidas as condições para o sucesso de uma luta radical como pensavam alguns sectores. A consigna do Partido de greves e manifestações contra a fascização dos sindicatos em oposição à consigna dos anarquistas de defesa da greve insurreccional, estava mais em consonância com as condições objectivas da luta naquele momento. O fascismo estava na ofensiva, intensificando e aperfeiçoando os mecanismos repressivos, a classe operária estava profundamente dividida no plano orgânico e ideológico, fazendo-se ainda sentir a influência pequeno-burguesa em largos sectores. Por outro lado, o Partido ainda não dominava suficientemente a luta clandestina apesar da importância da Conferência da Reorganização de 1929 para o seu reforço.

A luta apenas começava...

Entretanto, demonstrando grande confiança na força e no papel da classe operária, naquele momento difícil, o Partido lançou-se na recomposição das forças e tomou um conjunto de medidas para reforçar a sua organização. A luta não tinha acabado mas apenas começava.

Com mais detalhe, Domingos Abrantes prosseguiu a sua análise, detendo-se nos perigos que comporta estabelecerem-se políticas

de unidade entre dirigentes sem que a mesma seja cimentada nas bases; o queimarem-se etapas dum processo formado por sucessivas lutas de menor dimensão, onde se faz a aprendizagem e o treino das massas para a luta; o levarem-se os trabalhadores para formas superiores de luta, na base de pequenos grupos, sem estarem criadas as condições mínimas de consciencialização, experiência, mobilização e organização das massas.

A propósito da importância da unidade sindical para o desenvolvimento e sucesso da luta dos trabalhadores, lembrou que não foi por acaso que, após o 25 de Abril, as forças que se opunham ao avanço do movimento sindical se empenharam na divisão do movimento sindical e como o processo de concentração e restauração dos grandes grupos económicos hoje se faz acompanhar do desfiguramento do regime democrático e de limitações à intervenção dos trabalhadores.

Concluindo, Domingos Abrantes destacou a importância dos ensinamentos colhidos no 18 de Janeiro, apesar do insucesso da luta heróica e do elevado preço que o Partido e o movimento sindical tiveram de pagar, com a intensificação da repressão. A decisão de centrar a organização do Partido nos locais de trabalho, na ligação dos comunistas às massas e a compreensão da necessária articulação das pequenas lutas com os interesses e objectivos das grandes lutas, revelaram-se decisivas para o reforço do Partido.

A assimilação posterior dos princípios do leninismo, salientou, foi determinante para a derrota das tendências radicalistas pequeno-burguesas no movimento e sindical português, permitindo a afirmação crescente do PCP como vanguarda da classe operária.

Peça teórica

Esta manhã tinha de madrugada, de dia 18 de Janeiro de 1934, reuniram-se os membros do C. L. em conjunto com os componentes de todas as células, ao todo nove, cada uma composta de nove camaradas, que tinham sido já previamente preparados. A reunião efectuou-se num local próximo desta vila, num casão. Todos os trabalhadores se faziam acompanhar de ferramentas diversas para serem empregues consoante as necessidades. Apresentado o plano pelo Comité Local, de autoria do camarada Alfaia, secretário de organização, todos os camaradas o aprovaram e prometeram integral apoio para o seu cumprimento, como era necessário, nomeando para seu executor o mesmo camarada, jurando obedecer às suas ordens.

Após esta reunião, que terminou às duas horas, começaram a partir as brigadas armadas de espingardas caçadeiras e machados, estes últimos para ser utilizados na obstrução das linhas e estradas. As primeiras brigadas a partir dirigiram-se para os pontos considerados estratégicos das estradas de acesso às terras circunvizinhas, as últimas para locais estratégicos da vila aguardando o sinal da luta!

Eram três horas da madrugada, souo o primeiro tiro! Sinal da luta... Quatro brigadas atacam simultaneamente o posto da Guarda Nacional Republicana e a estação dos correios e telégrafos. Esta foi tomada sem resistência, o que não aconteceu com o posto da guarda que se encontrava de prevenção com todas as praças e o seu comandante e não consentiram o assalto à primeira tentativa, nem um só camarada desfeleceu. Melhor coordenadas as nossas forças, cercámos o posto.

Antes de fazer novo ataque, o chefe do movimento enviou um ultimato para a sua rendição no prazo de 15 minutos, tendo o seu comandante respondido negativamente. Apesar da nossa inferioridade de material, pois só dispúnhamos de armas caçadeiras carregadas com tiros zagalotes e algumas bombas de choque, todos deliberaram lançar-se na luta até caírem inanimados! Ou dirimirem os defensores dos Salazaristas!

Todos como um só, sob uma voz camarada, se lançaram de novo ao ataque na ânsia de quebrar as algemas Salazaristas. Decorrida uma hora sem que houvesse baixas a registar, uma brigada, em último recurso, escala o telhado duma fábrica fronteiriça ao posto dos canalhas, utilizando para este serviço algum material dos bombeiros. Dum terraço desta foi alvejado com êxito o posto, gritando logo alguns guardas por socorro, que acabavam de ser feridos. Foi então que o comandante pediu para ir ao telefone o chefe do movimento.

O nosso camarada Alfaia vai ao telefone e mais uma vez lhe impõe a imediata rendição. Este declara estar na disposição de se render, mas um dos cabos não queria em virtude de recar represálias da parte dos revolucionários. Este canalha agora lembrava-se das patifarias pois era um dos que mais se evidenciava na repressão das greves. O comandante pedia como condição para a rendição apenas que fossem poupados ele e todos os seus subordinados, o que se lhe afigurava quase impossível julgando os revolucionários do seu quilate!

O chefe do movimento tomou a inteira responsabilidade das suas vidas e, para lhes provar que se tratava de revolucionários com ânsia de liberdade e de paz, gritou mandando suspender o fogo. Essa voz foi por todos acatada, como talvez não fosse um comandante dum regimento. Perante esta demonstração de ordem, os guardas acompanhados do seu comandante abandonaram o posto deixando todo o material. Este foi imediatamente ocupado pelos operários na melhor ordem, tendo sido as armas distribuídas por camaradas aptos. Os guardas, a seu próprio pedido, ficaram detidos pois que recebiam coacções do povo.

Eram seis horas da manhã, todos os postos de comando se encontravam em poder do comité revolucionário. Esta vitória deveu-se, em parte, à grande disciplina de que todos deram provas, obedecendo inteiramente às ordens dum chefe que lutou ao lado de todos e sempre na vanguarda. Agora as massas, em maior número, vitoriavam a ditadura do proletariado e pediam ao mesmo tempo que se fizesse justiça aos verdugos. A pedido destas, o camarada Alfaia, chefe do movimento, improvisa um pequeno auditório e em seguida pede para o acompanharem ao sindicato dos trabalhadores vidreiros, que se encontrava fechado há cinco meses, para assistirem à sua abertura.

Fazendo de novo uso da palavra exortou à união de todos os trabalhadores, demonstrando que sempre que se unem saem triunfantes e que a recente vitória era uma prova bem visível e concludente. No final foi delirantemente aplaudido.

Lisboa, 20 de Maio de 1936
O Secretário de organização,
Pedro Amarante Mendes

* Os subtítulos são da responsabilidade da Redacção, bem como as ligeiras alterações gramaticais introduzidas no original por forma a facilitar a sua leitura.

O monumento ao Vidreiro (em cima à esquerda) foi erguido em memória dos operários que participaram na greve de carácter insurreccional de 18 de Janeiro de 1934, na Marinha Grande, violentamente reprimida pelas forças fascistas (foto em baixo à esquerda) que fizeram prisões em massa na vila (foto ao centro). A direcção deste movimento pertenceu ao Comité Local do PCP, como confirma o relatório manuscrito, agora encontrado nos espólios documentais do Partido, assinado por Pedro Amarante Mendes

Direitos do Homem ao serviço dos grandes agrários... E esta?!

JOSÉ SOEIRO
Membro da Comissão Política

NOTÍCIAS vindas a público na passada semana davam conta do facto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (Primeira Secção) acabar de se pronunciar favoravelmente às queixas apresentadas por um conjunto de 6 agrários contra o Estado Português no sentido deste lhes assegurar o pagamento de indemnizações alegadamente devidas na sequência das expropriações e nacionalizações de que foram alvo no ano de 1975 condenando-o desde logo ao pagamento das despesas processuais no valor de 5 mil e quinhentos contos e à obrigatoriedade da resolução do problema nos próximos seis meses.

Como foi possível chegar a esta caricata situação? Qual o papel da justiça portuguesa em todo este processo? Que justiça real existe em tudo isto? Como vai o governo português responder às exigências sempre crescentes dos grandes agrários? Estas são apenas algumas das muitas questões que se poderão levantar perante o insólito da situação agora criada.

Desde logo é necessário dizer que toda a responsabilidade deste processo cabe ao PS e ao PSD, partidos que, como é de todos sabido, governaram o País nos últimos 24 anos.

Com efeito, PS e PSD, na sua ânsia de destruir a Reforma Agrária e dar cobertura às ambições crescentes e insaciáveis dos grandes agrários, empenharam-se de tal forma em sucessivas alterações legislativas contra a Reforma Agrária que acabaram por criar um quadro jurídico passível de ser hoje invocado pelo referido Tribunal para recusar a pretensão do governo português de pôr em causa a sua competência para julgar os factos em questão.

Com efeito, tendo ocorrido as expropriações em 1975 e tendo Portugal ratificado a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o Protocolo n.º 1 apenas em 9 de Novembro de 1978 é uma evidência

tos foram pura e simplesmente «esquecidas», a sabotagem desenvolvida por muitos deles contra a jovem democracia portuguesa e o seu empenho nas sucessivas golpaças contra-revolucionárias simplesmente «ignoradas» e os frutos pendentes e as benfeitorias efectuadas pelos trabalhadores e que lhes foram entregues de mão beijada com a devolução das herdades através de sucessivas reservas nunca foram contabilizadas nem os trabalhadores viram daí um tostão.

Mas veja-se a situação em concreto de um dos grandes agrários agora premiado pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem depois de ter visto recusadas todas as suas pretensões pelas mais diversas instâncias judiciais portuguesas desde o Tribunal Cível de Lisboa (14/1/93) ao Supremo Tribunal de Justiça (31/5/94), passando pelo Supremo Tribunal Administrativo (12/7/94) e acabando no Tribunal Constitucional (6/7/95) depois de ter passado pelo Tribunal das Relações de Lisboa (9/12/93) e pelo Tribunal Administrativo de Lisboa.

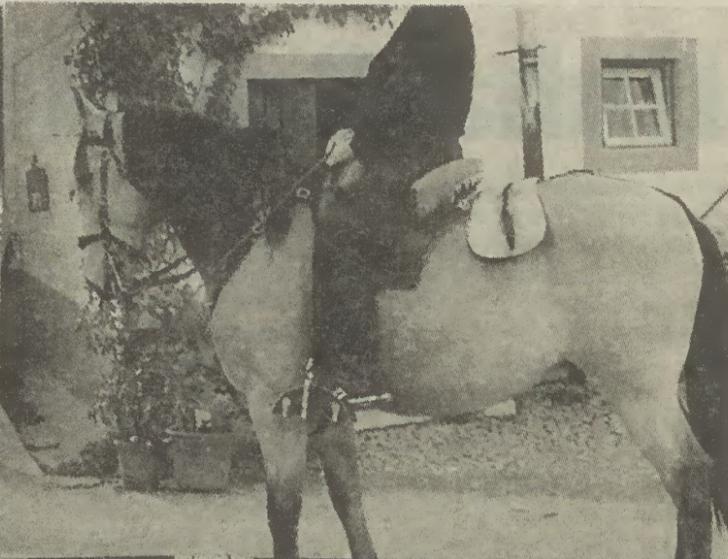
Em Março de 1983 foram-lhe acordados pelo governo do PSD, como indemnização provisória, mais de 16 mil contos que lhe foram entregues em 16 de Setembro de 1991 pelo mesmo governo PSD. Em 21 de Junho de 1996 foram-lhe propostos pelo governo do PS mais de 147 mil contos.... achou pouco. Apenas um ano depois, em 21 de Julho de 1999 propôs-lhe de novo o governo PS mais de 207 mil contos ou seja um aumentozito de mais 60 mil contos...recusou mais uma vez..... nada o satisfaz.....provavelmente

O que se poderá dizer de um ministro e de um governo que ameaça com a penhora dos seus parcos haveres trabalhadores que tendo recorrido ao Crédito Agrícola de Emergência para assegurar o processo produtivo nas herdades que então tinham em sua posse se viram desapossados destas pela intervenção violenta do governo e logo privados dos meios para responder pelos compromissos assumidos?

Que dizer de um ministro e de um governo que responde que «não entende como «plenamente justificável e socialmente justo» rever o despacho em causa, procedendo ao perdão da totalidade das dívidas do CAE» em casos como o descrito ou que, sendo conhecedor das circunstâncias já referidas, responde que «as dívidas foram assumidas por entidades com plena liberdade para não o fazerem. Ao contraírem as referidas dívidas, estas entidades responsabilizaram-se pelo seu pagamento, numa data futura. ...uma dívida, enfim, que não gerou evidentes vantagens em termos de bem estar social».

É difícil encontrar maior hipocrisia

Naturalmente que não ficaremos de braços cruzados perante tantos direitos para tão poucos homens e tantos homens sem direitos.



que o Tribunal, tal como ele próprio reconhece na sentença agora proferida, nada teria a dizer sobre o assunto se PS e PSD não tivessem posto em causa o conteúdo dos Decretos-Leis 406-A e 407-A de 29 de Julho de 1975 mais conhecidos como «Leis da Reforma Agrária» e se pelo contrário tivessem dado cumprimento a todo o seu conteúdo.

Nada teria igualmente o Tribunal a dizer se, PS e PSD, em vez de passarem o tempo em sucessivas negociatas com os agrários e que já conduziram à entrega de dezenas de milhões de contos em injustificadas indemnizações tivessem desde há muito clarificado as regras a aplicar nos casos em que as mesmas efectivamente se justificassem.

Porque é necessário sermos claros. Os Decretos-Leis 406-A e 407-A admitiam, em certas circunstâncias, o direito à reserva e à indemnização pela expropriação ou nacionalização das propriedades.

O problema é que PS e PSD nunca quiseram expropriar ou nacionalizar o que quer que fosse e daí os adiamentos da clarificação da situação e as alterações legislativas constantes cujos resultados estão à vista: destruição brutal e violenta da Reforma Agrária, dezenas de milhares de postos de trabalho liquidados, desertificação e envelhecimento do Alentejo, reconstituição da grande propriedade no Alentejo e Ribatejo que as próprias estruturas governamentais reconhecem com um dos principais estrangulamentos ao desenvolvimento da agricultura e da região e agora a situação caricata dos agrários invocarem nada mais nada menos que os Direitos do Homem para receber e se possível aumentarem as já chorudas indemnizações que PS e PSD já lhes acordaram.

Porque também aqui é necessário sermos claros. As dívidas dos agrários à banca em 25 de Abril de 1974 no valor de milhões de con-

para este tipo de homens o que faria sentido era não um Tribunal dos Direitos do Homem mas sim um Tribunal do Homem com Direitos.

E o governo? O que faz o governo perante esta gula insaciável? Será que vai continuar a montar a parada até que cada agrário se afirme satisfeito? Até onde vai esta pouca vergonha? Sim porque como é natural vamos agora assistir a uma corrida de todos os grandes agrários ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem a reclamar do governo mais uns milhões de contos.... dos nossos impostos claro.

Só é pena que a par desta tão insólita como escabrosa situação não tenha vindo na comunicação social o conteúdo da resposta do ministro das Finanças ao pedido de informação apresentado pelo deputado comunista Lino de Carvalho sobre a perseguição que as finanças vêm desenvolvendo contra os trabalhadores da Reforma Agrária, com base no Despacho n.º 18639/99 (2.ª Série) do ministro das Finanças, a pretexto das dívidas ao Crédito Agrícola de Emergência.

e má-fé num só parágrafo. O senhor ministro sabe muito bem que o crédito cedido às UCP/Cooperativas não só gerou evidentes vantagens em termos de bem-estar social como foi essencial para assegurar o processo produtivo em mais de um milhão de hectares. Sabe muito bem que as UCP/Cooperativas foram destruídas de forma violenta pelo governo que lhes retirou as terras onde esses créditos foram investidos e que a sua destruição acarretou naturalmente a inviabilidade do seu pagamento.

Estar a perseguir agora os trabalhadores das UCP/Cooperativas ameaçando espolia-los dos seus poucos haveres pessoais em caso de não pagamento das dívidas é não apenas uma injustiça inqualificável como um acto de puro revanchismo de classe desenvolvido em nome daqueles que agora até têm o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem para recorrer: os grandes agrários.

Naturalmente que não ficaremos de braços cruzados perante tantos direitos para tão poucos homens e tantos homens sem direitos.

■ Lígia Calapez

Enfermeiros exigem

Uma terapia de choque para a Saúde

Na área da Saúde, os problemas são de todos conhecidos. As dificuldades na simples marcação de uma consulta. Listas de espera que podem inviabilizar consultas de especialidade e mais ainda uma intervenção cirúrgica. Mas há também os factos que ficam pelos bastidores e que, de alguma forma, são a outra face da moeda. Por exemplo, que se calcula que fazem falta mais de 12000 enfermeiros. Ou que o modelo histórico, que se mantém, no financiamento das instituições públicas, se baseia na estranha lógica de «quem mais gasta mais recebe». De tudo isto nos fala um documento da Comissão Negociadora dos Sindicatos dos Enfermeiros-CNESE, divulgado a semana passada em conferência de imprensa, e em que se exige uma terapia de choque para o Serviço Nacional de Saúde.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) pode promover «uma maior acessibilidade, aumentar o volume e a qualidade e melhorar a *qualidade dos cuidados*». Esta a ideia de fundo defendida pelos enfermeiros do continente e Madeira, que consideram que para tal se impõe – um visível reforço dos cuidados de saúde primários; aumentar o número de profissionais, nomeadamente de enfermeiros; separar os sectores público e privado e exigir exclusividade no sector público; alterar a organização e funcionamen-

Propõe-se, assim, a implementação dos Serviços Regionais de Saúde Pública, o desenvolvimento de novos modelos de organização e funcionamento dos Centros de Saúde, incentivos à fixação na periferia e implementação de um Plano Nacional de Instalação de Equipamentos.

No quadro de novos modelos de organização, refere-se, em particular, o desenvolvimento de iniciativas de educação para a saúde, a marcação de consultas para dia e hora por via telefónica e outras, o alargamento do período de funcionamento de todos os Centros de Saúde, pelos menos até às 20 horas e a criação de Redes Locais de Cuidados Domiciliários.

Salientando a urgência de implementação de um plano de instalação de equipamentos, sobretudo ao nível dos exames complementares de diagnóstico, a CNESE denuncia, como «irracional e incompreensível» que, ao nível dos cuidados primários de saúde, mais de 90% destes exames sejam feitos no sector convencionado, quando há recursos públicos instalados.

O necessário *aumento do número de profissionais* é outra das questões abordadas, tanto mais que vários estudos e o conhecimento real das instituições comprovam uma grave carência de

de vagas de acesso às escolas Superiores de Enfermagem e o «desenvolvimento de novos modelos de formação privilegiando as parcerias com as instituições de saúde».

A alteração da *organização e funcionamento* das instituições de saúde e nomeadamente dos hospitais é um dos pontos da proposta particularmente desenvolvido.

O documento dos Sindicatos dos Enfermeiros considera como iniciativas a implementar – a concretização do plano nacional de criação de Centros de Responsabilidade Integrados, promovendo a participação dos enfermeiros nos órgãos de gestão e a reorganização do trabalho dos diferentes profissionais; equipas médicas fixas nos Serviços de Urgência e consultas externas em período pós-laboral; o desenvolvimento de um Plano de Atendimento e Consulta Especializada; viabilização do funcionamento contínuo dos sectores de exames complementares de diagnóstico; aumento do volume de intervenções cirúrgicas.

Por último, a estrutura sindical exige que o *Programa de Acesso* para a recuperação de listas de espera ao nível das intervenções cirúrgicas, nas instituições públicas, seja claramente reforçado no orçamento de Estado para 2000, permitindo – a sua ampliação, o pagamento de remunerações acessórias a todos os profissionais de saúde envolvidos, aumento de remuneração acessória aos profissionais que intervêm em algumas especialidades clínicas, «motivando a recuperação das respectivas listas de espera nos serviços públicos, por competição favorável ao sector privado».

A operacionalização do plano nacional de criação de *Sistemas Locais de Saúde* é outro dos objectivos, tendo em vista a criação de serviços e sistemas de cuidados continuados, rede e cuidados paliativos e serviços de internamento de retaguarda, a informatização dos serviços, permitindo nomeadamente a telemedicina, e o transporte interinstituições de todos os utentes.

Formas de gestão participada

A separação dos sectores público e privado, o desenvolvimento de novas formas de atribuição de recursos às instituições públicas e a regeneração do hospital público, são as propostas da Comissão Negociadora, que, por outro lado, se manifesta *frontalmente contra* a reprodução de mais experiências de gestão privada de hospitais públicos.

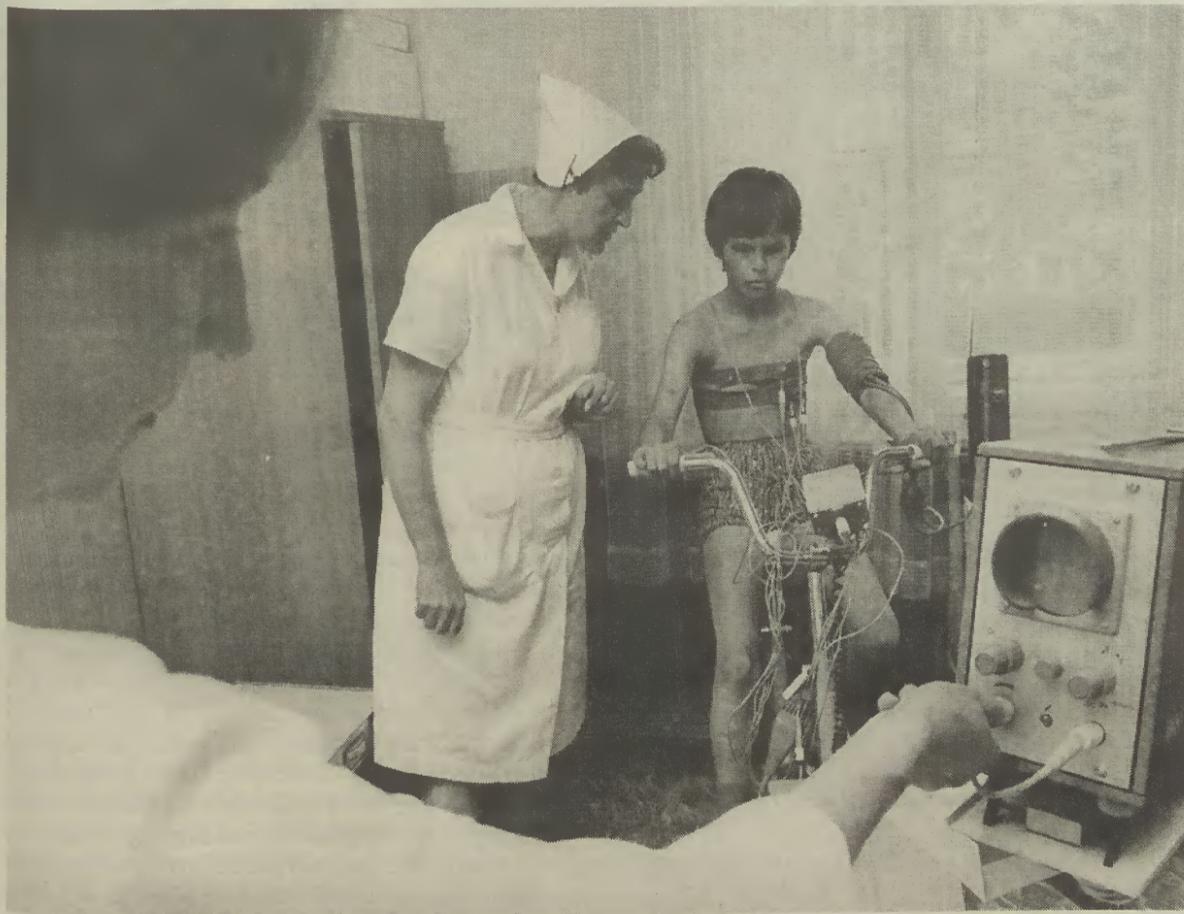
As propostas apresentadas nesta área passam por uma série de *alertas* em que, no fundamental, o que está em causa, é a redução da saúde a um negócio.

É o caso da *promiscuidade* entre sectores público e privado, «com situações de claro parasitismo do sector privado relativamente ao sector público e de desenvolvimento de interesses ilegítimos por *lobbies* e *clientelas* a favor do sector privado».

É igualmente o caso das experiências de gestão privada. «Sendo a maximização do lucro um dos objectivos de sector privado», como sublinha o documento, a CNESE «repudia a transposição desta lógica para o SNS, através, quer da concessão da gestão de hospitais públicos, quer através da construção e exploração de novos hospitais públicos, dado a médio/longo prazo os cuidados de saúde ficarem mais caros, directa ou indirectamente, aos cidadãos, ou tornar possível pôr em causa o seu direito de acesso universal aos cuidados».

Em síntese, no que se refere a formas de *gestão*, os enfermeiros propõem modelos de atribuição de recursos com base na elaboração de planos de actividades anuais e plurianuais com respectivo orçamento prospectivo.

Para a regeneração do *hospital público*, são apresentadas, como medidas urgentes – o visto *a posteriori* do Tribunal de Contas quando da aquisição de bens e serviços, a reorganização dos serviços de aprovisionamento e a criação de uma lei especial de emprego para o sector da saúde, «competindo às ARS o desenvolvimento de Planos Regionais e Locais de emprego» de acordo com as necessidades das instituições e com o programa-orçamento.



to das instituições de saúde; operacionalizar um plano nacional de criação dos Sistemas Locais de Saúde.

Os Sindicatos defendem ainda uma nova forma de *administração*, direcção e gestão, «desgovernamentalizada, participada e responsável» e uma política de *medicamentos* que «poupe recursos e sirva melhor os interesses dos cidadãos».

É para estas *três áreas* que a CNESE apresenta um conjunto de *propostas* e de medidas prioritárias.

Como ponto de partida para a sua concretização, é indispensável um *diagnóstico* da situação no sector: às dificuldades de acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente consultas de especialidade, intervenções cirúrgicas e exames complementares de diagnóstico; à deficiente resposta em termos de volume e qualidade de cuidados, expressa, nomeadamente, na existência das listas de espera; ao levantamento dos recursos existentes e identificação dos principais problemas; aos problemas decorrentes de uma deficiente organização e funcionamento das instituições; às dificuldades em controlar a situação na área dos medicamentos.

Por melhores cuidados de saúde

Nesta área, os Sindicatos defendem que toda a prioridade deve ser dada aos *cuidados de saúde primários*.

enfermeiros – mais de 12000 – «podendo mesmo considerar-se que face à carência encontramos hoje à beira da ruptura».

Face a esta situação, a exigência é de um plano de emergência de Formação de Profissionais de Saúde, que passe nomeadamente pela abolição dos *numeros clausus*, o aumento do número

Sete medidas para os medicamentos

Venda de medicamentos ao público em geral, por parte das farmácias hospitalares.

Dispensa gratuita de dose útil, aos utentes do SNS, dos medicamentos prescritos nos hospitais e centros de saúde e que pertençam ao grupo de medicamentos cuja comparticipação fica mais cara ao Estado do que o seu fornecimento gratuito.

Prescrição de medicamentos com indicação do princípio activo e dose útil.

Promoção activa (produção, comercialização e publicitação) da utilização dos

genéricos, devidamente certificados, de acordo com as normas de patentes vigentes internacionalmente.

Elaboração de um Formulário Nacional de Medicamentos, que considere a relação entre a eficácia do medicamento e o custo.

Ampliação e aumento das comparticipações dos doentes para doentes portadores de doença crónica e a sua dispensa gratuita para idosos, grávidas e crianças.

Desenvolvimento de sistemas de distribuição de unidose nas instituições do SNS.

JCP

Texto: Isabel Araújo Branco Fotos: Jorge Caria e arquivo

O mundo da droga em debate

A toxic dependência foi discutida no sábado, em Lisboa, num debate nacional promovido pela JCP. Muitas foram as abordagens escolhidas pelos cerca de cem participantes na iniciativa: os negócios que envolvem o tráfico de droga, as consequências do uso de estupefacientes, as estratégias de prevenção e combate e as propostas da JCP.

A liberalização das drogas leves foi um dos aspectos debatidos por alguns intervenientes, apontada como uma forma de impedir o contacto dos consumidores ocasionais com as drogas duras. No debate - que contou com a participação de João Goulão, presidente do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxic dependência, do juiz Gonçalves da Costa, e de Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP - foi ainda focada a falta de condições nos centros de prevenção e de apoio à toxic dependência e a generalização crescente dos estupefacientes.

Um jovem militante deu o exemplo da situação em Peniche, zona onde se agravam as condições económicas e onde pessoas com mais de 30 anos se tornam dependentes das drogas, chegando ao ponto de haver pescadores que chegam a interromper o trabalho e a vir mais cedo para terra por estarem a «ressacar».

«Houve alguém que disse: a droga é boa. É verdade, ela leva-nos para um mundo de ilusões, que por vezes surgem como maravilhosas e que nos possibilitam o refúgio aos problemas e às injustiças com que todos os dias nos deparamos. Mas a realidade é outra: a droga também nos empurra para uma dependência cujo único limite é, muitas vezes, a morte. Empurra-nos para uma atitude de passividade perante a vida, para um estado de abstracção da realidade que não nos permite ver a solução para os problemas do dia-a-dia. Por isso é utilizada para calar e para oprimir», afirmou Angelo Alves, membro da Comissão Política da JCP, na sua intervenção.

«Nós, comunistas, temos uma atitude revolucionária perante a vida. Recusamos a visão do homem como ser alienado, resignado, sem perspectivas de vida, sem sonhos, sem consciência da beleza que está encerrada na simples atitude de existir e de lutar por aquilo em que se acredita e se quer. Recusamos a triste realidade que é um jovem destruído pela droga, vivendo num mundo que não existe», afirmou.

João Goulão lembrou que a maioria dos consumidores de drogas duras começa com as leves e que o haxixe não é desprovido de efeitos negativos. Em termos cancerígenos, um «charro» corresponde a um maço de tabaco e verifica-se uma maior incidência de esquizofrenia entre os seus consumidores.

O presidente do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxic dependência adiantou um dado importante: o envelhecimento da idade dos utilizadores de heroína (a droga dura mais usada em Portugal), o que indicia um afastamento dos mais jovens ou que, pelo menos, estes ainda não se tornaram dependentes.

Números da droga

Angelo Alves constatou que o aumento mais significativo do fenómeno da droga se verifica nos países que apresentam maiores carências sociais, as mais altas taxas de desemprego e subemprego, onde o nível de formação é mais baixo, em que o futuro é mais incerto e onde o nível de vida é mais reduzido.

Contudo a toxic dependência continua a crescer nos países ocidentais, como os EUA, onde os jovens estão cada vez mais entregues a si próprios, onde a saúde, a educação e a segurança social estão em fases avançadas de privatização ou já completamente privatizados e onde os fossos sociais assumem maiores dimensões.

Angelo Alves referiu o peso das actividades especulativas, bolistas, cambiais e de tráfico de droga e de armas, que em 1995 chegaram aos 60 mil milhões de dólares, um ano em que o produto mundial bruto atingiu os 20 mil milhões de dólares.

Acrescentou ainda que dados de 1990 apontam para cerca de 122 mil milhões de dólares de verbas movimentadas no negócio da droga, em que cerca de 30 a 45 mil milhões de dólares são lucros depositados no sistema bancário. «É óbvio que quantias destas não são usadas apenas para comprar casas, carros e barcos de luxo. Poderão servir - e servem - também para comandar grandes grupos financeiros e inclusive para financiar política e governos», declarou.

Toxic dependência no meio laboral

Rui Vasco, da Comissão Política da JCP, defendeu que a questão da toxic dependência é indissociável do sistema capitalista, «em que tudo se compra e tudo se vende e em que a vida e a dignidade humanas são meras mercadorias».

Salientando a influência determinante das condições de vida e da falta de direitos sociais sobre todos os indivíduos e o seu papel no processo de dependência de estupefacientes, Rui Vasco refere que o capitalismo é altamente beneficiado com o crescimento da toxic dependência e do narcotráfico.

«Desde logo devido aos milhões que circulam por via deste negócio e nos circuitos que a ele estão



Ana Pedro e Jorge Martins defendem o aumento da rede pública de tratamento e a criação de uma estrutura que vá ter com os toxic dependentes e os motive para a recuperação

ligados: os mercados financeiros, as operações especulativas e parasitárias. O narcotráfico e o branqueamento de capitais são, juntamente com o tráfico ilegal de armas, alguns dos mais fáceis e lucrativos negócios da nova ordem mundial», afirmou.

Abordando a problemática da toxic dependência no meio laboral, Rui Vasco sustentou que a precariedade no mundo do trabalho influi de forma decisiva no planeamento da vida e que, actualmente, o emprego - que pode constituir uma fonte de realização e emancipação humana - torna-se um factor de autodesvalorização e de exclusão social.

«As dificuldades no acesso das classes trabalhadoras (em especial dos jovens) à habitação, à educação, à cultura, à prática desportiva ou à simples fruição dos tempos livres, associadas aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho, são factores de exclusão social. Sabe-se hoje que 40 por cento dos portugueses considerados pobres são trabalhadores assalariados. Sabe-se também que uma larga percentagem de toxic dependentes são jovens trabalhadores», adiantou.

«A toxic dependência resulta directamente das políticas de direitos implementadas no nosso país, da falta de alternativas colocadas aos jovens, da negação à sua participação livre, organizada e activa na vida da sociedade, das relações laborais absolutamente desequilibradas para o lado do patronato», acusa.

Rui Vasco deu o exemplo de toxic dependentes recuperados ou em recuperação que vêem negado o acesso ou a permanência no emprego, condição fundamental para o seu tratamento e reinserção social. E lembrou casos de empresas que pagam aos seus empregados toxic dependentes em «doses» de droga.

Rui Vasco referiu ainda as situações em que o médico do trabalho - elemento fundamental na prevenção da toxic dependência no contexto laboral - é sujeito a pressões para legitimar processos de despedimento que apresentam como único argumento o facto de o funcionário ser toxic dependente.

«Importa salvaguardar os direitos básicos do trabalhador e os deveres fundamentais e deontológicos do médico: guardar sigilo dos resultados de potenciais análises e testes de saúde.»

«A salvaguarda do emprego é um princípio fundamental para a estabilidade de todo o trabalhador. Esta importância torna-se acrescida no caso do trabalhador toxic dependente», concluiu.



João Goulão referiu o envelhecimento da idade dos utilizadores de heroína, o que indicia um afastamento dos mais jovens ou que estes ainda não se tornaram dependentes

Apostar na prevenção

Em entrevista à Avante!, Jorge Martins e Ana Pedro - ambos membros do Grupo de Trabalho sobre a Toxic dependência da JCP - abordaram a questão da droga e sublinharam a necessidade de prosseguir a actual linha de trabalho dos jovens comunistas: a promoção de debates entre os militantes da JCP, bem como em escolas, empresas e colectividades; e o aprofundamento da análise da problemática, com visitas aos centros de apoio aos toxic dependentes, a comunidades terapêuticas e a penitenciárias.

A prevenção é a grande aposta, embora seja a mais difícil. Uma das sugestões da JCP é inserir a questão nas escolas de forma interdisciplinar e extracurricular, adaptada às várias faixas etárias. «Actualmente quando se fala em droga nas escolas é quase por iniciativa dos professores», lembra Jorge Martins, que refere que estes podem desempenhar um papel importante, tomando atenção aos comportamentos dos alunos que possam indicar uso de drogas.

Outra medida passa pela permanência nas escolas de um técnico que responda a dúvidas e apoie os jovens, função que poderia ser desempenhada pelos orientadores profissionais que, na sua maioria, tem formação de psicologia.

«A prevenção massificada por si só não é suficiente. É necessário haver uma relação directa com a pessoa, porque de outra forma a informação pode não passar por o folheto não ser lido ou não ser totalmente compreendido. E para modificar os comportamentos é preciso interiorizar as informações», afirma Ana Pedro, actualmente a concluir a licenciatura em Serviço Social e que completou o estagiu num centro de prevenção e tratamento de toxic dependência em Coimbra.

Naturalmente a solução não pode fugir a uma política global que incentive uma vida social saudável e que inclua o desporto, a cultura e o associativismo, não só para a ocupação dos tempos livres mas também para uma aprendizagem nas relações de grupo. «A droga, tal como o álcool, é vista por muitos jovens como uma forma de escape da sua vida quotidiana e dos seus problemas», acrescenta Jorge.

O papel do Estado

«A polícia tem de ter medidas de combate ao tráfico, uma repressão visando a prevenção e não a detenção dos toxic dependentes, até porque isso só iria agravar a situação nas prisões mesmo no âmbito da droga», diz Jorge Martins.

A JCP defendem ainda a criação de estruturas próprias que tomem medidas no caso de alguém ser apanhado com drogas, que os levem para o tratamento e a reabilitação. Ana Pedro sublinha a inexistência de uma estrutura que se encarregue de ir à rua motivar os toxic dependentes.

«Actualmente, a iniciativa tem de partir dos toxic dependentes. Enquanto não formos nós a ir ter com eles - já que eles não vêm ter connosco - pouco se avança. Há projectos-piloto com equipas de rua que vão falar com o indivíduo, estabelecem uma relação e tentam cativá-lo para o tratamento. Mas muitos nem financiamento têm, os técnicos têm de usar os seus próprios carros, usar a sua gasolina e comprar material preventivo», conta.

O serviço de tratamento público tem 60 camas para os 150 mil toxic dependentes estimados, o que faz com que sejam as famílias dos toxic dependentes a suportar os tratamentos, depois de suportarem durante anos os custos da dependência.

«Há famílias que ficam completamente depenadas. O Estado está cada vez mais a desresponsabilizar-se dos tratamentos. O toxic dependente é marginalizado e acaba por sofrer ainda mais com isso. Há listas de espera enormes em todos os centros de apoio», declara Ana, que recorda que a JCP defende que o toxic dependente deve ter acesso imediato ao tratamento quando se apresenta.

«Antes de ir a uma consulta externa num CAT (centro de apoio aos toxic dependentes), o indivíduo tem de passar por um processo de avaliação das motivações. Quem somos nós para podermos avaliar a motivação do indivíduo? A vida de um toxic dependente pode mudar radicalmente de um dia para o outro, tudo o que ele quer hoje pode já não querer amanhã», acrescenta.

Jorge salienta que é preciso saber aproveitar a oportunidade: «Quando um toxic dependente decide fazer um tratamento, tem expectativas em relação ao seu futuro e a sua família fica com esperança na recuperação. Mas vai a um centro e a consulta é marcada para daí a x tempo. Daí a dois dias, a duas semanas ou a dois meses o toxic dependente já não é o mesmo e pode já não ter a mesma disposição para o tratamento ou até pode já ter morrido!»

Para os serviços privados de tratamento, a toxic dependência é um negócio proveitoso. «Tratar um toxic dependente dá dinheiro, porque não implica um grande investimento e, como não há muita concorrência, as pessoas recorrem porque não têm alternativa. Chega mesmo a haver centros que fazem promoções: se o toxic dependente tiver uma recaída dentro de determinado tempo, oferecem uma reabilitação grátis», diz Jorge.

Propostas da JCP



Tanto no debate nacional realizado em Lisboa e na conferência de imprensa promovida pela direcção distrital do Porto da JCP na sexta-feira, a JCP sublinha as carências no combate ao tráfico de droga, na prevenção e no tratamento e reinserção social dos toxic dependentes. Entre outras medidas, os jovens comunistas defendem:

- a discriminação do consumidor de estupefacientes;
- a implementação urgentemente de programas preventivos de âmbito nacional, acompanhados por avaliações de eficácia;
- a introdução de uma política eficaz de combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais, o que inclui a utilização de todos os mecanismos existentes de cooperação internacional e o ajustamento da legislação nacional, nomeadamente no que diz respeito ao sigilo bancário;

- a aposta na redução de danos e riscos de forma a reduzir as consequências do uso de drogas, como a tuberculose multi-resistente, a sida e a hepatite;

- o acesso dos toxic dependentes ao tratamento público em tempo útil (para não pôr em causa a actuação na etapa de motivação) e a garantia da existência de programas que previnam as «recaídas» e que contribuam para a reinserção social;

- o aumento dos meios físicos, humanos e técnicos na área da prevenção, do tratamento e da reinserção social;

- a introdução da questão nas escolas de forma interdisciplinar e extracurricular, adaptada às várias faixas etárias.



A descriminalização dos toxic dependentes é uma das medidas propostas

Porto JCP visita Colégio de Santo António e Espaço T

No seguimento do trabalho que tem desenvolvido nos últimos meses, os elementos do Grupo para as Questões da Toxic dependência do Porto da JCP visitou, na sexta-feira, o Colégio de Santo António e o Espaço T, acompanhados pelo deputado Honório Novo e pela deputada municipal Sandra Duarte.

O Colégio de Santo António, parte integrante do Instituto de Reinserção Social sob alçada do Ministério da Justiça, alberga actualmente 53 menores e no último ano acompanhou cerca de 2500 casos, apresentando ao tribunal mais de 12 mil relatórios. A instituição está vocacionada para receber e acompanhar menores delinquentes, muitos deles oriundos de famílias com problemas de toxic dependência ou cuja delinquência está associada a este fenómeno, sobretudo através do pequeno tráfico.

Um dos mais graves problemas com que os profissionais da instituição se defrontam é o facto dos colégios de reinserção receberem simultaneamente menores delinquentes e menores oriundos de situações problemáticas. A legislação que torna possível a sua separação, mantendo os primeiros sob a tutela do Ministério da Justiça e os segundos sob a alçada do MESS, já foi aprovada e publicada no Diário da República, aguardando no entanto a regulamentação para poder ser aplicada.

A JCP verificou ainda que a instituição se defronta com a irracionalidade das instalações, divididas a meio pela passagem de uma rua, o que coloca problemas logísticos de funcionamento além de criar situações potenciadoras de fuga dos menores.

Esta instituição tem uma falta visível de pessoal e um quadro de professores instável, encontrando-se actualmente sem equipa médica e de enfermagem e tendo falta de mestres em algumas oficinas.

Espaço T

Durante a tarde, o grupo de trabalho da JCP visitou ainda a Associação Espaço T, dirigida para a reinserção social e para a intervenção social no sentido da integração das minorias pela sociedade.

Actuando em estreita colaboração com instituições terapêuticas que lhes encaminham grande parte dos seus utentes, esta associação tem a funcionar vários ateliers terapêuticos frequentados por toxic dependentes, doentes com Síndrome de Down, alcoólicos e sem-abrigo, entre outros.

A instituição tem ainda uma linha de urgência para encaminhamento de problemas e uma Unidade de Inserção na Vida Activa, além de brigadas de contacto que levam os serviços terapêuticos dos ateliers a várias instituições.

A instituição ocupa gratuitamente salas de um centro comercial, que, no entanto, não constituem o espaço adequado para a realização das suas actividades. Defrontam-se ainda com problemas de falta de pessoal.

Nos últimos meses o grupo de trabalho efectuou outras visitas a instituições que desenvolvem trabalho nesta área, nomeadamente o Estabelecimento Prisional de Custóias, o Colégio Corpus Christi e o Centro de Apoio, Atendimento e Motivação de Toxic dependentes.

EM FOCO

Manifestação dos Cravos Vermelhos mobiliza cem mil em Berlim

■ Rui Paz

Cem mil alemães saíram à rua no sábado, em Berlim, contrariando todas as tentativas do governo de Schröder para calar a voz dos comunistas e seus aliados na luta por uma sociedade mais justa e democrática.

A manifestação em honra dos fundadores do Partido Comunista Alemão, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, assassinados em 1919, também conhecida por a manifestação dos dos cravos vermelhos e que todos os anos se realiza em Berlim contou mais uma vez com a presença de cem mil pessoas.

Trata-se da maior manifestação da esquerda alemã desde a anexação da RDA pelo governo do corrupto antigo chanceler da democracia-cristã Helmut Kohl e que tem tido lugar sempre no segundo fim-de-semana de Janeiro.

As tentativas do Senado berlinense composto por uma coligação de social-democratas e democratas-cristãos para proibirem a manifestação, como o «Avante!» noticiou a semana passada, obrigaram a adia-la para o dia 15 de Janeiro último. Ao longo de toda a semana numerosos intelectuais, figuras política de esquerda, sindicalistas e outros democratas tinham apelado participação na homenagem àquelas duas figuras do movimento operário alemão.

Desde manhã cedo começou a formar-se um mar de bandeiras vermelhas com o símbolo comunista da foice e do martelo, estrelas vermelhas e inscrições partidárias. Entre os primeiros que depositaram cravos vermelhos junto à sepulturas de Rosa e Karl encontravam-se o presidente honorário do PDS e deputado do parlamento europeu, Hans Modrow, o presidente do partido Lothar Bisky, o líder do grupo parlamentar Gregor Gysi e a vice-presidente do Bundestag, Petra Bläs (PDS). Também o presidente do DKP Heinz Stehr e membros de numerosas organizações de esquerda estiveram presentes. Representantes dos JUSOS (juventude do SPD) que não estão de acordo com a política militarista e pro-NATO do governo Schröder participaram igualmente na Manifestação.

Ao longo de todo o dia no «Tiergarten», local onde Karl Liebknecht foi assassinado e no canal onde os soldados de Noske fizeram desaparecer o corpo de Rosa Luxemburgo foram depositadas flores. Apesar da oposição do Senado, grupos de manifestantes exigiram que a ponte construída desde 1987 sobre o «Landwehrkanal» se passe a chamar ponte Rosa-Luxemburgo.

Aos mártires do movimento operário alemão

Em Janeiro de 1919 discutem três social-democratas (Sheidemann, Erbert e Noske) quem dará a ordem de marcha e de fogo sobre Berlim. Num panfleto a fazer lembrar os apelos de Spínola

e da chamada «maioria silenciosa» da contra-revolução em Portugal após o 25 de Abril faz-se o seguinte apelo: «Cidadão, trabalhador! A pátria está à beira do caos. Salvêmo-la! A ameaça não vem do exterior mas do interior,

do grupo do Spartacus! Mata o seu dirigente! Mata Liebknecht!»

A 13 de Janeiro de 1919 escrevia um tal Artur Zickler no jornal do SPD, Vorwärts: «Centenas de mortos numa fila... mas Karl, Rosa e Radek não se encontram lá.» Dois dias depois, a 15 de Janeiro, aqueles dois dirigentes comunistas eram assassinados por soldados de Noske, comandados por Waldemar Pabst.

Pabst, falecido em 1970 e que se tornara ideólogo do nazismo e negociante de armas com a Formosa e a Espanha franquista, escreveu nas suas memórias: «É evidente que para me proteger a mim e aos meus soldados nunca poderia ter conduzido a acção sem o consentimento de Noske. Só muito poucas pessoas se aperceberam porque é que nunca fui interrogado nem acusado. Eu retribuí o comportamento do SPD a meu respeito como um cavalheiro, com cinquenta anos de silêncio.» E Noske, antes de morrer em 1946, ainda pode escrever: «naquela altura limpei e varri com a rapidez que me foi possível.»

A 25 de Janeiro de 1919 foi enterrado no cemitério Friederichsfelde, também conhecido por cemitério socialista de Berlim, Karl Liebknecht juntamente com mais 31 revolucionários assassinados pela soldadesca do ministro social-democrata. A campa destinada a Rosa Luxemburgo ficou aberta porque as fortes policiais tinham feito desaparecer o seu corpo.

Nos anos seguintes muitas outras vítimas da repressão foram ali sepultadas, como por exemplo, Leo Jogliches, também fundador do KPD, e mais 42 vítimas do terror policial frente ao Reichstag em 1920. Em 1929 o dirigente do KPD, Ernst Thälmann, alguns anos antes de ser assassinado pelos nazis, fez ali uma intervenção no enterro dos vinte e quatro trabalhadores mortos na sangrenta repressão contra os manifestantes do 1.º de Maio, conduzida pelo chefe da polícia de Berlim, o social-democrata Zörgiebel.

Um monumento com a inscrição «Trotz alledem» (Apesar de todas as dificuldades) da autoria de Mies van der Rohe, director do centro expressionista e de arquitectura de Weimar, mundialmente conhecido por Bauhaus, relembrou desde 1926 até à sua destruição pelos nazis em 1935, o sentido de resistência daquele lugar.

Muitos dos homens e mulheres que estiveram na origem da fundação da RDA encontram-se igualmente sepultados em Friederichsfelde. Ao contrário da generalidade dos cemitérios alemães não se encontram em Friederichsfelde quaisquer monumentos militaristas com listas de soldados mortos em campanhas bélicas nem obeliscos alusivos a vitórias dos exércitos do imperialismo germânico.



Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, fundadores do Partido Comunista Alemão



O funeral de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, assassinados a 15 de Janeiro de 1919 por soldados do social-democrata Noske, comandados por Waldemar Pabst, transformou-se numa impressionante manifestação de dor e de protesto dos democratas alemães. A imprensa da época deu destaque ao hediondo crime, igualmente recordado em obras de artistas alemães



EM FOCO

Foi de antologia a recente entrevista de Guterres ao «Financial Times»

■ Manoel de Lencastre

Competitividade e mercado – a nova religião

Tendo em conta a visita recente de Tony Blair e de sua esposa, Cherie, a Lisboa, por motivos que já abordámos no nosso último trabalho para o «Avante!», o famoso diário londrino «Financial Times», porta-voz por excelência dos interesses da alta finança e da City, destacou, também, um dos seus correspondentes, Peter Norman, à capital portuguesa. E este, acompanhado pelo jornalista residente, Peter Wise, discutiu com António Guterres, primeiro-ministro português, as questões que se prendem com a presidência da «União Europeia» e, em particular, com a «Taxa sobre capitais retidos em Londres que a Grã-Bretanha não aceita».

A entrevista com Guterres foi publicada na última quarta-feira, 12 do corrente. O primeiro-ministro português recebeu considerável cobertura e teve, até, o invulgar benefício de duas fotografias, o que atesta estar o «Financial Times» preparado para dar-lhe publicidade e relevo junto da audiência mundial do

que procurava, desesperadamente, apresentar-se num mundo inviável, irreal, mas afirmando-se convencido de que esse mundo é onde vivemos. Fugiu, constantemente, a reconhecer as grandes realidades que nos rodeiam e deu a impressão de que tudo, além da meia dúzia de questões de pormenor, está resolvido ou em vias disso. Surpreendeu-nos verificar que os problemas verdadeiramente portugueses já mergulharam, há muito, para Guterres, no pântano dos assuntos europeus. O primeiro-ministro português considera que o seu cargo se absorveu na «União Europeia». Falou como

encarregado da presidência europeia e nunca como aquilo que, acima de tudo, ainda é. As questões centrais portuguesas nunca foram minimamente focadas. Guterres nunca disse: «Do ponto de vista português...» Ou: «Como português...». Ter-se-á já demitido, Guterres?

Só palavras

Evidentemente, o secretário-geral do PS falou aos jornalistas do «Financial Times» na qualidade de presidente em exercício da UE. Mesmo assim, observando as suas respostas, fica-se com a impressão de que vive num outro universo, distante, muito distante da realidade que é a do homem comum de qualquer país europeu. Por exemplo: «A minha ambição está em que a Europa se torne na mais competitiva economia mundial em 2010.» Acrescentando: «Chegou a altura de guiar a Europa para uma era de mais rápido crescimento e de criação de empregos ao mesmo tempo que reformando, mas não abandonando, os sistemas de segurança social dos Estados-membros.» Só esta afirmação poderia dar lugar a um largo debate – público, de preferência. O primeiro-ministro sabe, perfeitamente, que o abandono dos referidos sistemas constituiu uma das mais queridas ambições do capitalismo. Mais: «Inovação é, agora, o nome do jogo. Trata-se do elemento mais relevante para a criação de «riqueza». Ainda mais: «Só nos será possível garantir progresso através do estabelecimento de objectivos realizáveis, utilizando instrumentos de peso relativo que sejam coerentes e compatíveis. Sem objectivos e metas intermédias o impulso para novas reformas será suplantado pela retórica e pela burocracia. É possível tornar as coisas transparentes. Com estratégias claras, objectivos quantificados e verificáveis, penso que os mercados responderão de maneira muito mais coerente.» Esta é de antologia!

No mundo irreal...

A cimeira de Março, em Lisboa, atacará os problemas da exclusão. Guterres disse que apoiará a iniciativa tendente a fazer da capital portuguesa o ponto de partida para a eliminação da pobreza entre as crianças até 2010. Não escondeu, entretanto, a sua preocupação quanto ao desenvolvimento da política social europeia entre 2010 e 2020 quando o crescente envelhecimento das populações ameaçar a viabilidade financeira dos sistemas nacionais de reformas e pensões. A resposta para esta preocupação do primeiro-ministro não é tão difícil, porém, como ele pretende fazer crer. Onde está a origem da catástrofe à vista? No capitalismo. Onde procurar soluções? Num sistema social, financeiro, económico e político anticapitalista. Mas Guterres não acredita no socialismo.

«Não penso», disse, «que devamos imitar os Estados Unidos de maneira negativa. Queremos ser uma sociedade competitiva e penso que a coesão social é um elemento próprio da competitividade. Uma sociedade que enfrenta problemas de rupturas sociais não pode ser competitiva. Mais cedo ou mais tarde terá de fazer frente a problemas de competitividade.» De antologia, também! Rejeitando o modelo social americano (prefere a terceira via) Guterres acrescentou «não significa que não devamos aprender com o facto de que um bom número de mercados trabalha melhor do que os europeus. Nos Estados Unidos, foram desenvolvidas muitas capacidades que tornaram a sociedade baseada no conhecimento muito mais eficiente do que a europeia. Mas para chegar a esse fim, não é preciso criarem-se largas áreas de pobreza.»

A terminar: «É possível enfrentar uma época de mudanças com uma estratégia ou um sistema de burocracia. Mas a estratégia é melhor porque permite fazer-se, exactamente, o que se pretende.»

A grande preocupação do governo português

O fantasma da ópera

António Guterres, presidente da «União Europeia» por seis meses, foi o político escolhido pela City (conjunto de grandes bancos sediados em Londres) para negociar com o governo britânico a grave questão da «Whitholding Tax». Trata-se de uma taxa que os alemães e a anterior presidência finlandesa projectaram com a finalidade de penalizar capitais não residentes retidos na capital do Reino Unido que os bancos aplicam ou reservam para operações especiais sem pagamento de impostos correspondente.

Tony Blair e Robin Cook estiveram em Portugal. Os ministros portugueses foram informados das exigências britânicas. Guterres, em resposta, disse que nascera uma «janela de novas oportunidades» para desbloquear o impasse. E, ainda que não desejasse mostrar-se optimista, confirmou estar à vista uma solução através da combinação negociada de uma taxa mínima contra a concordância britânica em aceder a uma política que permita trocas de informações no domínio fiscal. Estes princípios, já tinham falhado durante a cimeira de Helsín-

quia, há um mês. Mas Londres sabe que pode, diplomaticamente, forçar a mão da «União Europeia» através da presidência portuguesa.

Guterres, em nome da UE pretende elevar a melhor nível as trocas de informações entre os Estados-membros quanto aos rendimentos internacionais. O governo de Blair exige «que se respeite a confidencialidade desses valores» e não quer que a tal taxa sobre os capitais em causa provoque a fuga destes para outras paragens.

Tem de reconhecer-se que um imposto de 20% sobre 3000 milhões de dólares é alguma fruta. A UE adoraria receber. O próprio Guterres, também. Mas os capitalistas não querem pagar. E Blair, como é dos livros, está com eles. Os bancos dizem que sem esse dinheiro as suas operações diminuirão e terão, em consequência de despedir 10 000 empregados. Guterres, depois de ouvir Blair mandou Pina Moura a Londres falar com Gordon Brown, o chanceler do Tesouro. «Resolvam lá isso...», ter-lhe-á recomendado. «E não esqueças de ir à ópera. Convent Garden reabriu há pouco...»

campo económico-financeiro-industrial. Segundo o grande jornal, «Mr. Guterres ganhou a reputação de ser um pensador original entre os políticos europeus do centro-esquerda, sempre em busca de uma terceira via para a solução de problemas». Sobre a próxima cimeira da «União Europeia» que terá lugar em Lisboa a 23 e 24 de Março, escreve: «Como detentor da presidência durante os próximos seis meses, Guterres irá dirigir a cimeira cujo objectivo é o início de um processo de aproximação aos Estados Unidos e da sua ultrapassagem em termos económicos.» E salientou a seguinte afirmação do primeiro-ministro: «Não queremos trabalhar para conseguir grandes títulos de primeira página nos jornais. O que pretendemos é pôr a Europa a trabalhar.» Mas, o jornalista Peter Norman começou por notar que a cimeira cujo título será «Por uma Europa de inovação e conhecimento com mais emprego e coesão social» acabará por transformar-se em «mais um convite à zombaria do que um sinal para novo acordar europeu». De maneira geral, quais foram as posições de António Guterres como chefe do Executivo português perante jornalistas que se lhe apresentavam interessados, principalmente, em aspectos de política «europeia» que possam influenciar os interesses da City?

Portugal não existe

É sempre espectacular entrevistar idealistas. Homens que põem os olhos na linha do horizonte, que pensam mais profundamente, que se colocam como detentores da verdade das grandes respostas para as múltiplas interrogações que o nosso tempo nos faz descobrir. Guterres, nas suas respostas aos dois jornalistas do «Financial Times», deu quase sempre a impressão de não ter os pés neste mundo, de não conhecer as inescapáveis realidades que nos cercam – surgiu como um pensador de «terceira via»



Lutas em França

Soldados da paz em pé de guerra

Os bombeiros profissionais franceses estão em luta. Discriminados em relação a outros sectores profissionais da função pública francesa, cujas profissões há muito foram classificadas como de risco e insalubres, os bombeiros exigem a valorização e dignificação do seu trabalho. Menos mediática do que outras mobilizações, particularmente a nível internacional, a luta dos bombeiros promete no entanto manter nos tempos mais próximos os soldados da paz em pé de guerra.

Na sua maioria sindicalizados na Federação CGT dos Serviços Públicos, os 26 mil sapedores bombeiros profissionais franceses estão em luta desde o mês de Setembro de 1999. Em causa, no imediato, está a exigência da consagração dos factores risco e insalubridade na sua profissão, o que lhes permitirá aposentar-se aos 50 anos de idade sem perda de parte da sua pensão de reforma.

Mas os objectivos desta luta são ainda mais vastos. Os bombeiros profissionais também reivindicam a reestruturação e revalorização da sua carreira profissional, o reforço do financiamento dos serviços de Incêndio e de Socorro de modo a garantir a continuação do seu carácter gratuito e a redução da sua carga horária semanal actual de 56 horas para 35 horas semanais.

Na esperança de encontrar eco da parte governamental, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) suspendeu durante o ano transacto a realização de um plano de lutas, sofrendo muitas críticas de um número importante dos seus associados, e tentou entre Abril e Setembro encontrar abertura do governo para uma negociação efectiva das propostas dos sapedores bombeiros profissionais.

O governo francês respondeu a este gesto ignorando as expectativas dos sindicatos, provocando um aumento do descontentamento já existente. Discriminados em relação a outros sectores profissionais da função pública francesa como os limpa-colectores e o pessoal dos serviços prisionais, cujas profissões há muito foram classificadas como de risco e insalubres, os bombeiros começaram a trilhar o caminho da luta.

Estado de prontidão

Com a recusa governamental à negociação, a Confederação Geral de Trabalhadores (CGT), Força Operária (FO) e a Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos - Sindicato Nacional de Sapedores Bombeiros Profissionais (CFTC-SNSPP) encontraram-se em 9 de Setembro de 1999 e acordaram na realização de um movimento de luta nacional no sector para desbloquear o impasse.

Sujeitos a queimaduras durante os combates a incêndios, intoxicações químicas e às consequências da imersão em águas insalubres, os bombeiros já não estão dispostos a aceitar por mais tempo a discriminação de que são alvo.

Também a solicitação cada vez mais frequente dos bombeiros para outras intervenções, além do combate a incêndios, e a sua sujeição a turnos de 24 horas consecutivas, muitas vezes repetidos sem folga intercalar, são factores contributivos para o agravamento do mal estar nos locais de trabalho. Os sapedores bombeiros profissionais franceses fizeram saber aos seus sindicatos e ao governo que estavam cansados de «... apenas serem reconhecidos com uma inscrição a título póstumo na ordem dos heróis da nação».

Só os bombeiros de Paris e Marselha não participaram no movimento de luta por ainda estarem sujeitos ao estatuto militar.

As lutas de Setembro a Outubro

Em Landes realizou-se uma greve total em 2 de Outubro. Na Finisterra realizou-se greve

administrativa. Em Brest a greve administrativa foi feita todos os dias entre 5 e 21 de Outubro. Em Quimper as greves foram totais todas as 5.ª feiras entre 5 e 21 de Outubro. Em Morlaix fez-se greve administrativa todos os

administrativos. Em Bar le Duc teve início uma greve por tempo indeterminado com início no dia 5 de Outubro e em Calvados a greve estendeu-se entre os dias 16 de Setembro e 21 de Outubro. Em Rouen a adesão à greve administrativa foi total. Em Dunkerque os bombeiros decidiram fazer greve total a partir do dia 5 de Outubro, cujo prolongamento é decidido em plenários gerais regulares. Em Nevers e Limoges as greves iniciaram-se em 20 de Setembro e duraram até ao dia 21 de Outubro. Em Lanion optou-se pela greve administrativa com a duração de um mês. St. Brieu aderiu a 100% à greve administrativa de Outubro.

quearam o tráfego na via periférica da cidade entre as 13 e as 17 horas. Só então o governo de Lionel Jospin pareceu ouvir a voz destes trabalhadores e foi, nesse dia, agendada uma reunião que se realizou, sem alcançar resultados, no dia 9 de Novembro.

Efectivamente, o governo francês apenas aceitou estudar as possibilidades de introduzir algumas melhorias de carácter organizativo nos Serviços de Incêndio e de Socorro, analisar a possibilidade de melhoria das carreiras profissionais e nomear uma comissão para apreciar a questão da reforma aos 50 anos de idade sem perda de direitos, e remeteu a questão da redu-



Manifestação nacional a 21 de Outubro

As acções de luta dos bombeiros culminaram com uma manifestação nacional em 21 de Outubro de 1999 em Paris. Nesse dia, 15 mil bombeiros profissionais estiveram em greve e 10 mil sapedores bombeiros profissionais envergando as suas fardas de trabalho azul marinho desfilaram nas ruas parisienses e blo-

ção do horário de trabalho para futuras negociações gerais relativas à administração pública no seu conjunto.

O que se exige são respostas concretas

Fartos de promessas, com um movimento de luta em marcha e perante o ultraje que sig-



■ Pina Gonçalves

Estado de alerta

Com a relutância de muitos bombeiros e com muitas propostas de alteração aos documentos do governo, decidiu-se continuar o processo negocial e aceitar a assinatura de um acordo desde que fossem aceites algumas alterações.

A CGT, em comunicado emitido nessa fase do processo, apelou ao «estado de alerta» dos bombeiros e chamou a atenção para a necessidade de acompanhar o efectivo cumprimento do acordo. Ao mesmo tempo apelava à participação em futuras acções em conjunto com os restantes trabalhadores franceses pela semana de 35 horas.

Um outro comunicado da União Nacional dos Sapedores Bombeiros Profissionais - CGT, explicava:

dos Serviços de Incêndio e de Socorro, no seu necessário financiamento para manter o seu carácter gratuito. É um movimento por um serviço público de protecção de vidas digno do século XXI, serviço esse que, sabemos-lo nós, bombeiros, melhor que ninguém, é na maioria das vezes prestado aos mais fracos, aos idosos e pessoas sós, às vítimas do alcoolismo, aos jovens toxicodependentes, aos mais pobres, àqueles que vivem em piores condições na nossa sociedade. São esses que mais frequentemente necessitam do nosso socorro e apoio.»

Para já, os sapedores bombeiros profissionais franceses ganharam respeito, um respeito que há muito não sentiam por parte do governo.

Também obtiveram um acordo. No entanto é perceptível o clima de tensão existente na classe, provocado pelo sentimento de desconfiança no governo, pela dúvida quanto a uma satisfação efectiva e justa das suas reivindicações como prometido. Além disso, muitos não morrem de amores pelo acordo, achando que podiam ir mais longe com a classe mobilizada. Os próximos meses advinham assim uma espera atenta e nervosa, enquanto rola o seguinte calendário acordado para elaboração, negociação, apresentação e promulgação das leis que irão dar corpo aos direitos reivindicados:

- 1 de Fevereiro: Apresentação em sessão plenária da Assembleia Nacional do projecto de lei modificado (nas negociações) e dos seus decretos de aplicação ou regulamentares;
- Até 15 de Fevereiro: Reunião especial do Conselho Superior da Função Pública Territorial;
- Até 20 de Fevereiro: Conselho de Estado;
- Até 15 de Março: Conselho de Ministros para declaração do procedimento de urgência com designação de um relator parlamentar e entrega dos projectos ao parlamento;

- Promulgação das peças legais antes do fim do primeiro semestre de 2000.

Também nós acompanharemos com interesse o desenvolvimento deste processo de luta.

nificou a proposta que o governo não se coibiu de apresentar em 9 de Novembro, pretendendo reclassificar os sapedores bombeiros a partir dos 50 anos de idade, por incapacidade, noutros serviços da administração pública como jardineiros, cozinheiros ou lavadores de viaturas, «o caldo entornou-se».

Nos dias 23 e 29 de Novembro de 1999 realizaram-se duas greves nacionais acompanhadas de várias outras acções, entre as quais se citam os seguintes exemplos:

Manifestações no centro da cidade de Lyon; em Bordéus a polícia reprimiu com gás lacrimogéneo uma concentração em frente à prefeitura; em St. Brieu, os bombeiros também saíram à rua durante as greves; em Lille, após a concentração na prefeitura, foram ocupadas as linhas do caminho-de-ferro e a via do TGV na gare Lille-Europe; na Finisterra foi bloqueada a ponte de Morlaix; em Nice foram ocupadas as pistas do aeroporto Nice-Côte-d'Azur impedindo o tráfego aéreo; no Havre e em Calvados realizaram-se concentrações em frente às respectivas prefeituras; na região das Yvelines foram bloqueadas as linhas do caminho-de-ferro na gare de Achères e cortada a estrada nacional 184.

A determinação dos sapedores bombeiros profissionais para conseguirem do governo o respeito pela sua dignidade profissional e a abertura de uma negociação efectiva das suas reivindicações não abrandou aqui.

«Papá, irás tu ver-nos crescer?»

Na sequência das greves e acções de 23 e 29 de Novembro foi agendada uma nova reunião para o dia 13 de Dezembro com o ministro do Interior. Os bombeiros decidiram então realizar uma nova manifestação nacional para apoiar a delegação sindical encarregue das negociações.

Onze mil sapedores bombeiros profissionais responderam à chamada, voltando a comparecer em Paris.

Abriendo o desfile podiam ver-se os bombeiros de Nantes com braçadeiras negras e capacete de baixo do braço, em sinal de luto pela morte de

um camarada durante o combate a um incêndio no fim-de-semana anterior. Um acontecimento trágico que prova bem a justeza da reivindicação para a classificação da profissão como de risco e insalubre.

Logo a seguir, os bombeiros de outras regiões e localidades francesas, equipados com o fato de fogo, capacete e botas, agitavam as bandeiras da CGT gritando slogans como: «A vitória para nós» e «Papá, irás tu ver-nos crescer?», numa referência às interrogações dos seus filhos.

Na Torre Eiffel e área circundante faziam-se demonstrações do trabalho dos mergulhadores, de desencarceramento e escalada, enquanto se esperava pelo resultado da reunião negocial, quando se soube que a polícia estava a carregar sobre 2000 camaradas que tinham decidido continuar a manifestação pela Avenida de La Motte-Piquet. Mas não se arredou pé.

Entretanto, o ministro do Interior começava a avançar com propostas mais aceitáveis no sentido da classificação da profissão como de risco e insalubre e do pagamento de 75% do salário com o abandono da actividade aos 50 anos, pagando-se os restantes 25% aos 55 anos.



A CGT entendeu que deveria consultar os bombeiros e foi marcada nova reunião para o dia 10 de Janeiro de 2000.

Durante o período que mediou as duas reuniões realizaram-se plenários em todo o país, com ampla participação, e travou-se uma acesa discussão em torno das propostas apresentadas. Tratava-se de decidir pela assinatura ou não de um acordo com o governo.

«O nosso movimento não é um movimento egoísta para obter sempre mais e mais, não é um movimento corporativo, é um movimento de funcionários públicos responsáveis, contra a discriminação e empenhado na melhoria

AGENDA

Plenários e outras reuniões das Organizações do Partido

• ALMADA

Célula da Lisnave/Gestnave - Plenário sobre o plano de iniciativas para o ano corrente e situação na empresa: no Centro de Trabalho concelhio, sexta-feira, dia 21 às 17h, com a participação do camarada **Vicente Merendas**.

• LISBOA

Quadros do Sector Público - Reunião com a participação do camarada **António Andrez**: hoje, quinta-feira, às 18h30 no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Organização dos Trabalhadores em Estruturas Sindicais - Plenário sobre a situação política e social e sobre o reforço da organização e intervenção dos comunistas que trabalham em estruturas sindicais: segunda-feira, 24, às 18h30 no CT Vitória, com a participação do camarada **José Casanova**.

Célula dos Olivais Sul - Plenário no Centro de Trabalho dos Olivais: sábado, 22, às 15h

Reformados Bancários - Reunião no Centro de Trabalho Vitória: quinta-feira, 27, às 14h30.

S. Domingos de Benfica - Reunião da **Comissão de Freguesia Alargada**, para discussão do plano de trabalho para o ano 2000 e das perspectivas do trabalho autárquico: sábado, 22, na Escola 120

(Estrada da Luz), com a participação do camarada **Luís Fernandes**.

Célula do PCP na Câmara Municipal de Lisboa - No Centro de Trabalho Vitória, plenário com a participação do camarada **António Abreu**, sobre as áreas de sua responsabilidade como vereador da CML: quinta-feira, dia 27, às 19h.

• PORTO

Membros do Partido Trabalhadores dos STCP - Plenário geral no Centro de Trabalho da Boavista: sábado, 22, às 9h30.

• SEIXAL

Trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal - Plenário Descentralização no **Fogueteiro**, sobre o relatório da Organização 1999, e plano de trabalho, objectivos e orçamento para 2000: hoje, quinta-feira, às 16h, no refeitório do Fogueteiro.

• VILA FRANCA DE XIRA

S. João dos Montes - Plenário no Centro de Trabalho de A-dos-Loucos: domingo, 23, às 15h30.

Vila Franca de Xira - Plenário de militantes: na «Galeria Bar», domingo, 23, às 14h30

Debate sobre Transportes, Trânsito e Estacionamento na Cidade de Lisboa

promovido pela Direcção da Cidade de Lisboa, com a participação do camarada **Francisco Lopes** e de eleitos, vereadores, responsáveis da Organização do PCP nesse Sector e na Cidade de Lisboa, e ainda de convidados ligados aos serviços e entidades envolvidos no sistema de Transportes
Hoje, dia 20, às 18h30, no Hotel Sofitel (Av. Liberdade)

Jornadas Parlamentares do PCP

Guimarães - Hotel de Guimarães
24 e 25 de Janeiro

Sessão de abertura:

Segunda-feira, 24, às 12h, com a participação de **CARLOS CARVALHAS**, Secretário-geral do PCP, que fará uma Declaração

Debate em AVEIRO

Reforma da Política Fiscal e da Segurança Social

Com a participação do camarada **Octávio Teixeira**, na Biblioteca Municipal de Aveiro - sexta-feira, 21, às 21h30

PALMELA

Debate público sobre as questões da Saúde

Com a participação do camarada **Joaquim Judas**, médico no Cine S. João (1.º andar) - segunda-feira, 24, às 21h30

UISEU

Almoço-convívio no Restaurante «Rodízio Real», em Repeses, com a participação do camarada **CARLOS CARVALHAS**
 Domingo, 23, às 13h

Alcabideche

Almoço-convívio promovido pela Célula da CM Cascais/SMAS no CT de Alcabideche, com a participação do camarada **Francisco Pereira**
 Sábado, 29, às 13h

SETÚBAL

Segunda-feira, 24, às 20h
 Jantar-convívio no Restaurante «O Beco» comemorativo da Revolução Cubana com a participação de **Ricardo Rodrigues** (vice-presidente do ICAP) **Alfredo Catalá** (Dept. Ibérico do ICAP) e da Embaixatriz de Cuba, **Mercedes Aguilar Peña**
 (Inf. e inscrições até 21/01 na Associação Portugal Cuba - Núcleo de Setúbal, Tel. 265 522478)

SÁBADO

em S. JOÃO DA MADEIRA

Auditório José Afonso (Sind. do Calçado) - 17h

"As Ideologias"
 com José Casanova
 director adjunto do Avante!

sábado
22 Janeiro
17 horas

Auditório José Afonso
 Comissão Concelhia de S. João da Madeira do PCP

VIAGEM À CHINA

Pequim - Xian - Xangai - Guilin - Macau - Hong-Kong
10 a 24 de Setembro de 2000

(Informações: DORS / Cam. Adelaide
 Tel. 265.526123)



Seixal

Festa Cubana

no Espaço Jovem na Arrentela

Sábado, 22, a partir das 21h

Aniversário do Avante!

Debates com a participação do camarada José Casanova

HOJE, quinta-feira, na AMADORA:
 Espaço Delfim Guimarães - 21h

SEXTA-FEIRA em ALHANDRA
 Centro de Trabalho de Alhandra - 21h



TELEVISÃO

Quinta, 20

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Novos Heróis
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telejornal
21.10 Apresentação da nova Programação
21.40 A Lenda da Garça
22.30 Lições do Tonecas
22.40 Amotinados (de Kevin Hooks, EUA/1998, com Michael Jai White, David Ramsey, Duane Martin, Adrian Pasdar. Telefilme)
00.20 24 Horas
00.45 O Beijo de Judas (de Sebastian Gutierrez, EUA/1998, com Emma Thompson, Alan Rickman, Carla Gugino. Ver Destaque)
02.25 Primeira Página
02.50 Pó Mágico (de Ruggero Deodato, It/1995, com Bud Spencer, Philip Michael Thomas, Erik Estrada. Comédia / Aventuras)

RTP 2

07.30 Hora Viva
10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 As Sete Maravilhas do Mundo
17.00 Caminho das Estrelas
18.00 Informação Religiosa
18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX
19.00 Juvenil
20.35 Survival
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.15 Os Gigantes do Século
23.45 Mistérios de Ruth Rendell
00.45 A Firma

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra



«Cabo Verde: Insularidades», terça-feira depois das duas da manhã, na SIC, tem a assinatura prestigiada de Brandão Lucas, que mudou para a SIC para ser mais bem tratado...

22.30 Esta Semana
23.45 Soldado Universal: Negócio Inacabado (de Jeff Woolnough, EUA/1998, com Matt Bataglia, Chandra West. Acção)
02.15 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Alta Velocidade
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal (Longa Metragem)
22.00 Especial TVI
23.30 A Bola É Nossa
01.35 Crime Imperfeito (de Greg Green e Dan Brazda, EUA, com Caprice Benedetti, Wilford Brimley. Policial)
03.45 Doido por Ti
04.15 Adultos à Força
05.15 O Mundo do Futebol
05.45 A Balada de Hill Street
06.45 Serras Azuis

Sexta, 21

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Novos Heróis
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.10 Esquecer Paris (de Billy Cristal, EUA/1995, com Billy Cristal, Debra Winger, Joe Mantegna, Cynthia Stevenson. Ver Destaque)
24.00 Documentário: «Graeme Souness»
01.00 24 Horas
01.30 Primeira Página
02.05 Futebol: Belenenses-Amadora (Resumo)
02.35 NBA: Miami-Atlanta

RTP 2

07.30 Hora Viva
10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Roma: Poder e Glória
17.30 Informação Religiosa
18.00 Andebol: Portugal-Eslovénia
19.30 Juvenil
20.30 Survival
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.15 Os Gigantes do Século
23.45 Andamentos
00.15 Crime Violento

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Terra Nostra
23.35 Jogo Limpo
02.25 Último Jornal
02.55 Afrodísia

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal

Sábado, 22

RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Top +
15.15 Parlamento
16.15 Máquinas
17.10 Vale Fundo, Montanha Alta
18.15 Sete em Miami
19.05 Jet 7
19.55 Futebol: Sporting-Santa Clara
22.00 Telejornal
23.20 Santa Casa
01.00 Esquadra de Polícia
02.00 24 Horas



A RTP dá segunda-feira início a uma nova grelha, aparentemente muito «à moda da SIC», com novas «sitcoms» portuguesas e um concurso diário com um reconhecido mestre, Carlos Cruz

02.25 Futebol: Guimarães-Setúbal (Resumo)
02.55 Mata, Que Nós Limpamos o Sangue (de Reb Braddock, EUA/1996, com Angela Jones, William Baldwin, Bruce Ramsey. «Thriller»)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Quem Sai aos Seus
12.30 Novas Aventuras de Robin Hood
13.30 A Terra
14.30 Dinheiro Vivo
15.00 Desporto 2
20.00 Jornal 2
21.00 2001
21.30 Onda Curta (O Juramento, «The Oath», de Tjebbo Penning, Hol/1997; Das Tripas Coração, «De Tripas Corazón», de Antonio Urrutia, Méx./1995. Curtas Metragens)
22.00 Neste Século Aconteceu
22.55 O Lugar da História - «A Televisão do II Reich»
23.55 Brit Com
01.25 O Confessionário (de Robert LePage, Can./Fr./Gr.Br./1995, com Lothaire Bluteau, Patrick Goyette, Jean-Louis Millette, Krisin Scott-Thomas. Drama)

SIC

07.00 Zip Zap
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Os Três Ninjas na Mega Montanha (de Sam McNamara, EUA/1998, com Hulk Hogan, Loni Anderson. Aventuras)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.10 Negócio Fechado
23.40 Homicídio na Casa Branca (de Dwight Little, EUA/1997, com Wesley Snipes, Diane Lane, Alan Alda. Drama / Político)
02.00 Último Jornal
02.35 Sete Pecados Mortais (de David Fincher, EUA/1995, com Brad Pitt, Morgan Freeman, Kevin Spacey, Gwyneth Paltrow. «Thriller» Policial)

TVI

09.00 Animação
12.00 Top Rock
13.00 Desporto
14.00 Caras Lindas
15.00 Um Casamento (de Charles Burnett, EUA/1998, com Halle Berry, Lynn Whitfield, Shirley Knight. Drama)
18.00 Arma Infrutífera I (de Gene Quintano, EUA/1993, com Emilio Estevez, Samuel L. Jackson, Jon Lovitz. Comédia)
19.45 Tempo de Adeus (de David Jones, EUA/1997, com Eva Marie Saint, Richard Kiley, Margaret Colin. Drama)
21.45 Todo o Tempo do Mundo
23.00 Na Lista para Matar (de William Webb, EUA/1993, com Jeff Fahey, Yancy Butler, James Coburn. Telefilme / Drama)
01.00 Directo XXI
01.40 Dois Dias no Paraíso (de Arthur Duarte, Port./1957, com Milú, Virgílio Castelo, António Silva, Carmen Mendes, Costinha. Comédia)
03.40 Casos de Arquivo
04.40 A Balada de Hill Street
05.40 Serras Azuis

Domingo, 23

RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Made in Portugal
15.40 Loja do Cidadão
16.40 Academia de Polícia
17.40 O Micro-Herói (de Joe Dante, EUA/1987, com Dennis Quaid, Martin Short, Meg Ryan, Kevin McCarthy, Fiona Lewis. Ver Destaque)
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.35 Os Principais
23.05 Domingo Desportivo



00.25 24 Horas
00.50 O Jovem Tigre (de Ma Wu, Hong Kong/1973, com Fei Meng, Maggie Li, Dean Shek. Artes Marciais)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 O Nome da Nossa Gente
12.50 O Expresso do Oriente
12.45 Quem Sai aos Seus
13.10 George Mallory, Perdido no Monte Everest
14.00 Jornal d'África
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
18.10 Novos Heróis
19.00 Bombordo
19.30 A Minha Vida com os Animais
20.00 Artes e Letras - «Busby Berkeley»
21.00 Neste Século Aconteceu
22.00 Jornal 2
22.50 Horizontes da Memória
23.20 Travessa do Cotovelo
00.20 Os Dias da Rádio (de Woody Allen, EUA/1987, com Michael Tucker, Dianne Wiest, Josh Mostel, Mia Farrow, Jeff Daniels, Danny Aiello, Diane Keaton. Ver Destaque)

SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
02.00 O Fantasma Detective (de Blake Edwards, EUA/1988, com George Carlin, Molly Hagen, Timothy Stack. Telefilme)
16.00 Rex
17.00 Armageddon (de Michael Bay, EUA/1998, com Bruce Willis, Billy Bob Thornton, Liv Tyler, Ben Affleck. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.05 Residencial Tejo
22.30 Futebol: Benfica-Rio Ave
00.30 Desaparecido em Combate 3 (de Aaron Norris, EUA/1988, com Chuck Norris, Aki Aleong. Acção)
02.50 Último Jornal
03.25 O Guarda-Costas

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.05 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Caras Lindas
15.30 Investigação Fora de Tempo (de Jack Bender, EUA/1992, com Jaclyn Smith, Corbin Bernsen, Anne Francis. Drama)
17.30 Segredo das Estrelas
19.00 Sarilhos em África (de Bruce Beresford, EUA/1993, com Sean Connery, Louis Gosset, Jr., John Lightgow. Drama)
21.00 Directo XXI
21.20 Todo o Tempo do Mundo
22.30 Médicos
23.30 Assassínio Perverso (de Chris Thomson, EUA, com John Corbett, Jonathan Scarfe, Maya McLaughlin. Drama)
01.30 Preso no Espaço (de Robert Muncie, EUA/1996, com Arye Gross, Maryam D' Abo, Jeffrey Meek, Jeff Speakman. Ficção Científica)
03.30 A Balada de Hill Street
04.45 Serras Azuis

Segunda, 24

RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Notícias
10.10 Praça da Alegria
12.20 Nós, os Ricos
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Programa de Entretenimento
16.30 Infância
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Remate
21.20 Concurso



21.45 Sitcom Nacional
22.15 A Lenda da Garça
23.00 Crónica do Século (Progr. 11)
00.05 Jogo Falado
01.30 24 Horas
02.00 Primeira Página
02.25 Boa Noite

RTP 2

07.30 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Roma: Poder e Glória
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Juvenil
19.40 Basquetebol
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.05 Capitão Blood (de Michael Curtiz, EUA/1935, com Errol Flynn, Olivia de Havilland, Lionel Atwill, Basil Rathbone. Ver Destaque)
00.50 Remate
01.00 Perigo Iminente
02.10 Os Gigantes do Século

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Clube dos Campeões
21.30 Terra Nostra
22.30 Roda dos Milhões
00.40 Balas Certieiras (de David Wyles, EUA/1995, com Michael Madsen, Jennifer Tilly, Gari Busey, Robert Loggia. Acção)
02.40 Último Jornal

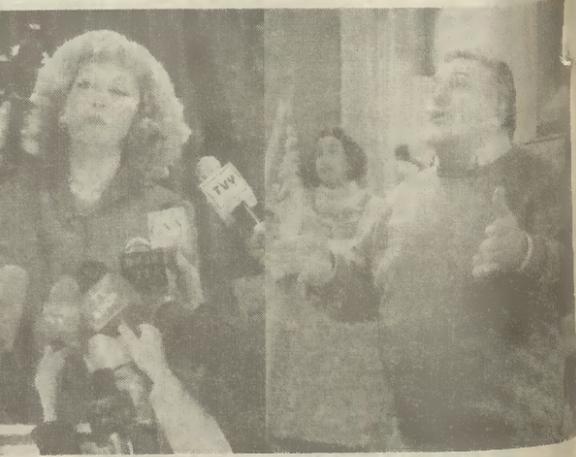
TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Alta Velocidade
19.20 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Quero Justiça (de Anthony Hickox, EUA/1994, com C. Thomas Howell, John Severance, Marshall Bell. Drama)
00.45 O Vingador
01.50 Doido por Ti
02.25 Adultos à Força
03.25 A Balada de Hill Street
04.40 Serras Azuis

Terça, 25

RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Notícias
10.10 Praça da Alegria
12.20 Concurso (Repetição)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Programa de Entretenimento
16.30 Infância
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Remate
21.20 Concurso



21.45 Não És Homem Não És Nada
22.15 A Lenda da Garça
22.10 Não És Homem Não És Nada
23.00 Grande Entrevista - «A Moda»
00.40 24 Horas
01.15 Primeira Página
01.40 Jesse
02.15 Boas Noites

RTP 2

07.30 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Roma: Poder e Glória
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Juvenil
19.40 Basquetebol: Portugal-Rússia
20.00 Aventuras de Rintintin
20.35 Survival
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
22.55 A Carga da Brigada Ligeira (de Michael Curtiz, EUA/1936, com Errol Flynn, Olivia de Havilland, Patrick Knowles. Ver Destaque)
00.50 Remate
01.00 Animais e Plantas da Europa
02.10 Os Gigantes do Século

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Terra Nostra
23.30 Solteiros e Tarados (Longa Metragem)
01.30 Último Jornal
02.05 Cabo Verde: Insularidades

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Alta Velocidade
19.20 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Polícia da Pesada 3 (de Sheldon Larry, Can./EUA/1998, com Charles Bronson, Sebastian Spence, Vbarbara Williams. Policial)
22.40 100 Anos de Pornografia no Cinema
00.25 O Beijo da Viúva (de Peter Foldy, EUA/1995, com Beverly D' Angelo, Mackenzie Astin, Dennis Haysbert. Drama)
02.35 Doido por Ti
03.05 Adultos à Força
04.05 Desporto
04.45 A Balada de Hill Street
06.10 Serras Azuis

Quarta, 26

RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Notícias
10.10 Praça da Alegria
12.20 Concurso
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Programa de Entretenimento
16.30 Infância
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Remate
21.20 Concurso



21.45 As Lições do Tonecas
22.25 A Lenda da Garça
23.10 Esquadra de Polícia
00.05 No Rasto do Mal
01.05 24 Horas
01.45 Primeira Página
02.10 Diário de Maria
03.10 Febre de Matar (Longa Metragem)

RTP 2

07.30 Hora Viva
10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Roma: Poder e Glória
18.00 Informação Religiosa
18.30 Mistérios e Mitos do Séc. XX
19.00 Juvenil
20.35 Survival
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
22.55 Aventuras de Robin Hood (de Michael Curtiz, EUA/1938, com Errol Flynn, Olivia de Havilland, Basil Rathbone, Claude Rains. Ver Destaque)
00.50 Remate
01.00 Sinais do Tempo ou Zoom
02.10 Os Gigantes do Século

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra
23.40 Fúria Cega (de Philip Noyce, EUA/1990, com Rutger Hauer, Terrance O' Quinn, Lisa Blount. Acção)
01.40 Último Jornal
02.15 Noites Longas (Até às 06h: «Nus e Retratos: A Origem do Mundo», de Jean-Paul Fargier, Fr./1996; «Os Nus de Bonnard», de Pierre Bonnard a Fleur de Peau», de Michel Van Zelle, Fr./1998; «Os Retratos de Picasso», «Picasso Portraits», de Claude Vajda, 1996; «Ma Femme Chamada Bicho», de José Álvaro de Moraes, Port./1976. Documentários)

TVI

09.05 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Alta Velocidade
19.20 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Ri-te Ri-te
22.30 Fome de Sedução (de Jim Kouf, EUA/1997, com James Belushi, Tupac Shakur, Lela Rochon. Drama)
00.40 Doido por Ti
01.10 PSI Factor
02.10 Adultos à Força
03.10 A Balada de Hill Street
04.25 Serras Azuis

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Televisões e presidentes

Esta vez, Judite de Sousa entrevistou Diogo Freitas do Amaral na sua habitual «Grande Entrevista». Foi, aliás, uma iniciativa com superior sentido de oportunidade, tal e tanta que nem se atreve a passar-me pela cabeça que tenha sido tomada por sugestão do próprio ou de alguém por ele. O caso é que a emissão provocou aquilo a que a imprensa de vocabulário actualizado designa por «terramoto público»: o chão já incerto tremeu mais sob os pés pouco firmes de Durão Barroso, aliás abalados pela curiosa coincidência de Santana Lopes ter emergido das areias da Figueira da Foz directamente para as bancadas de São Bento. Reincidindo em fórmulas correntes na Comunicação Social que nos vem cabedo em sorte direi, exagerando quanto baste para merecer o modelo, que depois daquela entrevista «nada voltará a ser como dantes» nas peripécias da vida política portuguesa. Tudo, afinal, porque a RTP se tirou dos seus cuidados e entrevistou o dr. Diogo.

A entrevista, aliás, não me pareceu mal, embora naturalmente eu não me conte entre os que poderão votar no inesquecível fundador do CDS, mesmo depois da aparente guinadinha à esquerda que foi a sua condenação pública de agressão NATO/USA contra a Jugoslávia a pretexto do Kosovo e da pretensa restauração da vida democrática naquela região. Porém, o que mais quero sublinhar aqui é o efeito político que uma emissão de apenas uma hora, se tanto, teve na tácita proposta ao País de uma candidatura, ainda a longo termo, à Presidência da República. Logo me ocorreu o que, pelo que no passado sábado se leu, lembrou também ao peculiaríssimo analista político que é o dr. Vasco Pulido Valente: as quase históricas palavras que, há tempos, Emídio Rangel proferiu perante a reportagem que o canal franco-alemão ARTE foi fazer à SIC. Como se sabe, num assomo de orgulho decerto provocado pela subida à cabeça de uma eufórica sensação de ilimitado poder mediático, Rangel gabou-se de ser tão capaz de «vender» ao País um Presidente da República como um sabonete. Não sei se trata de uma verdade inquestionável, para lá de ser uma gabarolice pouco elegante. Por acaso, até tenho a impressão de que chamado «homem forte» da SIC não morre de amores por Jorge Sampaio, contudo eleito e talvez a caminho de uma reeleição, desde que o actual Presidente da República lhe deixou uma cadeira vazia no estúdio por não estar disposto a atu-

rar-lhe tudo. Mas que o efeito produzido pela entrevista de Judite de Sousa, uma só entrevista embora talvez feita no momento certo, parece ter vindo corroborar-lhe a fanfarronada, isso é verdade.

Ainda há estrelas no céu

Trata-se, porém, de uma verdade capaz de propiciar algumas reflexões acerca do que é a televisão, hoje, nas sociedades ditas avançadas ou nas que, como a portuguesa, gostam de pensar que estão nesse lote. No passado domingo, numa espécie de macro-emissão que na RTP Internacional celebrou os 40 anos de TV de Júlio Isidro, alguém disse, embora não por estas palavras, que Isidro ainda vem do tempo em que a televisão, mesmo entre nós (isto é, nascida aqui sob um regime criminoso) era tendencialmente civilizante, ao passo que hoje se tornou, espera-se que a título transitório, tendencialmente barbarizante. É neste

quadro não excessivamente agradável que se situaria uma TV que não faz nada de jeito para ajudar os homens nos difíceis combates pela sobrevivência num futuro asseado e justo, sequer para os auxiliar no entendimento do mundo e da vida, mas vai servindo lindamente para que rangéis de vários lugares «vendam» indiferentemente sabonetes ou presidentes das repúblicas.

Só que Rangel, cheio de vento e com o cérebro porventura perturbado pela leitura das sondagens, talvez tenha exagerado, e também que as consequências da entrevista de Judite a Diogo não serão porventura um grande terramoto mas apenas um sismo de graduação discreta na escala de Richter. Lembro-me de que, em Itália, Berlusconi, o Signor Televisione, não conseguiu «vender-se» a si próprio. Que, por cá, Sampaio derrotou um Cavaco que durante meses e meses foi presença certa nos ecrãs dos nossos televisores. Que, por estes e por muitos mais sinais, claramente é indiciado que, apesar da TV, continua a haver cidadãos, gente viva, povo, capacidade de escolha lúcida. Que no firmamento das escolhas políticas continua uma espécie de estrelas polares que marcam o caminho de sociedades melhores, mais asseadas e por isso mais desejáveis. E que uma delas, não talvez a mais próxima mas decerto a de mais firme brilho, tem, bem contadas, cinco pontas.

Sinergias

As notícias vêm com sorrisos, como se de anúncios felizes se tratasse. Na televisão, os apresentadores de noticiário sorriem ao darem-nos conta de mais uma fusão bancária. O BES e o BPI, assim carinhosamente tratados por esta espécie de diminutivos que as siglas por vezes são, juntaram-se à esquina do capital. E «os investidores mostram-se satisfeitos» com a operação, há reflexos positivos na bolsa, quer dizer, há quem ganhe com isso.

A felicidade não aparece apenas nas faces que a TV mostra. Nos jornais, os próprios títulos sorriem, quando não são as fotografias de abraços e palmadas nas costas a mostrarem o contentamento irreprimível dos capitalistas. Um contentamento feito para ser esfusante e para transbordar e salpicar o cidadão comum com energéticas partículas de satisfação.

Suspeito que os sorrisos com que nos anunciam estas e outras endinheiradas notícias não são da

mesma espécie do sorriso do dentista quando nos enfia uma agulha fina pela gengiva adentro garantindo que não vai doer nada. É mesmo contentamento que se exprime nas letras da imprensa, na voz radiofónica, nas faces televisivas. «Ena, que grande grupo que estes tipos conseguiram fazer com o dinheiro que lá têm!», parecem dizer-nos. As «sinergias», isto é, a união destas duas forças capitalistas, vão dar já resultados de muitos milhões no próximo ano. É o que garantem.

Esta concentração monopolista galopante vem acompanhada com uma galopante penetração do capital estrangeiro. Ao mesmo tempo que o País era abençoado pela fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Português de Investimento, e Ricardo Salgado e Artur Santos Silva se abraçavam para a fotografia celebrando a criação do «maior banco privado», o Governo de Guterres, acompanhado – à frente ou atrás – por accionistas privados da Galp-Petróleos e da Gás de Portugal, venderam posições a estrangeiros. Os portugueses, desta feita, podem estar descansados – não são só os espanhóis a comerem. Aplacados os espíritos de Aljubarrota, entram no negócio, além dos espanhóis da Iberdrola, os italianos da ENI. Uma operação que mostra bem o empreendedor espírito latino.

Na fusão dos bancos, entretanto, segundo anunciam os conhecedores dos meandros endinheirados, outros grupos estrangeiros reforçam as suas posições, prevendo-se um aumento das participações de várias instituições bancárias ligadas a cada um dos «fusionados» – o grupo agora formado vai ter como principal accionista estrangeiro o francês Crédit Agricole, e ainda os brasileiros do Banco Itaú, os catalães (que não deixam de ser espanhóis) de La Caixa, os alemães da seguradora Allianz e do KBC. Estes participantes poderão aumentar a sua já importante fatia deste grosso bolo.

É claro que, para que tudo isto nos seja anunciado com esse inefável ar de felicidade, alguém vai ganhar com as operações em curso. Alguém – em Portugal, o país destinatário das alegres notícias. E acrescentar o ganho a outros que já vem embolsando. Talvez pretendendo descansar o cidadão que não vê tostão com o negócio, um jornal afirma que, com a venda de 15 por cento da Galp a espanhóis e italianos, o Estado «arrecada 85 milhões de contos», enquanto o grupo privado português que sai do capital da empresa vende a sua parte por 190 milhões.

Quanto a estes privados quase nada temos a dizer, uma vez que há muito sabemos que o capital não tem pátria e os capitalistas estão demasiado agarrados a ele para serem influenciados por algum resquício de patriotismo. Quanto ao Estado, já é difícil, mesmo nesta era de globalização frenética, aceitar que venda os interes-

ses do País e se gabe de ganhar dinheiro com isso. Nem colhe o argumento de que o dinheiro assim mal ganho é investido «em benefício» dos portugueses. Sobretudo daqueles cuja «política» é o trabalho e têm a noção de que Portugal é a sua Pátria.

A repartição dos dinheiros públicos por parte do Estado conduzido por Guterres é sobejamente conhecida e mostra-nos as duas medidas e os dois pesos que presidem às suas escolhas. Ainda há dias, o ministro Carrilho anunciou, com algum barulho, a sua actual propensão para «apoiar» a cultura popular. Vai daí e decide «investir» cem mil contos na dita, até agora quase exclusivamente apoiada pelas autarquias. Cem mil contos quer dizer mais ou menos 30 contos por município. E se contarmos as mais de 800 bandas, os 350 corais e as centenas de grupos de música tradicional e tunas, não dá para mandar cantar o cego. Mas dará certamente para amansar os bem comportados da «cultura»... Por outro lado, o Governo, via Pina Moura, contribui com um milhão e quatrocentos mil contos, a fundo perdido, para apoiar a organização do Masters, o grande campeonato de ténis a realizar em Lisboa. O povo deve mostrar-se agradecido.

CRÓNICA

■ Leandro Martins



ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES

RAYMOND
HAINS
14 JAN-12 MAR 2000

MUSEU SERRALVES
MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

MIGUEL PALMA
14 JAN-12 MAR 2000



Pintura, Escultura e Fotografia

No Museu Serralves (Museu de Arte Contemporânea) inauguraram-se no passado dia 14 e estarão patentes ao público até 12 de Março duas exposições. Segundo o texto de apresentação destes eventos, «a obra de Miguel Palma (um dos artistas representados) revela-o como um dos mais originais artistas portugueses, tendo sido apresentado recentemente em importantes exposições internacionais, das quais se destacam a sua exposição antológica realizada no Centre de Culture Contemporaine de Tours (França) e no Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, assim como a exposição colectiva "Cité Sud", apresentada recentemente no Museu de Villeurbanne (França)». Por outro lado, a exposição do pintor francês Raymond Hains, reúne obras produzidas entre finais da década de 40 e o presente e é uma co-produção do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona e da Fundação de Serralves.

CINEMA

Terrence Malick, na Cinemateca Portuguesa

É hoje inaugurado na Cinemateca Portuguesa, o ciclo dedicado ao cineasta norte-americano Terrence Malick, justamente apresentado no programa daquela instituição, como «o



mais secreto dos cineastas americanos, eremita e solitário à semelhança de Stanley Kubrick, autor de uma das obras mais importantes da história do cinema e também das mais reduzidas. Mas talvez seja essa "escassez" que dá aos seus três filmes a força que possuem, uma espécie de capacidade redentora que nos faz acreditar no cinema». E esses três filmes são: dia 20, às 21.30, «Os Noivos Sangrentos» (1973), com Martin Sheen, Sissy Spacek e Warren Oats; dia 21, às 21.30, «Dias do Paraíso» (1978), com Richard Gere, Brooke Adams, Sam Shepard, Linda Man e Robert Wilke; e dia 22, às 21.30, «A Barreira Invisível» (1998), com Sean Penn, Nick Nolte, John Cusack e George Clooney.

Teatro para todos os gostos e idades

Sem dúvida que, com tantas e várias escolhas e eventos importantes, o Teatro merece estar hoje em destaque, aqui no «Escaparate».

Em primeiro lugar, por exemplo, uma chamada de atenção se impõe para a IV Mostra de Teatro de Almada que, promovida pela Câmara Municipal daquela cidade, distribuindo-se por diversos locais e salas e dinamizando vários grupos de teatro do concelho, se iniciou no passado dia 14 prolongando-se até 12 de Fevereiro. Assim, teremos nos próximos dias os seguintes espectáculos: hoje e amanhã, às 21.30, no Fórum Municipal Romeu Correia, a Oficina de Teatro de Almada apresenta a peça «Ensina-me a Ser Feliz», de Fernando Rebelo; no sábado, também às 21.30 e no mesmo local, é o grupo G.I.T.T. que leva à cena «Envelhecer Diverte-me», de Jean-Pierre Sarrazac; no domingo, agora no Clube Recreativo de Instrução Sobredense, será o Grupo Cénico Incrível Almadense a apresentar, às 16 horas, «O Doido e a Morte», de Raul Brandão; também no domingo à mesma hora, mas no Teatro Municipal de Almada, a companhia residente levará à cena «Viagens na Minha Terra», de Almeida Garrett, numa adaptação de Carlos Porto; já na próxima

semana, na terça-feira 25, será o Teatro do Sopro a apresentar no Fórum Municipal Romeu Correia o «Auto da Índia», de Gil Vicente; seguir-se-á na 4.ª-feira no Teatro Estúdio de Almada a apresentação da peça «O Pescador e a sua Alma», de Oscar Wilde. Informações, relativas à restante Mostra, no Sector de Acção Cultural da Câmara Municipal de Almada.

Por outro lado, no Centro de Pedagogia e Animação do Centro Cultural de Belém, para os mais miúdos, será apresentada até 30 do corrente (com excepção de 24) «A História de Cecco Rivolta», um espectáculo de teatro e circo pelo Teatro delle Briciole (Itália) que nos conta as aventuras de um rapazinho que se esconde na mala de um palhaço para poder ir ter a um circo. Informações e horários no CCB.

Finalmente, nas escolhas de hoje e também no CCB (agora no Pequeno Auditório) a companhia As Boas Raparigas Vão Para o Céu, as Más Para Todo o Lado leva à cena «Abecedário», uma montagem de textos do dramaturgo alemão Heiner Müller, com tradução de Ermelinda Pastorela, encenação de Rogério de Carvalho, cenografia de Cláudia Armanda e figurinos de Ana Luena.



MÚSICA

Temporada de Música da Gulbenkian

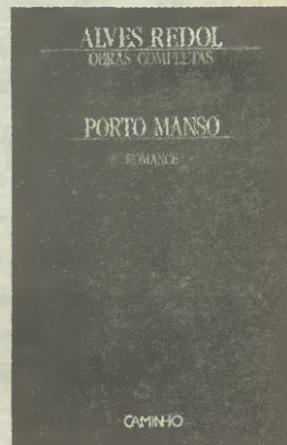
Com mais um concerto do ciclo As Grandes Orquestras Mundiais prossegue a Temporada de Música da FCG. Desta vez é a Orquestra do Século XVIII que se apresenta sob a direcção de Frans Bruggen, com os solistas Hieke Meppe-link (soprano), Maria Cristina Kiehr (soprano), Claudia Schubert (contralto) e Marcel Beekman (tenor) para interpretarem a Missa em Si

Menor, BWV 232N de Johann Sebastian Bach. É no Grande Auditório no domingo 23 pelas 21 horas.

Depois, na terça-feira 25, na mesma sala (mas às 19 horas), o violinista Julian Rachlin e o pianista Itamar Golan apresentarão um recital com obras de Mozart, Mendelsohn, Dvorak, Kreisler, Saint-Saens, Massenet e Waxman.



LIVROS



Porto Manso

Em 4.ª edição, integrado na colecção especial das *Obras Completas* de Alves Redol, a Caminho publica o romance *Porto Manso*, um dos títulos deste destacado autor da geração do neo-realismo. Esta edição foi ainda apresentada por Alexandre Pinheiro Torres, que então escrevia: «Porto Manso é a abalada para o Norte. Já se inferira da obra anterior que regiões diferentes implicavam regimes diferentes de propriedade, logo mentalidades diversas. Alves Redol parte para o Douro, estagia largamente no Pinhão, faz percursos de rabelo, rio abaixo rio acima toma parte nas lides, aprofunda o viver das gentes, torna-se no *duriense* que precisava também de ser para nos dar Porto Manso e os três romances do *Ciclo Port-Wine*.» Uma obra a descobrir. Ou, para muitos, a reveritar.



A Mulher na Toponímia de Lisboa

A Câmara Municipal de Lisboa tem, ao longo dos anos - e sobretudo a partir da administração socialista e comunista - levado a cabo um notável esforço editorial, no quadro do qual surge mais um livro, este que hoje apresentamos. Trata-se de uma edição da *Comissão Municipal de Toponímia*, presidida pela vereadora Rita Magrinho, e da autoria de Luiz Silveira Botelho. *A Mulher na Toponímia de Lisboa* revela o que para muitos parece ser um mistério - quem é quem nos nomes das ruas. Desta vez no lado feminino dos nomes. Trazendo-os à luz do conhecimento de quem eram as personagens que se tornaram quase apenas ruas, os nomes de mulheres que, em tempos menos amenos para a igualdade, se destacaram na sociedade portuguesa. Um belo livro, mostrando-nos as faces das mulheres e as fotos das ruas a quem deram nome.

ATALHE DE FOICE Humanidades

O ditador Pinochet vai ser libertado por razões humanitárias; a NATO bombardeou durante meses a Jugoslávia por razões humanitárias; Elián, um menino cubano de seis anos, está sequestrado nos EUA por razões humanitárias; nove anos depois da guerra do Golfo o Iraque continua a ser bombardeado e sujeito a sanções económicas que está a provocar o genocídio do povo iraquiano por razões humanitárias... Dir-se-ia que tanta humanidade nos deveria encher de bem aventurança, mas no entanto os sentimentos que nos invadem perante tamanho frenesim humanitário são da mais profunda indignação.

Nunca como neste final de século se falou tanto em «razões humanitárias», e nunca como agora a expressão esteve tão desajustada da realidade. Esvaziada primeiro de conteúdo, tornada pura retórica de discursos populistas, a frase é agora usada sem o mínimo pudor para camuflar inconfessáveis fins da mais brutal desumanidade.

Os países ricos concedem créditos aos países pobres por razões humanitárias, e por cada dólar que desembolsam arrecadam três; por razões humanitárias, em 1997 a Comissão Mundial da Alimentação fixou como objectivo reduzir para metade, até 2015, o número de pessoas que sofrem de fome no mundo, mas em apenas dois anos esse número passou de 800 milhões para 850 milhões; pelas mesmas humanitárias razões, a FAO desenvolve projectos de assistência alimentar nos países pobres, e para gerir 173 000 dólares no Lesoto, por exemplo, gasta com os seus serviços 280 000 dólares; magnânimo e muito humanitário, o FMI propôs recentemente «perdoar» 27 000 milhões de dólares da dívida dos países pobres cuja dívida, criada pelas condições leoninas dos empréstimos que lhes são concedidos, geradoras das riquezas dos ricos, é superior a 220 000 milhões de dólares.

Que humanidade é esta que nos servem de bandeja e tão abundantemente os caridosos senhores do mundo? Que democracia e que justiça social existe nesta nova ordem internacional que globaliza a miséria e concentra a riqueza em meia dúzia de mãos? Que sociedade de paz e de progresso se está a construir neste planeta em que 30 500 crianças morrem antes dos cinco anos de causas perfeitamente evitáveis, em que 250 milhões de menores são obrigados a trabalhar nos países pobres, em que outros 300 000 são forçados a empunhar armas, e em que as 30 guerras travadas na última década provocaram a morte de mais de dois milhões de crianças e seis milhões de feridos graves?

Que credibilidade podem merecer dirigentes mundiais como Bill Clinton, que se prepara para aprovar um novo e devastador programa militar - a Guerra das Estrelas -, quando os EUA ainda nem sequer ratificaram a Convenção dos Direitos da Criança aprovada há 10 anos por 191 países?

Que admirável mundo novo é este da era da Internet, em que cada novo avanço tecnológico lança no desemprego milhares de pessoas?

E como acreditar neste nosso Governo de ilusões dito socialista, democrático e de inspiração cristã, que se revê nos Clinton deste mundo, silencia escândalos, alimenta clientelas, assiste impassível ao colapso de um sistema judicial que deixa prescrever os mais graves casos de corrupção e crime, delapida o erário público e hipoteca o país aos interesses do capital?

De tanto nos prometerem mundos e fundos estamos a chegar ao fundo. O que é dramático é que talvez isso seja inevitável para que a indispensável mudança tenha lugar, para que a raiva rebente e a revolta estale, acabando de vez com todos os humanitários melícias que nos atiram rebuçados.

■ Anabela Fino

PCP pede audição parlamentar sobre a TAP Aliança com Swissair é precipitada

O Grupo Parlamentar do PCP vai propor à Comissão de Economia que promova, «com carácter de urgência», uma audição sobre a TAP onde sejam ouvidos, entre outros, o ministro do Equipamento, a administração da empresa e as estruturas representativas dos trabalhadores.

O anúncio foi feito em conferência de imprensa realizada na terça-feira passada, face à aceleração do processo de reestruturação da TAP anunciado pelo ministro Jorge Coelho, visando a segmentação, privatização e manutenção da aliança da TAP com a Swissair, e às preocupações e reservas que estas decisões levantam sobre o futuro da transportadora aérea nacional.

O PCP lembra que o processo de aliança estratégica com a Swissair/Qualiflyer tem sido fortemente contestada tanto por especialistas do sector como pelos trabalhadores e até elementos da administração da TAP, tendo inclusive o PCP confrontado o Governo, na anterior legislatura, com «interrogações sobre as consequências do processo de reestruturação da TAP para o futuro da empresa e da sua autonomia estratégica».

Aliás, a própria nova administração da TAP sentiu a necessidade de reequacionar e reavaliar todo o processo e procurar soluções alternativas, já que o estudo feito pela TAP sobre as diversas alternativas existentes é fortemente crítico da actual aliança entre a TAP e a Swissair.

Como «pontos fracos» da aliança, o estudo refere, entre

outros, o facto do Sair Group (Grupo Swissair) actuar de acordo com uma lógica de grupo económico e, portanto, «com exercício de domínio sobre as empresas que controla maioritariamente; a possibilidade de um eventual esbatiamento de imagem da TAP vir a «anular um dos principais activos da empresa» que é a imagem que detém no segmento de mercado alvo; a ausência de parceiro americano que proporcione «a distribuição local do tráfego produzido em Portugal para destinos não operados pela TAP; a ligação entre os grupos Qualiflyer e One que impedirá a TAP de «aspirar a ser o representante da Península Ibérica na aliança Qualiflyer».

Também a análise dos resultados financeiros da TAP em consequência do acordo é elucidativa, sendo que a comparação dos resultados do 1.º semestre de 1999 com o período homólogo de 1998 (ainda sem acordo), põe

em causa «todos os cenários que tinham levado à aliança com a Swissair».

Emprego ameaçado

Neste quadro, é «incompreensível» para o PCP «a precipitação do Governo quanto à definição do futuro da TAP, da sua estrutura orgânica e do reforço da sua ligação à Swissair». Tanto mais que o próprio estudo diz

que o Governo faça opções quanto ao futuro da empresa «sem ter todos os cenários desenvolvidos e fundamentados».

Também não está provada, para o PCP, a necessidade de segmentar e privatizar a TAP, levantando os próprios valores de venda para efeitos de privatização (60 milhões de contos) sérias interrogações. A isto, acresce ainda o facto de a divisão da TAP em três novas empresas poder retirar-lhe, num



Para o PCP, não está provada a necessidade de segmentar e privatizar a TAP

que «o curto espaço de tempo disponível» não permite o seu aprofundamento, quer no que respeita às soluções alternativas, quer no que se refere às consequências futuras da aliança.

O que está em causa é não só uma empresa de elevado valor estratégico para o País mas também a estabilidade e o futuro de emprego dos seus cerca de 8.000 trabalhadores, dizem os comunistas, por isso é «inaceitável»

futuro próximo, a possibilidade de manter algumas das respectivas áreas de negócio.

Assim, o que se reclama do Governo é que «suspenda todo o processo, reequacione todas as opções e aprofunde os estudos necessários a decisões que se devem orientar exclusivamente pelo interesse nacional», sendo nesse sentido que o PCP vai propor uma audição parlamentar sobre a TAP.

Revisão dos Currículos em debate

A Comissão Nacional para as Questões da Educação e do Ensino do PCP anunciou, ontem, a intenção de suscitar um diálogo público sobre a reforma do ensino secundário, que terá a sua primeira iniciativa no próximo dia 26, no Centro de Trabalho Vitória e contará com a participação de interlocutores situados em diferentes esferas da vida nacional.

A propósito da «Proposta de Revisão do Currículo do Ensino Secundário» divulgada recentemente pelo Ministério da Educação para discussão entre estruturas da área educativa, o PCP lembra que em 1997 «os professores foram chamados a discutir e a formular opiniões sobre os rumos do secundário e da sua reforma» mas que, não sendo conhecidos os resultados dessa consulta, «não se pode saber como e em que influíram esses pareceres nas orientações agora propostas».

«Não basta a invocação do diálogo para que este efectivamente se produza; não basta a existência de um interlocutor activo e de um interlocutor surdo-mudo para que

o conceito e a palavra justa possam ter lugar», diz a Comissão Nacional para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, considerando «incontestável a necessidade de repensar e reestruturar o ensino secundário de modo a que responda activamente às aspirações dos jovens, às expectativas das famílias, às necessidades do desenvolvimento económico nacional».

Entretanto, «sem propor formalmente uma revisão curri-

cular do Ensino Básico, o Ministério da Educação tem vindo a produzir um conjunto de modificações altamente discutíveis como é o caso dos currículos alternativos e a chamada gestão flexível dos currículos», matérias que o PCP considera de grande importância e sobre as quais realizará também uma iniciativa de debate público.

Por fim, considerando que o processo de revisão crítica da

estrutura do ensino secundário e as alterações curriculares do ensino básico «envolvem opções delicadas sobre as quais se justifica plenamente um processo de elaboração amplamente participada», o PCP entende que qualidade do resultado «depende da diversidade dos participantes e da lógica da participação nesse processo» e propõe-se «dar o seu contributo para a melhoria da qualidade da educação».

Plenário da PT reúne hoje no Porto

O Plenário Geral de Trabalhadores da Área Metropolitana do Porto vai hoje, quinta-feira, reunir nas instalações do ACM, no Porto, para analisar a ofensiva da administração do grupo Portugal Telecom contra os direitos e garantias dos trabalhadores e decidir medidas de acções concretas para a travar.

Os trabalhadores pretendem discutir as medidas preconizadas pela administração que têm como consequências, entre

outras, a divisão da PT em pequenas empresas - retirando direitos e garantias aos trabalhadores -, a destruição sistematizada dos serviços sociais, a desorganização dos serviços e departamentos, a entrega crescente de trabalhos a empreiteiros e o protelamento na negociação do AE.

O objectivo da administração é libertar-se da «maior fatia possível dos efectivos da PT» e, para isso, procura convencer os trabalhadores a enquadrarem-se

na estratégia que há muito planeou. Mas nenhum trabalhador é obrigado a assinar «Contratos de Cedência», sem que este lhe garanta os direitos e regalias consignados no AE em vigor, reafirma o SINTTAV.



5 603199 000451